

DIÁLOGO GLOBAL

11.1

3 edições por ano em vários idiomas

Falando de sociologia
com S.M. Rodriguez

Margaret Abraham

EUA: situação e
possibilidades

Peter Evans
Gabor Scheiring
Christopher Muller
Suresh Naidu
Patricia Zavella
J. Mijin Cha
Marcus Anthony Hunter

Imigração
chinesa
na Europa

Fanni Beck
Pál Nyíri
Ya-Han Chuang
Emilie Tran
Hélène Le Bail
Stig Thøgersen
Eszter Knyihár
Linda Szabó
Ting Deng
Jelena Gledic
Martina Bofulin

Perspectivas
teóricas

Walden Bello

Sociologia da
América Latina

Esteban Torres
José Maurício Domingues
Viviane Brachet-Márquez
Sérgio Costa
Aldo Mascareño
Verónica Gago
Carmen Iizarbe
Mariana Heredia
Guilherme Leite Gonçalves

Seção Aberta

> Apresentando a equipe polonesa do *Diálogo Global*

REVISTA



International
Sociological
Association
ISA



VOLUME 11 / EDIÇÃO 1 / ABRIL DE 2021
<https://globaldialogue.isa-sociology.org/>

DG

> Editorial

No momento em que esta edição do *Diálogo Global* estava sendo editada, as eleições nos Estados Unidos eram um dos principais tópicos da mídia em todo o mundo. Nesse ínterim, sabemos que elas conduziram a uma era pós-Trump, mas isso não significa que os problemas testemunhados pelos EUA nos últimos anos não permanecerão. Na seção Falando de Sociologia, Margaret Abraham conduz uma entrevista com o sociólogo e ativista do *Black Lives Matter* S.M. Rodriguez, que fornece uma visão sobre a história da resistência contra o racismo nos Estados Unidos e a interseção de desigualdades sociais e preocupações de justiça social que motivam este movimento social.

Em relação aos acontecimentos em torno das eleições, Peter Evans e Michael Burawoy organizaram nosso primeiro simpósio sobre situação difícil e possibilidades nos Estados Unidos. Os artigos cobrem perspectivas históricas sobre o “capitalismo racial” dos EUA e analisam os efeitos dos desenvolvimentos econômicos e políticos da última década, incluindo o declínio do bem-estar, relações desafiadoras entre a classe trabalhadora e as comunidades de cor, problemas ecológicos e mudanças climáticas, bem como os desastrosos efeitos da política de Trump levando aos chocantes eventos de janeiro em Washington. Diante dessa situação, os autores também discutem o que pode ser feito para tornar a mudança possível.

Em nosso segundo simpósio, focado na migração chinesa na Europa e organizado por Fanni Beck e Pál Nyiri, é apresentada uma visão geral da história e do presente das sucessivas ondas de migração chinesa para a Europa. Os artigos analisam o status desses migrantes, bem como as complexas relações interétnicas nos países europeus, e mostram como eles são influenciados pelos

desenvolvimentos políticos na China e como a pandemia do COVID-19 afeta sua situação, bem como o discurso sobre os migrantes.

Nos últimos anos, temos testemunhado a crescente influência de movimentos, partidos e regimes de extrema direita para os quais os efeitos do neoliberalismo, as crises econômicas, os problemas não resolvidos de desigualdades sociais e as migrações têm sido janelas de oportunidades. Na seção teórica, Walden Bello compara facetas de programas políticos, práticas e liderança da extrema direita no Norte e no Sul globais.

Nossa seção que apresenta a sociologia de diferentes regiões enfoca a América Latina. Esteban Torres organizou uma coleção de artigos nos convidando a uma viagem por teorias sociais discutidas e desenvolvidas por pesquisadores de destaque, a maioria deles membros ativos do grupo de trabalho *Teoría social y realidad latinoamericana* do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO).

Na Seção Aberta, a equipe polonesa de tradução do *Diálogo Global* apresenta seus membros e, assim, fornece uma visão sobre a variedade de experiências e interesses de pesquisa de nossos colaboradores.

Aproveitamos esta oportunidade para expressar nossos agradecimentos a Christine Schickert por seu mais valioso trabalho como Editora Assistente do *Diálogo Global* e dar as boas-vindas a Walid Ibrahim (Universidade de Jena, Alemanha) como seu sucessor. ■

Brigitte Aulenbacher e Klaus Dörre,
editores do *Diálogo Global*

> O *Diálogo Global* pode ser encontrado em múltiplos idiomas no [website da ISA](#).

> Submissões devem ser enviadas a globaldialogue.isa@gmail.com.

ISA International
Sociological
Association

**DIÁLOGO
GLOBAL**



> Equipe editorial

Editores: Brigitte Aulenbacher, Klaus Dörre.

Editores assistentes: Johanna Grubner, Walid Ibrahim.

Editor associado: Aparna Sundar.

Editores executivos: Lola Busuttil, August Bagà.

Consultor: Michael Burawoy.

Consultor de mídia: Juan Lejárraga.

Conselho editorial:

Sari Hanafi, Geoffrey Pleyers, Filomin Gutierrez, Eloísa Martín, Sawako Shirahase, Izabela Barlinska, Tova Benski, Chih-Jou Jay Chen, Jan Fritz, Koichi Hasegawa, Hiroshi Ishida, Grace Khunou, Allison Loconto, Susan McDaniel, Elina Oinas, Laura Oso Casas, Bandana Purkayastha, Rhoda Reddock, Mounir Saidani, Ayse Saktanber, Celi Scalón, Nazanin Shahrokni.

Editores regionais

Mundo árabe: (Tunísia) Mounir Saidani, Fatima Radhouani, Habib Haj Salem; (Argélia) Souraya Mouloudji Garrouddji; (Marrocos) Abdelhadi Al Halhouli, Saida Zine; (Libano) Sari Hanafi.

Argentina: Magdalena Lemus, Juan Parcio, Martín Urtasun.

Bangladesh: Habibur Khondker, Khairul Chowdhury, Mohammad Jasim Uddin, Bijoy Krishna Banik, Sabina Sharmin, Sebak Kumar Saha, Mohammed Jahirul Islam, Abdur Rashid, Sarker Sohel Rana, Juwel Rana, Helal Uddin, Masudur Rahman, B. M. Najmus Sakib, Eashrat Jahan Eyemooon, Shamsul Arefin, Yasmin Sultana, Shahidul Islam, Ekramul Kabir Rana, Saleh Al Mamun, Sharmin Akter Shapla, Ruma Parvin.

Brasil: Gustavo Taniguti, Angelo Martins Junior, Andreza Galli, Dmitri Cerboncini Fernandes, Gustavo Dias, José Guirado Neto, Jéssica Mazzini Mendes.

Casaquistão: Aigul Zabirova, Bayan Smagambet, Adil Rodionov, Almash Tlespayeva, Kuanysh Tel, Almagul Mussina, Aknur Imankul, Madiyar Aldiyarov.

França/Espanha: Lola Busuttil.

Índia: Rashmi Jain, Nidhi Bansal, Sandeep Meel, Pragya Sharma, Manish Yadav.

Indonésia: Kamanto Sunarto, Hari Nugroho, Lucia Ratih Kusumadewi, Fina Itriya, Indera Ratna Irawati Pattinasarany, Benedictus Hari Juliawan, Mohamad Shohibuddin, Dominggus Elcid Li, Antonius Ario Seto Hardjana, Diana Teresa Pakasi, Nurul Aini, Geger Riyanto, Aditya Pradana Setiadi.

Irã: Reyhaneh Javadi, Niayesh Dolati, Abbas Shahrabi, Sayyed Muhammad Mutallebi.

Polónia: Justyna Kościńska, Jonathan Scovil, Sara Herczyńska, Weronika Peek, Aleksandra Wagner, Aleksandra Biernacka, Jakub Barszczewski, Adam Müller, Zofia Penza-Gabler, Iwona Bojadżijewa.

Romênia: Raluca Popescu, Raisa-Gabriela Zamfirescu, Iulian Gabor, Monica Georgescu, Ioana Ianuş, Bianca Mihăilă, Veronica Oancea, Maria Stoicescu.

Rússia: Elena Zdravomyslova, Anastasia Daur.

Taiwan: Wan-Ju Lee, Tao-Yung Lu, Tsung-Jen Hung, Syuan-Li Renn, Yu-Chia Chen, Yu-Wen Liao, Po-Shung Hong.

Turquia: Gül Çorbacioğlu, Irmak Evren.



Este simpósio analisa a situação e as possibilidades nos Estados Unidos após as eleições presidenciais de 2020. Os artigos cobrem perspectivas históricas e analisam os efeitos dos desenvolvimentos econômicos e políticos da última década. Diante dos eventos ocorridos em Washington em janeiro de 2021, os autores também olham para o futuro e discutem o que pode ser feito para que mudanças sejam possíveis.



Este simpósio apresenta uma série de pesquisas sobre a imigração chinesa na Europa. Alguns artigos enfocam os movimentos migratórios no século XX e outros lidam com as mudanças significativas na situação social e econômica dos imigrantes chineses no século XXI.



Diante dos desafios globais de hoje, a teoria sociológica latino-americana está se tornando um ponto de referência cada vez mais importante. Este simpósio mostra a originalidade da teorização latino-americana em toda a sua amplitude e heterogeneidade, com pesquisas sempre partindo de seu ponto de vista local no caminho da teoria global.



O **Diálogo Global** é possível graças à generosa contribuição da **SAGE Publications**.

> Nesta edição

Editorial 2

> FALANDO DE SOCIOLOGIA

Black Lives Matter: entrevista com S.M. Rodriguez
Por Margaret Abraham, EUA 5

> EUA: SITUAÇÃO E POSSIBILIDADES

O que pode ser feito a respeito dos Estados Unidos?
Por Peter Evans, EUA 9

Mortes de desespero e a saúde da democracia: desafios para a sociologia
Por Gabor Scheiring, Itália 11

Capitalistas humanos
Por Christopher Muller e Suresh Naidu, EUA 14

O futuro da justiça reprodutiva nos EUA
Por Patricia Zavella, EUA 16

A luta pela justiça climática e a administração Biden-Harris
Por J. Mijin Cha, EUA 18

Reparações radicais
Por Marcus Anthony Hunter, EUA 20

> MIGRAÇÃO CHINESA NA EUROPA

A mudança de lugar dos chineses na Europa
Por Fanni Beck, Hungria e Pál Nyíri, Holanda 22

Do silêncio à ação: os chineses na França
Por Ya-Han Chuang, França, Emilie Tran, Hong Kong, e Hélène Le Bail, França 24

Estudantes chineses na Europa
Por Stig Thøgersen, Dinamarca 26

Imigrantes chineses com "Visto Dourado" em Budapeste
Por Fanni Beck, Eszter Knyihár, e Linda Szabó, Hungria 28

Os chineses na Itália: negócios e identidade
Por Ting Deng, EUA 30

A mudança de status dos chineses na Sérvia
Por Jelena Gledić, Sérvia 32

Imigrantes chineses e pandemia de COVID-19
Por Martina Bofulin, Eslovênia 34

> PERSPECTIVAS TEÓRICAS

Distanciamento social: a relevância da sociologia
Por Walden Bello, EUA 36

> SOCIOLOGIA DA AMÉRICA LATINA

Os objetivos universalistas da sociologia latino-americana
Por Esteban Torres, Argentina 39

O paradigma mundialista: uma nova proposta para a sociologia
Por Esteban Torres, Argentina 40

Vinculando a sociologia global à modernidade global
Por José Maurício Domingues, Brasil 42

Teoria historicizante: uma proposta para a América Latina
Por Viviane Brachet-Márquez, México 44

Repensando interdependências
Por Sérgio Costa, Alemanha 46

A era da negligência: uma teoria de sistemas de crises
Por Aldo Mascareño, Chile 48

Pesquisando o neoliberalismo da América Latina
Por Verónica Gago, Argentina 50

Em direção a uma gramática pós-liberal
Por Carmen Ilizarbe, Peru 52

Escalas, desigualdades e elites na América Latina
Por Mariana Heredia, Argentina 54

Acumulação primitiva e a crítica do direito
Por Guilherme Leite Gonçalves, Brasil 56

> SEÇÃO ABERTA

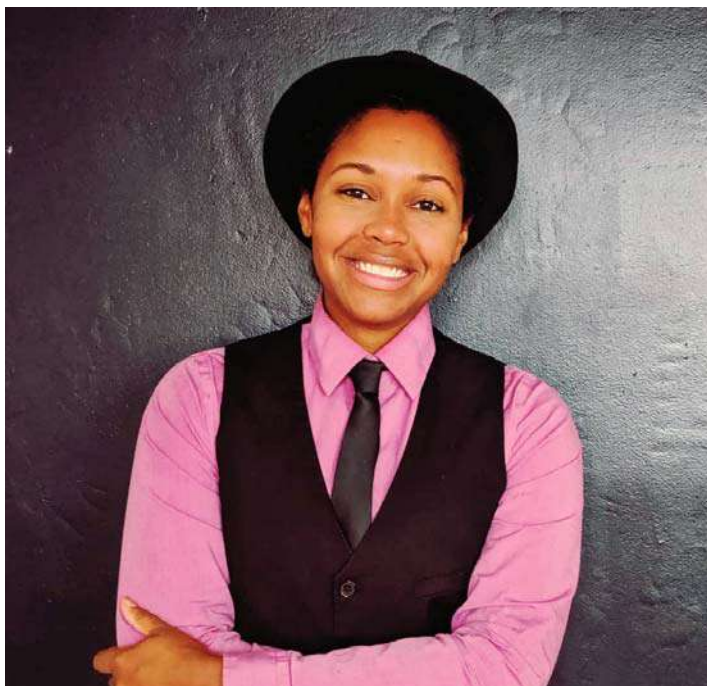
Apresentando a equipe polonesa do Diálogo Global 58

“**enquanto os europeus – e norte-americanos – tomavam como certa sua universalidade e viam sua particularidade como imediatamente generalizável no plano conceitual, os latino-americanos deviam partir de sua particularidade, pois sua universalidade era em princípio negada**”

José Maurício Domingues

> O brilhantismo do Black Lives Matter

Uma entrevista com Dr. S.M. Rodriguez



S.M. Rodriguez.

Abolitionist Alternatives to Criminalising Hate Violence (a ser publicado); e *Not Behind Bars: The Rippling Effect of Carceral Habitus and Corrective Violence on the Family and Community Life of Prison Guards* (a ser publicado). Dr. Rodriguez está trabalhando em dois projetos de livros incrivelmente inovadores: *Abolition in the Academy: Scholar-Activism e the Movement for Penal Abolition* e *Marked for Removal: Perpetual Coloniality, Gentrification, e Queer Abolitionist Praxis in New York City*. Após anos de organização comunitária com o Coletivo *Safe OUTside the System*, Rodriguez se juntou ao Conselho de Administração do Projeto Audre Lorde, a maior organização para e de pessoas queer negras nos Estados Unidos. Seus trabalhos foram apoiados por vários subsídios, prêmios e bolsas, incluindo a bolsa de pós-doutorado da Associação Americana de Mulheres Universitárias (AAUW) (2020-21) por *Abolition in the Academy* e o Programa de Bolsa de Minorias da Associação Americana de Sociologia (2014-15).

Dr. S.M. Rodriguez (Samar Rodriguez-Fairplay; pronomes: eles/deles/suas/seus) é Professor Assistente de Criminologia e Diretor de Estudos LGBTQ+ no Departamento de Sociologia da Universidade Hofstra. Eles são os autores do livro *The Economies of Queer Inclusion: Transnational Organizing for LGBTI Rights in Uganda* (2019), no qual Rodriguez fornece uma análise matizada das implicações da organização transnacional e do financiamento internacional para o ativismo local. Suas publicações incluem *Carceral Protectionism and the Perpetually (In)Vulnerable*; *Invisibility Matters: Queer African Organizing and Visibility Management in a Transnational Age*; *Queer*

Aqui, Dr. Rodriguez é entrevistado por **Margaret Abraham**, ex-presidente da Associação Internacional de Sociologia e vice-reitora sênior e pelo distinto professor Harry H. Wachtel da Universidade Hofstra.

MA: O que é o Black Lives Matter?

SM: Quando as pessoas fazem referência ao *Black Lives Matter*, normalmente se referem a uma de três coisas distintas, mas inter-relacionadas. Em primeiro lugar, é uma única organização global com várias ramificações

nos EUA, Reino Unido e Canadá que começou em 2013. Os principais objetivos do movimento são combater a supremacia branca, acabar com a violência estatal contra afrodescendentes e construir o poder comunal necessário para sustentar uma sociedade antirracista. Em segundo lugar, BLM é um *slogan* destinado a se manifestar em uma



realidade para os povos africanos em todo o mundo: nós existimos, nós importamos. Finalmente, e talvez com mais frequência, as pessoas se referem ao *Movement 4 Black Lives* (M4BL), que é uma organização guarda-chuva, uma coalizão de muitas organizações alinhadas de justiça racial, a maioria das quais existe há muito mais tempo que o BLM. Com isso, aponto a tendência da mídia, que imediatamente rotula todos os protestos contra a brutalidade policial de evento “*Black Lives Matter*”, independentemente da real afiliação dos organizadores ou participantes.

O brilhantismo do BLM é que, como bordão que todos os antirracistas podem afirmar, o sentimento é capaz de se replicar mais rápido do que organizações viáveis podem se formar. *Black Lives Matter* é o milenar *Black is Beautiful*, ou *Black Power*: não tanto um movimento centralizado, mas, antes, um sistema de crenças, um grito prolongado, uma invocação coletiva.

MA: Quais são algumas das continuidades e mudanças que você vê entre os movimentos negros anteriores e o movimento BLM atual? Quais são as estratégias para rupturas que desafiaram o status quo?

SM: Há uma longa e justa história de organização comunitária e ajuda mútua nos Estados Unidos por aqueles que viveram à margem dos serviços sociais do Estado. A ajuda mútua requer compartilhamento de recursos e reimaginação de recursos e responsabilidade como uma parte integrante das relações comunitárias, ao invés da relacionalidade de Estado-para-cidadão. Os movimentos negros historicamente têm feito demandas ao Estado, mas quase nunca pensaram o Estado como o “fim de tudo”. Isso inclui a demanda do Programa de 10 Pontos do Partido dos Panteras Negras por reparações por escravidão e genocídio, que pensa a distribuição de tais recursos liderada pela comunidade. O movimento *Black Lives Matter* também exige reparações e o fim de vários danos, mas não quer que o trabalho distributivo caia na esfera de ação do Estado. W.E.B. Du Bois demonstrou as limitações do Estado ao escrever sobre o *Freedmen’s Bureau* em *The Souls of Black Folk*. Instituição federal criada especificamente para proteção da liberdade dos negros americanos e busca por trabalho remunerado na década de 1870, o *bureau* rapidamente desistiu da tarefa porque não estava comprometido o suficiente para enfrentar a violência da supremacia branca (particularmente, a Ku Klux Klan) e iniciativas legislativas de supremacia branca que criminalizaram a vida negra.

As continuidades históricas são abundantes: as demandas de segurança, dignidade e liberdade da repressão política; a presença de mulheres negras e lideranças LGBT; e a presença de policiamento brutal, repressão estatal, contra-movimentos racistas e seguro/impunidade branca. As mudanças também são valiosas. Vemos em certas cidades, particularmente no meio-oeste, que muitas vezes muitos manifestantes nas marchas BLM são aliados brancos.

Historicamente, essas áreas podem simplesmente não ter tido muita ação direta. Também vemos a clara vitimização de tais manifestantes brancos pelas forças policiais militarizadas e pelos contramanifestantes da supremacia branca, que, na verdade, mataram aliados brancos do BLM! No *Freedom Rides*, ativistas brancos (muitos judeus) foram espancados por se juntarem ao Movimento dos Direitos Civis – então esse aspecto não é tão diferente – mas eu não tenho conhecimento de qualquer momento em nossa história em que vimos velhos brancos serem mortos por policiais, uma jovem branca atropelada e dois homens brancos baleados e mortos por um adolescente branco. Quero dizer, apesar da perpetuidade de injúrias contra os negros, esta é uma realidade nova e horrível – que os aliados brancos sofreram injúrias sem precedentes. Acho que essa mudança aponta para uma inovação importante da repressão estatal: a militarização da polícia, que ocorreu não apenas com a abertura total e ótica da mídia e da cobertura das redes sociais, mas com um espírito de policiamento revivido.

MA: O BLM pode transformar o racismo sistêmico nos Estados Unidos? O que será necessário para trazer uma mudança estrutural?

SM: Acho que devemos, em vez disso, considerar que formas de mudança teríamos que implementar para que a vida dos negros importasse? Em vez de pensar nisso como uma organização singular, com apenas um objetivo, precisamos pensar no BLM como um grito de guerra. Em meu trabalho, eu exploro os focos dos organizadores negros em justiça transformativa, feminismo anticarceral e organização antiviolência. Centrá-los não apenas como valores, mas como práticas, seria um convite à mudança estrutural necessária para transformar o BLM de mantra em realidade social.

MA: Quais são as interseções de gênero, raça e classe no contexto do Black Lives Matter?

SM: BLM é um exemplo fantástico de um movimento que exige explicitamente a interseccionalidade desde o início. Fundado por três mulheres de ascendência africana, duas das quais são homossexuais, o BLM nunca teve o objetivo de elevar a luta de apenas um subconjunto de negros americanos. Historicamente, os movimentos que lutaram para acabar com a brutalidade policial centralizaram os homens negros heterossexuais e, embora – afirmam os críticos – os negros heterossexuais tenham recebido atenção desproporcional dentro deste movimento, isso não reflete de fato os objetivos dos fundadores. Em vez disso, eu diria que isso reflete as décadas de memória organizacional que temos e que centrou os homens e meninos negros heterossexuais. Sabemos como lamentar Oscar Grant, e esse precedente forneceu o formato para o luto por Philando Castille. Nós nos lembramos do luto de Amadou Diallo, então sabemos como chorar Alfred



Olango. Este eixo de opressão (masculinidade racializada) pode nos permitir traçar delineamentos nítidos em nossas narrativas sobre responsabilidade, transgressão; para solicitar mudanças relativamente simples, como “prender policiais assassinos”. Quando integramos pessoas negras queer e mulheres, convidamos camadas adicionais de nuances que não têm um modelo amplamente aceito, então estamos iniciando uma conversa que foi completamente silenciada em nossa história. Isso significa que, quando surgem esforços de conscientização baseados em mídia social, como #SayHerName, não há realmente uma estrutura definida para discutir a prevalência, o significado e a retificação de danos. Grande parte da violência que as mulheres negras e pessoas queer enfrentam se deve à internalização da violência e do policiamento do Estado, possibilitada por relacionamentos (comunitários) enfraquecidos. No entanto, é a lente da interseccionalidade que nos permite imaginar não apenas uma mudança direcionada, mas uma mudança transformadora. Esta é uma grande contribuição da teoria de Kimberlé Crenshaw: quando imaginamos e centralizamos as necessidades daqueles ainda mais marginalizados, criamos intervenções que são mais abrangentes.

MA: Tem havido muita discussão e debate sobre o desfinanciamento da polícia. Como o BLM levantou a necessidade de reforma da justiça criminal?

SM: As proposições de mudança social frequentemente sofrem o mesmo padrão de destinos discursivos: um viés negativo receberá mais atenção. Nesse caso, é fácil se concentrar em “tirar”, na ausência, ou no que é chamado de mudança negativa porque parece drástico; isso inspira medo. Alternativamente, a política positiva – a da criação – poderia convidar à admiração. O grito de “desfinanciar a polícia” tem muito significado; é uma proposta rica e cheia de nuances embalada em um slogan de três palavras. A demanda aqui é tirar o dinheiro da polícia – financiar nossas comunidades: isso requer tanto o negativo quanto o positivo. Não quero dizer isso no sentido carregado de valor, mas no sentido de ausência e presença, revogação e criação. De muitas maneiras, isso deve ser de interesse fundamental para os sociólogos, pois se baseia em uma proposta oferecida pelo pai fundador da sociologia americana – W.E.B. Du Bois, em sua articulação sobre democracia da abolição em 1935. A teoria de Du Bois sustentava que não podemos efetuar uma mudança progressiva e abolicionista sem integrar o ato da criação. Devemos investir nosso tempo, energia e recursos para fundar “instituições que afirmam a vida” (Ruth Wilson Gilmore) que tomarão o lugar de nossas instituições e estruturas carcerárias de escravidão. Essa é a única maneira de “se livrar” sem sofrer um vácuo mais tarde; uma nova oportunidade de evoluir a carceralidade e a escravidão. Então, como o BLM levantou essa necessidade? Nossos líderes de movimentos sociais contemporâneos não

apenas articularam o que deve ser removido, mas também localizaram o que deve ser implementado.

MA: Como o retrato do BLM realizado pela mídia afetou a organização da justiça racial?

SM: Curiosamente, acho a cobertura da mídia sobre o protesto negro muito mais simpática na era de Trump, quando a agenda nacionalista branca está abertamente exposta. A grande mídia impulsionou uma narrativa ficcional de um perigo recém presente – o que Achille Mbembe enquadraria como a invenção da urgência – em relação à política de vida e morte negra. Apesar da continuidade da violência estatal antinegra e nativista, demandas anteriormente “injustificadas” repentinamente tornaram-se razoáveis.

Ao pesquisar para meu livro, *The Economies of Queer Inclusion*, examinei como a atenção da mídia pode fornecer uma enxurrada de apoio financeiro, sem realmente oferecer muito crescimento na compreensão do problema. Quanto mais sensacional e drástica a imagem, mais apoio é obtido. No entanto, o suporte permanece amplamente superficial e o envolvimento tende a diminuir com o tempo. A cobertura da mídia é, em última instância, responsável pela criação da causa popular que então recebe um despejo financeiro dramático e muito temporário! Muitos doadores individuais e fundações buscam o meio de fazer doações beneficentes que melhor realçam seu próprio perfil. A mídia cria o prestígio cultural e o senso de relevância atual. No meu trabalho, este foi o Projeto de Lei Anti-Homossexualidade em Uganda e esse tipo de fluxo de financiamento (tufão) na verdade vem com suas próprias consequências não intencionais. Neste verão, e posso dizer isso como alguém do Conselho de Administração de uma organização de justiça racial, BLM significava que as iniciativas de justiça racial estavam em evidência – e não podemos imaginar experimentando uma bênção de financiamento semelhante em uma época em que as pessoas imaginam uma crise política.

MA: Como o progressismo do BLM influenciou as eleições e os principais partidos políticos?

SM: O progressismo negro, embora amplamente deixado à margem da política eleitoral, sempre influenciou nossas realidades políticas dominantes. Para um exemplo histórico, podemos lembrar o Programa Café da Manhã Grátis do Partido dos Panteras Negras, que se tornou uma peça central política na década de 1960 e alcançou ampla integração nas escolas públicas dos Estados Unidos em 1975. Vimos uma ocorrência semelhante este ano, na tentativa progressista negra de obter uma chapa presidencial que priorizaria reparações pela escravidão em quatro iniciativas socialistas democráticas: saúde universal, cancelamento de dívidas escolares, acesso à universidade pública e desinvestimento do exército e do policiamento





Comício caribenho do Black Lives Matter, no Grand Army Plaza, Brooklyn, NY no domingo, 14 de junho de 2020. Crédito: Margaret Abraham.

para investir em recursos comunitários (como creches, escolas públicas, instalações de bem-estar, etc.).

Novamente, vemos que os progressistas negros não receberam a desejada chapa de esquerda, mas o único candidato democrata que não quis conversar sobre a possibilidade de reparação pela escravidão de afro-americanos durante os debates das primárias presidenciais. No entanto, a história nos mostrou, por meio da organização e do pensamento político negro, que o país se beneficia coletivamente dos resíduos das demandas progressistas negras.

MA: Os sociólogos desafiam a maneira como pensamos e fazemos sociologia. Quem são alguns dos sociólogos que influenciam sua perspectiva sobre a política e ativismo do Black Lives?

SM: Os sociólogos há muito criticam a “instituição total” e os ativistas acadêmicos enraizados nessa crítica se organizam para livrar nossas sociedades dessas estruturas de rotulagem, vigilância e punição cíclicas. Em meu projeto de livro atual sobre abolição na academia, todos esses estudiosos adotam a linguagem e a identidade de abolicionistas.

Eu seria negligente se não elevasse primeiro o trabalho de Mariame Kaba. Ela tem sido uma desenvolvedora crucial do pensamento e da prática abolicionistas e é formada

em sociologia. Falar do trabalho de sociólogos que estão especificamente em instituições de ensino superior é uma coisa, mas manter firme o trabalho da sociologia vendo-o na prática é outra. Kaba foi capaz de influenciar a trajetória do *Black Lives Matter Chicago* e de tantas organizações que contribuíram para o *Movement 4 Black Lives*, incluindo o *Black Youth Project 100*.

Ativistas acadêmicos que influenciam muito minha perspectiva e trabalho incluem Beth Richie, membro fundador do INCITE!, Mimi Kim, fundadora da *Creative Interventions*, e Liat Ben-Moshe, que nos obriga a centrar a deficiência e a loucura em nossa bolsa de estudos e ativismo. Acho que essas três mulheres estão realmente na vanguarda da inovação intelectual e da prática engajada para acabar com o carceralismo.

Fora dos EUA, estou realmente inspirado pelo trabalho de Vanessa Eileen Thompson na Alemanha e Sylvia Tamale em Uganda. Thompson explica as tecnologias de resistência utilizadas por ativistas e organizadores comunitários que trabalham para acabar com a violência estatal antinegra e anti-imigrante na Alemanha e na França. Tamale, uma ativista feminista e pesquisadora, comprometeu-se durante décadas na defesa de gênero e justiça sexual, ao mesmo tempo em que envolveu vários públicos para transformar culturas de violência. ■

Contato com <sm.rodriquez@hofstra.edu>
ou visite www.smrodriquez.com

> O que pode ser feito a respeito dos Estados Unidos?

Por **Peter Evans**, Universidade da Califórnia, Berkeley, EUA, e membro do Comitê de Pesquisa sobre Economia e Sociedade do ISA (RC02), Movimentos Trabalhistas (RC44) e Classes Sociais e Movimentos Sociais (RC47)



Ao analisar os desenvolvimentos políticos, sociais e econômicos dos últimos quatro anos nos Estados Unidos, também é necessário olhar para o futuro e as possibilidades que ele pode oferecer. Crédito: Creative Commons.

Desde meados do século XX, a trajetória dos Estados Unidos tem sido emblemática da evolução global do capitalismo. Os EUA ainda são um precursor da evolução global do capitalismo? Se esse é o caso, a capacidade fracassada do capitalismo dos EUA do século XXI de sustentar os padrões de bem-estar do século XX para suas classes trabalhadoras e as ramificações políticas desse fracasso tem implicações para todos os cidadãos do mundo.

Decifrar as origens e implicações da entrada caótica dos EUA no século XXI é um desafio analítico. Seguem-se cinco esforços impressionantes para enfrentar este desafio. São análises concisas, focadas em arenas específicas da economia política dos Estados Unidos, investigando a questão do que pode ser feito a respeito da perturbadora disfunção dos Estados Unidos. Embora este conjunto não tenha a pretensão de ser uma visão geral abrangente, é um mosaico perspicaz e provocativo que oferece um início produtivo nos debates que provavelmente consumirão aqueles que têm que viver nos Estados Unidos (ou à sua sombra) à medida que uma nova década começa.

Gabor Scheiring começa nossa discussão com um indicador recém-reconhecido de declínio do bem-estar dos

EUA – o aumento das taxas de mortalidade resultante de “mortes de desespero” entre trabalhadores brancos sem credenciais universitárias. A destruição impulsionada pelo mercado dos meios de subsistência e de comunidades da classe trabalhadora, que leva a mortes de desespero, desviou as queixas políticas da classe trabalhadora para o apoio a políticas populistas de direita excludentes.

Mortes de desespero também são um sintoma revelador para Christopher Muller e Suresh Naidu, mas o diagnóstico de Muller e Naidu destaca “as divisões sociais produzidas pela exclusão e exploração baseadas em credenciais” e o abismo político que se segue a essa exclusão. A análise de Muller/Naidu coloca o ônus da construção de alianças sobre a esquerda educada, sugerindo, por exemplo, que mais membros deste grupo privilegiado deveriam colocar suas credenciais a serviço de “organizações que realmente prestam contas aos americanos da classe trabalhadora”, como os sindicatos.

O artigo de Pat Zavella vai da destruição do mundo da vida da classe trabalhadora às lutas persistentes de mulheres pobres e imigrantes de cor. Em contraste com o argumento de Scheiring em que o Estado é basicamente um cúmplice da agenda destrutiva do capitalismo neoliberal, a repressão

ativa dos direitos reprodutivos pelo Estado é uma ameaça central às vidas e famílias dessas mulheres. No entanto, ter o Estado, em vez de capital impessoal, como o principal antagonista, pode levar à organização da resistência. Para Zavella, a essência da luta pela justiça reprodutiva está na ampla coalizão de movimentos sociais, liderados por mulheres de cor, que conquistaram vitórias surpreendentes ao resistir à agenda conservadora e não serão menos agressivos no enfrentamento ao governo Biden.

A transição para um futuro de baixo carbono é muitas vezes tratada como um problema tecnocrático, mas o artigo de Mijin Cha deixa claro que a organização inclusiva, reunindo organizações da classe trabalhadora e comunidades de cor, é novamente a chave para o sucesso. A luta por justiça climática requer a construção de uma coalizão que “vincule inextricavelmente a criação de empregos de qualidade com a redução de emissões” e inclua comunidades de cor que foram forçadas a suportar o impacto das emissões poluentes de combustíveis fósseis. Estratégias que “isolam as considerações econômicas e sociais da redução de emissões” não são apenas injustas, mas nunca construirão coalizões políticas amplas o suficiente para ganhar força contra os lucros dos combustíveis fósseis.

O último dos cinco artigos, de Marcus Hunter, combina uma intensa profundidade histórica com uma visão abrangente do caminho em direção a uma solução. Partindo do papel fundamental da escravidão na formação e sustentação do capitalismo dos EUA, ele ressalta a magnitude da transformação necessária para corrigir as desigualdades sociais, culturais e econômicas racistas arraigadas em 400 anos de capitalismo racial. O programa multidimensional de reparações que Hunter defende não é, no entanto, simplesmente uma formulação teórica. Começa com propostas muito concretas e específicas, como legislação para a criação de Comissões Nacionais de Verdade, Cura Racial e Transformação (TRHT Commissions).

Surpreendentemente diversos em foco substantivo e perspectiva analítica, esses cinco artigos possuem temas comuns, tanto em termos de seus diagnósticos do que aflige os Estados Unidos quanto na identificação de maneiras de seguir em frente.

Os efeitos destrutivos das políticas de Trump são considerados dados por esses analistas. A invasão do Capitólio em janeiro de 2021 demonstrou a capacidade de Trump de catalisar a raiva da classe trabalhadora branca, mas também revelou dramaticamente o caldeirão político que foi criado pelas disfunções dos EUA. Escrito bem antes da tempestade de janeiro, o artigo de Scheiring argumentou que, na ausência da reversão da destruição causada nas vidas da classe trabalhadora pela neoliberalização de décadas, o trumpismo provavelmente seria um prelúdio para movimentos políticos semelhantes, mas ainda mais tóxicos.

Nem as vacinas para o COVID nem um novo presidente resolverão os problemas levantados aqui. As raízes estruturais das disfunções estadunidenses do século XXI são o principal alvo das estratégias propostas por esses autores, e estas persistirão, apesar de haver uma nova administração nacional em Washington. Zavella conclui que ter Biden na Casa Branca não muda o fato de que “O futuro é de luta”. Cha está convencido de que “as perspectivas de uma mobilização do tipo *Green New Deal* sob um governo Biden-Harris parecem sombrias”.

Aqueles preocupados com o futuro dos Estados Unidos não terminarão isso tudo aliviados. Nenhum desses autores argumenta que existem razões estruturais inelutáveis pelas quais as soluções que eles propõem provavelmente serão adotadas. Nenhum deles afirma que forças políticas poderosas estão convergindo para conter o declínio da economia e da política dos Estados Unidos. Não existem tópicos reconfortantes de uma teleologia otimista a serem apreendidos por aqueles que buscam segurança.

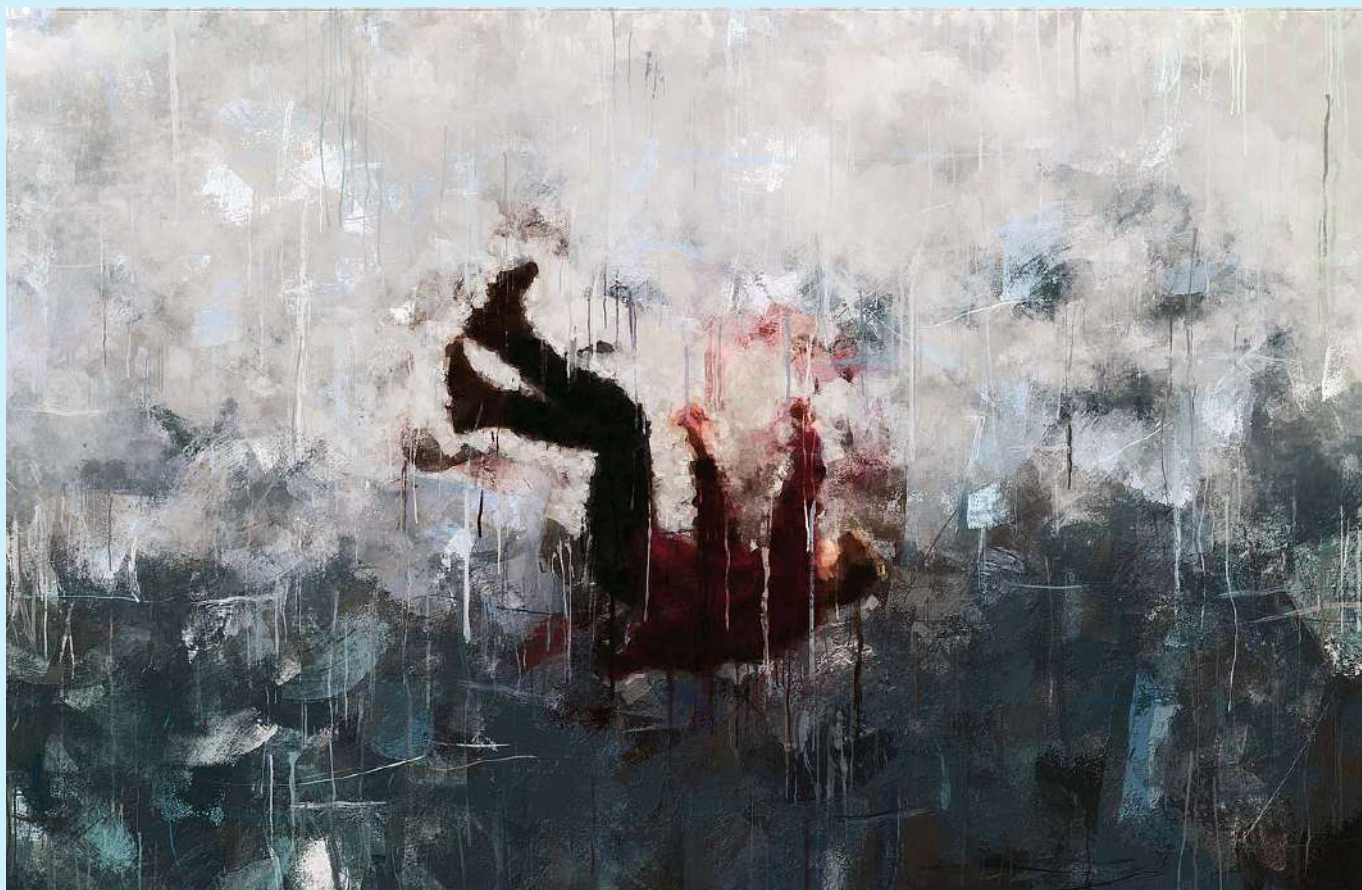
No entanto, não há profetas da desgraça aqui também. Essas análises não são apenas diagnósticas. Eles imaginam um conjunto intrigante de possibilidades para promover mudanças. Hunter, que está focado no problema estrutural mais profundo dos EUA – o racismo – também oferece a visão mais otimista, argumentando que “reconhecer e alcançar uma cura racial significativa pode abrir caminhos para uma América transformada”. Cada artigo identifica um conjunto de agentes políticos que têm o potencial de exercer influência ao lado da mudança progressiva. Considerando a política nacional uma arena pouco promissora, eles se concentram em possibilidades concretas em uma escala menor. Cha cita coalizões de justiça climática bem-sucedidas em nível estatal, especialmente onde as coalizões incluem organizações da classe trabalhadora. Zavella concentra-se diretamente nas coalizões de gênero, raça e identidades de classe como o núcleo essencial da energia progressiva. Para Muller e Naidu, a disposição da esquerda educada de ajudar a construir e sustentar organizações da classe trabalhadora é a chave. Cheiring afirma que até os sociólogos têm um papel a desempenhar mapeando “os caminhos causais complexos que ligam o deslocamento econômico às mortes de desespero” e os mecanismos que ligam o desespero à política regressiva.

Apesar de focar em arenas distintas, os autores identificam conjuntos de atores que se sobrepõem de maneiras que fazem as vitórias em uma arena reforçar as possibilidades de avançar em outras arenas. O que esse conjunto fornece, então, é uma coleção intrigante e interseção de planos de ação. Não é um projeto do que deve ser feito, mas um conjunto de esboços parciais de “o que pode ser feito”. ■

Contato com Peter Evans <pevans@berkeley.edu>

> Mortes de desespero e a saúde da democracia: desafios para a sociologia

Por **Gabor Scheiring**, Universidade Bocconi, Itália, e membro dos Comitês de Pesquisa da ISA em Economia e Sociedade (RC02), Transformações Sociais e Sociologia do Desenvolvimento (RC09), Sociologia da Saúde (RC15) e Sociologia Política (RC18)



Desde a virada do milênio, a mortalidade de americanos de meia-idade tem aumentado. Três causas diretas dessa onda de mortalidade são suicídios, overdoses de drogas e mortes relacionadas ao álcool – as chamadas “mortes por desespero”. Crédito: Creative Commons.

A pandemia de coronavírus ajudou a desacelerar temporariamente o aumento do populismo e aliviar a pressão sobre o status quo da política, contribuindo para a vitória de Joe Biden na corrida presidencial de 2020. No entanto, o legado de Donald Trump vai além de sua ocupação na Casa Branca. O trumpismo – e o populismo nacional em geral – é uma expressão da crise existencial do capitalismo

>>

contemporâneo. Uma segunda onda nacional-populista e uma versão potencialmente ainda pior do trumpismo são inevitáveis se – atraída pelo centrismo e bloqueada pelos republicanos obstrutivos – a administração de Biden não consertar tensões sociais e deslocamentos econômicos subjacentes. A sociologia pode ajudar a política nesse esforço.

O populismo como um modo de liderança política que tenta construir conexões diretas com as não elites e usá-las contra as elites pode ter uma série de valências. Às vezes, impulsiona agendas redistributivas que ajudam a desalojar os privilegiados entrincheirados. Outras vezes, promove agendas reacionárias e regressivas nas quais o “povo” cujos interesses afirma representar é um subconjunto circunscrito da sociedade, e o ataque às “elites” evita cuidadosamente o privilégio econômico ameaçador e, em vez disso, o reforça. A atual onda populista cai na segunda categoria: uma variedade reacionária de populismo de direita. O populismo neste artigo se refere a isso.

Cientistas políticos fornecem as narrativas acadêmicas mais prevalentes sobre a atual onda populista. Seu forte é analisar as atitudes dos eleitores e as manobras dos políticos. Embora esteja claro que as táticas políticas – romper com as normas e instituições da democracia liberal estabelecida – são cruciais para a compreensão do populismo, os políticos populistas não operam em um vácuo social. Outros enfatizam atitudes culturais iliberais que determinam a demanda política por populismo. No entanto, o populismo é mais do que apenas racismo. Descrever eleitores populistas como racistas faz com que os liberais negligenciem as estruturas partidárias locais nas comunidades da classe trabalhadora – um erro político fatal.

Em contraste com a ciência política, a sociologia até agora desempenhou um papel periférico no debate sobre o populismo. Os sociólogos destacaram como a mudança econômica – globalização, desindustrialização e a mudança para empregos de serviços intensivos em qualificação – alterou as coalizões eleitorais tradicionais. Essas mudanças tectônicas minaram a base eleitoral dos partidos social-democratas e impulsionaram a mudança para a direita dos eleitorados da classe trabalhadora. Sociólogos e etnógrafos qualitativos complementaram esta imagem destacando como a desintegração social inspirada na terapia de choque e a neoliberalização de décadas causaram estragos no mundo da vida cotidiana e nas comunidades da classe trabalhadora, erodindo assim a identidade de classe e abrindo o caminho para a mobilização nacionalista de queixas econômicas.

No entanto, um sinal específico da crise existencial do capitalismo escapou até agora da atenção da maioria dos sociólogos: o declínio da expectativa de vida dos trabalhadores nas áreas desindustrializadas do Cinturão de Ferrugem e o aprofundamento das desigualdades na saúde. Os EUA oferecem o exemplo mais chocante dessa

epidemia de “mortes de desespero”, mas outras partes do mundo – como o Reino Unido e a Europa Oriental pós-socialista – experimentaram aumentos semelhantes nas taxas de mortalidade da classe trabalhadora e crescentes disparidades de saúde.

Ao longo da maior parte do século XX, nos Estados Unidos e na Europa, a expectativa de vida vinha aumentando, o sinal mais robusto dos benefícios trazidos pelos desenvolvimentos na saúde, no Estado de bem-estar e no crescimento econômico. No entanto, hoje a economia mais poderosa do mundo está passando por uma tendência completamente diferente que, fundamentalmente, põe em causa a funcionalidade do modelo de crescimento dos EUA. A mortalidade de americanos brancos de meia-idade tem aumentado desde a virada do milênio. Os trabalhadores negros passaram por uma crise de saúde semelhante há três décadas, quando a primeira onda de fechamentos em massa de fábricas causou estragos nas comunidades do centro da cidade. Como os dois economistas de Princeton Anne Case e Angus Deaton destacam em seu livro, mortes de desespero mataram 158.000 americanos durante 2017, o equivalente a um Boeing 737 lotado caindo do céu todos os dias durante um ano.

As três causas diretas dessa onda de mortalidade nos Estados Unidos são suicídios, overdoses de drogas e mortes relacionadas ao álcool. Isso é o que Case e Deaton chamam de mortes de desespero. Elas refletem como as pessoas se sentem sobre seu futuro e valorizam suas vidas. Mortes de desespero não são distribuídas igualmente na sociedade. O aumento de mortes de desespero é restrito a trabalhadores sem diploma de faculdade ou universidade. O deslocamento social da classe trabalhadora americana é o fator de fundo mais crucial.

A perda de empregos industriais estáveis remodelou profundamente as comunidades e destruiu a cultura da classe trabalhadora. Os novos empregos na indústria e nos serviços tendem a ser mais precários, com acordos de trabalho temporário, contratos de hora zero e empregos reformulados como trabalho autônomo em ascensão. Estratégias corporativas implacáveis, a ausência de poder organizado de compensação e um Estado capturado pelo capital são centrais para esta transformação. As cidades que anteriormente constituíam a espinha dorsal regional do colarinho azul, a aristocracia da classe trabalhadora é hoje lar de problemas sociais, econômicos e de saúde em cascata - lares de desespero. A desindustrialização do Cinturão da Ferrugem leva à desintegração da classe trabalhadora e leva ao aumento do estresse psicossocial agudo e da desesperança. Este contexto é um terreno fértil para transtornos emocionais e mentais que muitas vezes se traduzem em outros problemas de saúde e vícios ao longo do tempo.

Apesar de oferecer uma investigação inovadora sobre mortes de desespero, as limitações disciplinares da economia restringem a análise de Case e Deaton. Ecoando a literatura sociológica inicial sobre as consequências sociais adversas da desindustrialização, os autores destacam a centralidade do deslocamento econômico como um determinante à montante das desigualdades em saúde. No entanto, em vez de desvendar as complexidades desses mecanismos e tirar as conclusões teóricas e políticas necessárias, eles enfatizam a excepcionalidade da experiência americana e concluem seu livro com um conjunto bastante desanimador de proposições concentrando-se na necessidade de uma melhor regulamentação dos produtos farmacêuticos e “mercados genuinamente livres e competitivos” (Case e Deaton, 2020).

Alguns anos antes do início do declínio da expectativa de vida nos Estados Unidos, a Europa Oriental experimentou uma catástrofe de mortalidade comparável, cuja magnitude não tinha precedentes em tempos de paz no mundo desenvolvido. Só a Rússia experimentou 3,26 milhões de mortes em excesso em 1990-1999. A crise de mortalidade pós-socialista – o tema da minha tese de doutorado e vários artigos subsequentes em jornais – também foi conectada às rápidas mudanças que transformaram a estrutura industrial e de emprego da Europa Oriental. A desindustrialização poderia ter sido responsável por um terço do excesso de mortes masculinas durante a crise de mortalidade pós-socialista na Hungria, à medida que os benefícios econômicos de hospedar corporações transnacionais não se traduziram em melhor saúde. Evidências paralelas da Rússia confirmam o efeito psicossocial negativo do deslocamento econômico criado pela desindustrialização e privatização em massa. No entanto, a expectativa de vida começou a aumentar novamente na Europa Oriental desde a segunda metade da década de 1990. Em contraste, a expectativa de vida dos brancos americanos da classe trabalhadora vem diminuindo há vinte anos.

A saúde das pessoas e a saúde da democracia estão interligadas. Pessoas deixadas para trás em regiões atingidas por doenças de desespero e trabalhadores que enfrentam a precariedade e a perspectiva de mobilidade descendente têm uma tendência maior de apoiar insurgentes populistas. A popularidade de Trump em regiões carentes de saúde dos Estados Unidos, a alta parcela de votos do Brexit nas cidades mais insalubres do Reino Unido atingidas por anos de austeridade e a crescente popularidade da Lega Nord

entre os trabalhadores em cidades desindustrializadas na Itália são exemplos disso.

No entanto, poderosos políticos que prometem uma vida melhor aos seus eleitores e “retomam o controle” apenas exploram essas mesmas pessoas nos bastidores. As elites são os principais beneficiários da mutação nacional-populista do neoliberalismo que Trump e “Brexit Boris” representam. Embora a desigualdade prejudique o desenvolvimento econômico no longo prazo, a redistribuição para cima pode estimular o crescimento no curto prazo. Assim, os populistas nacionais também podem atrair o apoio da burguesia nacional, dos investidores estrangeiros e da classe média alta.

Os populistas não são a causa raiz das múltiplas crises de hoje. Eles são empreendedores políticos imprudentes que exploram todas as oportunidades estruturais oferecidas pelas crises geradas por estruturas econômicas defeituosas. A sociologia tem um grande potencial inexplorado na análise desses deslocamentos econômicos subjacentes – como as análises no *Diálogo Global* mostram os benefícios que as perspectivas sociológicas podem trazer para a análise do populismo.

A política centrista e as políticas de proteção do status quo serão insuficientes para enfrentar as causas subjacentes da atual onda populista e consertar os deslocamentos econômicos que também causam mortes de desespero. A atual conjuntura de crises demográficas e democráticas exige transformações profundas. Os sociólogos poderiam ter um papel único em encontrar essas soluções, explorando as raízes da disciplina na análise das mortes sociais e as consequências sociais das mudanças industriais. Complementando economistas e cientistas políticos, apenas uma abordagem sociológica pode mapear os complexos caminhos causais que ligam o deslocamento econômico às mortes de desespero e lançar luz sobre os mecanismos pelos quais os problemas de saúde se retroalimentam na política para impulsionar o apoio dos populistas. A saúde da democracia e a saúde dos cidadãos dependem uma da outra. ■

Contato com Gabor Scheiring <gabor@gaborscheiring.com>

Referência:

Case A and Deaton A (2020) *Deaths of Despair and the Future of Capitalism*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

> Capitalistas humanos

Por **Christopher Muller**, Universidade da Califórnia, Berkeley, EUA e **Suresh Naidu**, Universidade Columbia, EUA



Ilustração por Arbu.

A devastação econômica provocada pela COVID-19, em um cenário de extrema riqueza e desigualdade de renda, parece ser uma receita perfeita para uma situação revolucionária. Considere as teorias deterministas econômicas mais mecânicas da mobilização social: alta desigualdade estrutural mais choques econômicos transitórios e capacidade estatal enfraquecida devem se traduzir em uma crise do Estado e uma possível mudança de regime. No mínimo, tais teorias prediriam que Bernie Sanders teria obtido uma vitória esmagadora no momento em que as massas da classe trabalhadora nos Estados Unidos se reunissem para sua plataforma focada na redistribuição.

Mas, em vez disso, temos um impasse político contínuo que provavelmente levará a uma maior paralisia do Estado. As autópsias das eleições de 2020 irão proliferar em um futuro previsível. Em segundo plano, assoma o fato de que a educação, em todo o mundo, continua a ser um dos mais fortes indicadores de votação para a esquerda e até mesmo de seu ativismo. Como devemos entender a clivagem entre a direita mercantil de Piketty e a esquerda brâmane? Isso significa que uma abordagem materialista para a análise política precisa ser abandonada? Não pensamos assim. Mas esta provavelmente precisa ser complementada por uma análise mais atenta às divisões sociais produzidas pela exclusão e exploração baseadas em credenciais.

Considere dois pontos.

Em primeiro lugar, as universidades, pelo menos desde a década de 1960, tornaram-se um dos locais mais

importantes para reproduzir institucionalmente as idéias da esquerda. Os conservadores lamentam esse fato e, à medida que avançamos em direção à catástrofe climática e nos livramos de uma pandemia, é notável como muitos deles são mantidos acordados à noite por políticas assimétricas do campus. Mas é indiscutível que as universidades, junto com a maior parte da indústria cultural, são totalmente capturadas pelos partidários democratas. Em nenhum lugar isso é mais verdadeiro do que nos departamentos que estudam a sociedade: até mesmo professores de economia, amplamente considerada uma disciplina conservadora, são democratas enxutos na proporção de 4:1 (a sociologia atinge 44:1). E não são apenas os democratas de centro, mas muitos na esquerda, que herdaram seu posicionamento político da faculdade.

Em segundo lugar, desde os anos 1970, a fortuna das pessoas que não se formaram na faculdade está se corroendo em termos absolutos e relativos. A recompensa da faculdade aumentou constantemente do final dos anos 1970 a 2000. Hoje, mesmo com a crise da dívida estudantil e a recessão de 2009 ameaçando uma geração de jovens com ensino superior, os custos de não se formar na faculdade são inconfundíveis, ilustrados de forma mais marcante pelo surpreendente aumento da mortalidade entre pessoas sem bacharelado documentado por Anne Case e Angus Deaton. Mesmo os sindicatos do setor privado, a organização arquetípica da classe trabalhadora, estão cada vez mais cheios de graduados universitários, enquanto a sindicalização elude a maioria dos trabalhadores de baixa renda.

>>

Esses dois pontos são geralmente discutidos isoladamente, mas é útil pensar sobre eles juntos. Quando o fazemos, podemos ver que as universidades têm cada vez mais persuadido seus graduados da solidez de idéias como o imposto sobre a riqueza global ou o *Green New Deal*, ao mesmo tempo em que aumentam a distância social, econômica e retórica entre eles e a vasta maioria dos eleitores em nossa sociedade.

Esse distanciamento cria um impasse para qualquer movimento que pretenda construir uma maioria. O ressurgimento da Esquerda revitalizou a praça pública online, trazendo aos principais meios de comunicação ideias poderosas para reimaginar a sociedade que teriam sido consideradas marginais até alguns anos atrás. Mas embora os debates on-line entre a esquerda e o centro, ou dentro da esquerda, sejam vitais e necessários, eles também são quase exclusivamente intercâmbios entre acadêmicos, exibindo muitas preocupações alheias a sessenta por cento das pessoas nascidas depois de 1982 que não têm um grau acadêmico. Frequentemente, as preocupações e movimentos desses não graduados, organizados em torno de mesas de cozinha e alojados em igrejas e centros comunitários, estão apenas vagamente conectados ao mundo dos escritores que tentam canalizá-los para as demandas políticas.

É óbvio que a redução da desigualdade de renda e riqueza exigirá a redução do abismo econômico entre aqueles com e sem bacharelado. Mas é menos óbvio, e possivelmente mais importante, que o abismo social seja reduzido ao mesmo tempo. A tarefa, então, é cruzar as divisões da educação e construir redes sociais entre a esquerda com educação universitária e a não-universitária, transformando essas redes em organizações responsáveis pela liderança da classe trabalhadora. Como podemos fazer isso?

Uma estratégia é expandir o acesso às universidades e reduzir os custos financeiros e os benefícios privados de uma educação universitária. A universidade faz pela esquerda o que os militares fazem pela direita. A direita faz desse fato um motivo para despojar a universidade. Devíamos fazer disso um motivo para exigir faculdade gratuita para todos e mais financiamento público para o ensino superior e a pesquisa científica básica. Como o retorno de uma educação universitária depende de sua escassez, isso reduziria a lacuna econômica entre pessoas com e sem bacharelado. Mas a compressão da recompensa da faculdade e a redução dos custos de frequência ainda deixarão uma proporção considerável da população que prefere não ir para a faculdade, e as brechas comunicativas entre as divisões educacionais permanecerão.

Outra estratégia poderia ser mudar nossa retórica, focando menos em debater pequenas diferenças com pessoas cujas políticas são próximas à nossa e focando mais em destacar as implicações radicais dos compromissos de pessoas cujas visões parecem distantes das nossas. Certamente há uma função para tornar nossas ideias mais acessíveis

e palatáveis para um público amplo e apontar conexões entre a ética que atrai as pessoas para o serviço e a caridade e a ética que as leva a esferas mais amplas de envolvimento e preocupação política. Mas ideias, mesmo quando amplamente divulgadas, só nos levarão até certo ponto. As pessoas podem ouvir uma ideia ou receber informações e, ainda assim, não fazer parte de uma rede social que reflita isso para elas em conversas e referências compartilhadas. As mensagens de Sanders não faltaram ao alcance e ao apelo, mas criaram raízes apenas onde organizações de imigrantes, trabalhadores e trabalhadores imigrantes ecoavam essas mensagens em suas redes de membros.

Assim, as duas primeiras estratégias provavelmente funcionarão apenas se ajudarem a construir e sustentar organizações da classe trabalhadora. Existe um papel para os esquerdistas com nível superior neste esforço? Um poderia ser construir sindicatos acadêmicos, bem como sindicatos de trabalhadores de tecnologia e mídia, gerando facções de intelectuais integrados ao movimento trabalhista. Outro poderia ser a expansão da gama e do número de “intelectuais domésticos” mantidos por sindicatos e outras organizações para que pudessem levar uma vida intelectual fora da universidade, livres de pressões profissionalizantes e cantilenas acadêmicas. No passado, o trabalho desses intelectuais costumava ser estratégico, mas no futuro pode ser cada vez mais técnico também. Alguns podem usar as ferramentas de engenharia que aprenderam na faculdade para fortalecer a capacidade jurídica, técnica e administrativa de suas organizações. Outros podem usar as ferramentas da ciência social experimental a serviço de iniciativas organizacionais, da mesma forma que o Laboratório de Ação contra a Pobreza do MIT usa para o desenvolvimento orientado por doadores. Os sindicatos contemporâneos, por exemplo, são organizações orientadas por dados que precisam de infraestrutura e análise de software que geralmente podem ser construídas e executadas apenas por pessoas com habilidades especializadas. Esse tipo de trabalho poderia ser modelado na advocacia do movimento, cujo princípio é colocar esquerdistas com formação universitária para trabalhar para organizações dirigidas por pessoas não credenciadas.

Provavelmente, uma mistura dessas três estratégias será necessária para que a esquerda com formação universitária transcenda seu interesse de classe: lutando para expandir o acesso à faculdade, mudando a retórica e a cultura na esquerda para incluir uma ampla variedade de origens discursivas (talvez pela imposição de normas transparentes de respeito mútuo), e abandonando os espaços de fundação, governamentais e dirigidos por doadores que ocupa para organizações que realmente prestam contas aos americanos da classe trabalhadora. ■

Contato com
Christopher Muller <cmuller@berkeley.edu>
Suresh Naidu <suresh.naidu@gmail.com>

> O futuro da justiça reprodutiva nos EUA

Por **Patricia Zavella**, Universidade da Califórnia, Santa Cruz, EUA



Uma das muitas manifestações realizadas em todos os Estados Unidos durante o governo Trump para protestar e rejeitar as proibições e restrições ao aborto. Crédito: flickr. Alguns direitos reservados.

Os esforços de governança reprodutiva que monitoram e controlam os comportamentos reprodutivos das mulheres foram fundamentais para as políticas de Trump, apoiados pela retórica antiaborto projetada para apaziguar sua base, especialmente evangélica. Os ataques à justiça reprodutiva compartilhavam fundamentos políticos e ideológicos com ataques paralelos a imigrantes. Trump promoveu uma agenda sem precedentes de violência legal ao enquadrar a imigração como uma ameaça à segurança nacional, à economia e à identidade dos Estados Unidos e ao promulgar políticas e discursos que restringiam a imigração dos “indignos”.

As políticas reprodutivas e de imigração estavam ligadas pelo fato de que as mulheres negras eram os principais alvos de ambas. O grande número de mortes que resultou da má gestão de Trump da pandemia de COVID-19 se encaixa no mesmo padrão. Pessoas de cor e imigrantes, que não tinham escolha a não ser trabalhar em empregos de risco na linha de frente e residir em casas lotadas, foram desproporcionalmente vítimas do fracasso em controlar a pandemia.

Um elemento-chave do ataque à justiça reprodutiva foi o esforço para anular o *Affordable Care Act* (ACA), que expandiu o acesso das mulheres aos serviços de saúde reprodutiva por meio de cuidados preventivos que incluíam contracepção, rastreamento do câncer e cuidado pré-natal. Enquanto Trump não teve sucesso em anular o *Affordable Care Act*, muitos de seus esforços para impedir o direito das mulheres aos cuidados de saúde reprodutiva foram bem-sucedidos. Os sucessos de sua administração incluíram a redução do financiamento do Título X, que fornece serviços

de saúde a 43 milhões de mulheres de baixa renda nos EUA e no exterior, direcionando fundos para prevenção de gravidez na adolescência a programas que usam instruções ineficazes apenas de abstinência, permitindo que profissionais de saúde discriminem pacientes LGBTQ e nomeando quase 200 juizes de primeira instância e três juizes da Suprema Corte que colocarão em risco o acesso das mulheres ao aborto.

Os esforços paralelos do governo para atacar imigrantes negros também alcançaram um sucesso alarmante. A agenda restritiva sem precedentes de Trump sobre a imigração demonizou os latinos e incluiu mais de 400 mudanças políticas: proibiu viagens de pessoas de países predominantemente muçulmanos, reduziu as admissões de refugiados ao mínimo desde 1980, encerrou o status de proteção temporária para 400.000 imigrantes de dez países, tornou a qualificação para residência permanente legal ou cidadania mais difícil, impediu que os migrantes apresentassem pedidos de asilo a menos que entrassem em uma passagem oficial da fronteira, eliminou a violência (doméstica e gangue) como base para o asilo, computou os petionários de asilo, forçando-os a permanecer no México até serem chamados, e ampliou os regulamentos que limitavam a capacidade dos imigrantes de se qualificarem para benefícios como vale-refeição. Sob uma política de “tolerância zero”, a administração de Trump separou milhares de crianças de seus pais, permitiu condições de detenção que levaram à negligência, abuso e mortes, especialmente para menores e migrantes trans, e migrantes deportados, o que os expôs a COVID-19 e outros riscos fatais. Mulheres imigrantes foram submetidas a esterilizações forçadas e práticas burocráticas que

>>

criminalizaram o aborto durante a detenção.

Para mulheres de baixa renda, e mulheres negras em particular, a combinação de justiça antirreprodutiva e políticas anti-imigrantes teve efeitos devastadores. Essas políticas deram poder aos estados hostis ao direito ao aborto, onde vivem seis em cada dez mulheres americanas. O aumento das taxas de mortalidade materna para mulheres negras e indígenas foi uma medida particularmente preocupante dos efeitos dos ataques à justiça reprodutiva. Ao mesmo tempo, mulheres imigrantes não autorizadas temiam buscar serviços básicos de saúde, como atendimento pré-natal ou contracepção e benefícios públicos, como vale-refeição, enquanto as pessoas LGBTQ enfrentavam discriminação em ambientes de saúde.

Mulheres, especialmente mulheres de cor, têm resistido a esses ataques. Elas agitaram contra a agenda multifacetada de Trump de atingir os mais vulneráveis. Uma ampla gama de grupos de defesa, muitas vezes trabalhando em coalizões, desafiou políticas e práticas retrógradas e pressionou por uma legislação progressiva para restabelecer e proteger a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos de todos. Essas coalizões continuarão assim que um novo governo assumir o poder em Washington. Elas planejam monitorar e pressionar o governo Biden para reparar injustiças de longa data com a mesma determinação com que lutaram contra as iniciativas de Trump.

Com indicações dos juizes da Suprema Corte de que o ACA não pode ser anulado, o governo Biden deve trabalhar para fechar brechas em sua garantia de cobertura anticoncepcional, restaurar as proteções antidiscriminação, reverter a regra que permite a recusa de atendimento a pacientes LGBTQ, reparar o Título X, incluindo o aumento dramático de seu financiamento, remover programas de prevenção de gravidez em adolescentes exclusivamente para abstinência e incentivar a inclusão LGBTQ.

O governo Biden deve condenar a violência antiaborto e demonstrar seu compromisso com o direito ao aborto e ao seu acesso, rescindindo a ordem executiva que reforça a Emenda Hyde, que proíbe a cobertura de seguro de aborto para milhões que obtêm cobertura de saúde por meio de programas federais. Biden deve apoiar a legislação que reverte a Emenda Hyde e expande o Medicaid. Ele deve expandir a telessaúde e revisar as restrições da *Food and Drug Administration* que limitam o acesso a abortos medicamentosos comprovadamente seguros. Declarar o racismo como uma crise de saúde pública daria um novo tom para as políticas sobre acesso à saúde e condições de vida/trabalho saudáveis.

Na frente de imigração, Biden indicou planos para reverter muitas das políticas de Trump. A nomeação de Alejandro Mayorkas, um imigrante cubano que liderou a implementação do programa Ação Adiada para Chegadas à Infância, para chefiar o Departamento de Segurança Interna e o fechamento de um centro de detenção, sinaliza uma

reversão da violência legal e da xenofobia. No entanto, a nomeação de Cecilia Muñoz para sua equipe de transição é preocupante, já que ela defendeu a separação de famílias durante o governo Obama. Para que Biden acabe com as separações familiares e reabra a fronteira para requerentes de asilo, seu procurador-geral precisaria reverter as decisões do Departamento de Justiça que limitam a independência dos juizes de imigração. Nomear mais juizes para acabar com o acúmulo de casos de imigração também é uma parte essencial da entrega de justiça aos imigrantes. Assim como os ataques à justiça reprodutiva foram paralelos aos ataques aos imigrantes, as políticas pró-imigrantes apoiariam a justiça reprodutiva. Uma administração favorável aos imigrantes facilitaria o acesso das mulheres imigrantes a serviços de saúde reprodutiva e benefícios públicos, ao mesmo tempo em que aumentaria seu senso de pertencimento. Os sucessos em ambas as frentes dependerão fundamentalmente dos mesmos movimentos sociais que resistiram a Trump.

O movimento social dedicado à justiça reprodutiva é liderado por mulheres negras que trabalham em nome de pessoas marginalizadas - imigrantes, pobres, pessoas LGBTQ, jovens, deficientes, etc. Trabalhando com uma estrutura holística que combina interseccionalidade e direitos humanos, este movimento defende mudanças estruturais que vinculem os direitos sexuais e reprodutivos às políticas que diminuem as disparidades sociais, econômicas e ambientais vividas por aqueles com baixa renda. A missão desse movimento de justiça reprodutiva é promover o direito das mulheres de ter filhos livres de coerção ou abuso, interromper sua gravidez sem obstáculos ou julgamento e criar seus filhos em ambientes saudáveis, bem como o direito à autonomia corporal e autoidentificação de gênero. Trabalhando em mais de 30 organizações sem fins lucrativos em todo o país desde a década de 1990, esse movimento também se engaja na organização de base para socializar e mobilizar politicamente os constituintes e no trabalho de mudança cultural que reformula questões voláteis por meio de representações culturais positivas e honra as tradições espirituais seculares. As organizações conduzem pesquisas primárias, desenvolvem campanhas direcionadas para educar e empoderar as mulheres, abrir processos, aprovar legislação progressiva e apresentar suas descobertas às Nações Unidas, tendo obtido sucessos notáveis. As organizações de justiça reprodutiva trabalham em coalizão com aqueles que fornecem serviços de saúde reprodutiva e aqueles que trabalham na defesa de políticas para os direitos reprodutivos e civis.

Independentemente de seu foco estar na justiça reprodutiva, direitos dos imigrantes, direitos LGBTQ ou direitos das mulheres, os ativistas continuarão pressionando o governo Biden em nome dos direitos sexuais e reprodutivos. O futuro é de luta. ■

Contato com Patricia Zavella <zavella@ucsc.edu>

> A luta pela justiça climática e a administração Biden-Harris

Por **J. Mijin Cha**, Occidental College, EUA



Um grafite chama a atenção para a necessidade de enfrentar a crise climática. Crédito: [flickr](#). Alguns direitos reservados.

Um segundo governo Trump teria garantido uma política de mudança climática catastrófica, mas as perspectivas de uma mobilização do tipo *Green New Deal* sob um governo Biden-Harris parecem sombrias. O compromisso do presidente eleito Biden com a ação climática é mais agressivo do que o de qualquer governo anterior, para ser claro, mas a visão e a ambição do *Green New Deal* (GND) estão ausentes, sem mencionar que disputar com um provável senado hostil limitará severamente a nova administração. Se as perspectivas de um GND federal parecem improváveis, a questão então se torna: os esforços estaduais e locais podem atingir a escala necessária para realizar uma transição equitativa e justa de baixo carbono? Iniciativas climáticas em nível estadual podem fornecer um caminho para uma transição de baixo carbono, mas somente se as questões de justiça social e econômica forem integradas à política climática.

Embora os conservadores tenham transformado o [Green New Deal](#) em uma arma de controle governamental coercitivo, o GND não é um artigo de legislação detalhado e prescritivo. Em vez disso, é uma resolução não vinculativa que pede ao governo federal que adote um ambicioso programa

keynesiano que trate da dupla crise de desigualdade e mudança climática em um prazo de dez anos. O prazo de dez anos está alinhado ao consenso de especialistas de que reduções dramáticas nos gases de efeito estufa devem ocorrer até 2029 para evitar os piores impactos das mudanças climáticas. Ao compreender que a mudança climática e a desigualdade estão interligadas, a visão do GND vai além da estrutura estreita e tecnocrática das reduções de emissões. Compreender e abordar as condições materiais das pessoas integra a mudança climática em considerações sociais e econômicas, em vez de abordar a mudança climática como um desafio separado e distinto.

A integração de considerações sociais e econômicas é um desenvolvimento muito necessário para a defesa das mudanças climáticas. Partindo de soluções tecnocráticas, com o foco míope do passado em um imposto de carbono ou em um programa de limite e comércio, os defensores do clima em todo o espectro político convergiram amplamente em três princípios orientadores para a ação climática que integram as preocupações sociais e econômicas à política climática. Referido como “Padrões, Investimento e Justiça”, o traço comum entre os diferentes esforços de defesa do clima é uma chamada para zero ou baixíssimas emissões de

>>

carbono, investimento público em grande escala em setores e infraestrutura, e questões de justiça social e econômica – a criação de bons empregos sindicais, a transição de trabalhadores e comunidades de combustíveis fósseis e a proteção das comunidades marginalizadas que serão as primeiras e mais afetadas pelos impactos das mudanças climáticas.

Dado que o presidente eleito Biden anunciou as mudanças climáticas como uma das [questões prioritárias de transição](#) e nomeou um embaixador presidencial para as mudanças climáticas, há razões para acreditar que as mudanças climáticas serão de fato uma prioridade para o novo governo Biden-Harris. No entanto, embora haja uma sensação de alívio em ter um governo que acredita na mudança climática, a luta por uma transição de baixo carbono justa torna-se mais difícil em muitos aspectos porque as considerações sociais e econômicas – que são o que garantem uma transição “justa” – são as mais vulneráveis a serem removidas por uma administração politicamente moderada e um senado republicano hostil. O [ataque imediato pós-eleitoral por democratas moderados](#) a questões progressistas, como o *Medicare for All* e o esvaziamento da polícia, indica que as questões de justiça racial e econômica não terão o forte apoio necessário para avançarem por um senado hostil.

Com a ação federal para garantir um futuro justo de baixa emissão de carbono parecendo incerta, na melhor das hipóteses, a atenção se volta para o nível estadual e para o impulso em direção a uma transição equitativa de baixa emissão de carbono. Na verdade, mesmo antes do governo Trump, os estados lideravam a implementação de políticas climáticas ambiciosas. No entanto, no nível federal, se essas políticas climáticas serão justas dependerá da criação e implementação de políticas públicas. Quando a Califórnia adotou um programa de *cap and trade* [mercado de compensação de carbono], os defensores da justiça ambiental [entraram com uma ação para interromper o programa](#) devido ao impacto negativo que o *cap and trade* teria em relação à justiça ambiental nas comunidades. As ações judiciais acabaram não sendo bem-sucedidas e as organizações que as moveram receberam uma repercussão considerável das organizações ambientais tradicionais. Uma avaliação recente do programa *cap and trade* concluiu que as preocupações com a justiça ambiental eram bem fundamentadas e que [a poluição localizada havia aumentado](#) em comunidades vulneráveis desde que o *cap and trade* foi implementado. Além disso, a Califórnia [não está no caminho](#) de cumprir suas metas de redução de emissões de gases de efeito estufa, apesar das metas prometidas no mercado de compensação de carbono.

Em contraste, o estado de Nova York aprovou [a política climática mais ambiciosa](#) do país, e o fundamental para seu sucesso foi uma coalizão ampla e multifacetada que centrou as provisões de capital. Em vez de focar apenas nas reduções de emissões, a Lei de Liderança Climática e Proteção Comunitária prioriza o investimento em comunidades vulneráveis, e todo o projeto de lei climático também dependia da [aprovação de um projeto complementar](#) que criava um conselho consultivo de justiça ambiental permanente, entre outras disposições. A ligação da justiça com o clima resultou em uma política climática ambiciosa e equitativa.

Os esforços estaduais de ações climáticas também fornecem modelos para uma transição de baixa emissão de carbono. O *ethos* fundamental por trás desses esforços é que a dupla crise de desigualdade e clima deve ser tratada simultaneamente. Substituir empregos baseados em combustíveis fósseis, que tendem a ter melhores salários e mais sindicalização por empregos baseados em energia renovável, com baixa qualidade e baixos salários pode reduzir as emissões de gases de efeito estufa, mas não é uma transição justa. E o fracasso das transições anteriores em apoiar os trabalhadores e as comunidades, como a desindustrialização, torna os trabalhadores que trabalham com combustíveis fósseis ainda mais resistentes a outra transição forçada. Iniciativas estaduais, como [Labor Leading on Climate](#) e o [Climate Jobs National Resource Center](#), envolvem sindicatos estaduais e locais para promover políticas climáticas pró-trabalhador que vinculam inextricavelmente a criação de empregos de qualidade à redução de emissões. Esses esforços são particularmente eficazes porque podem aproveitar o poder político dos sindicatos, conforme evidenciado pelos [sucessos](#), da *Climate Jobs New York*, incluindo uma promessa de US \$ 1,5 bilhão para criar 40.000 empregos climáticos.

Com o fornecimento de equidade e justiça correndo o risco de serem postos de lado no governo Biden-Harris, os esforços em nível estadual devem liderar o avanço de uma transição justa. Em última análise, dada a escala e o escopo da transição dos combustíveis fósseis, lidar com a crise climática requer esforços nacionais e internacionais. No entanto, a política climática não pode isolar as considerações econômicas e sociais da redução de emissões. Esforços em nível estadual podem fornecer um roteiro de como promover uma transição justa e cimentar ainda mais a integração da desigualdade, injustiça social e clima. ■

Contato com J. Mijin Cha <mcha@oxy.edu>

> Reparacões radicais

Por **Marcus Anthony Hunter**, UCLA, EUA

Por mais de quatrocentos anos, quatro mil meses e duzentos milhões de minutos, os Estados Unidos da América viveram com e no pecado da escravidão. Abolida mas ainda viva, como muitos ativistas e acadêmicos demonstraram, a escravidão de uma forma ou de outra persistiu e permaneceu como um vírus não tratado, constantemente se espalhando e infectando, mesmo quando muitos afirmam que sua morte ocorreu quando a tinta secou na Proclamação de Emancipação de Abraham Lincoln. Do complexo industrial prisional ao experimento *Tuskegee*, às gangues das cadeias, às guerras contra o crime, à pobreza e drogas, às vidas dos negros que permanecem vulneráveis e desprotegidas pelo próprio governo que aboliu a instituição e a prática da escravidão.

A escravidão americana e o comércio de escravos europeu mais amplo nascido da ganância, racismo, estupro e colonização garantiram que a humanidade do povo negro fosse difamada, violada e subvertida. De suas casas na África e nos portos sem volta da África Ocidental, centenas de milhares de negros foram transportados pelo Oceano Atlântico através da brutal Passagem do Meio para terras ocupadas por povos indígenas nas Américas e no Caribe. Eles morreriam no transporte ou nos campos do sul global ou em porões do norte global. Muitos morreriam em tenra idade, mas não antes de poderem procriar a próxima geração de negros escravizados.

Os negros foram possuídos, seus corpos e famílias foram tirados deles, suas almas devastadas como uma questão de vida diária. O tempo todo seu trabalho era exigido e fornecido gratuitamente. Essa é a história racial e a verdade da violação e do sofrimento humano que herdamos. E como acontece com qualquer herança, nos foram legadas responsabilidades, entre elas a retificação de certas dívidas. Essas violações, danos e dívidas acumuladas e persistentes, indenizações comumente conhecidas como *reparações*, permanecem não pagas e não reconciliadas. Nesse ínterim, os negros foram efetivamente deixados por conta própria com pouco apoio do Estado, embora tenham sido submetidos a uma vigilância estatal antinegra profundamente enraizada.

Quase meio milênio depois, pareceria impossível calcular com precisão os danos e pagar adequadamente aos cidadãos afetados e suas famílias. Quem deve ser pago? Como eles serão pagos? Por que eles são pagos? Se todos os proprietários de escravos morreram há muito tempo, então quem e quais partes devemos responsabilizar? Essas são as questões que animam o debate sobre as reparações e as tentativas de atualizá-las e efetuar-las nos Estados Unidos desde 1865.

Nos últimos anos, casos persuasivos foram feitos para reparações em todo o espectro político. Seja de defensores conservadores ou progressistas, em quase todos os casos as reparações são erroneamente confundidas com dinheiro. Reparacões baseadas em dinheiro ou reparações econômicas são importantes, embora não possam atender totalmente a tudo o que é necessário para alcançar alguma semelhança de reparação. Por meio da ênfase contínua e repetida em uma estrutura de reparação econômica, somos levados a acreditar que a morte e a devastação que a escravidão produziu podem ser resumidas em e por meio de um cheque em branco à espera de números determinados por legisladores, pesquisadores e litigantes. Mas as almas, vidas e corpos humanos têm uma taxa de mercado fixa, uma avaliação monetária adequada que, se paga, torna todas as partes envolvidas completas? O valor da vida humana é simplesmente uma questão de dólares e centavos? As principais respostas a essas perguntas exigem adesão firme à crença de que a humanidade do povo negro é valiosa e também além do valor. Portanto, é necessário reformular radicalmente as reparações para determinar tudo o que é devido: os verdadeiros custos e dívidas não podem ser monetizados de forma ordenada.

Nossa história racial coletiva, não classificada e traumas devem ser confrontados e curados se quisermos transformar os Estados Unidos em uma sociedade mais livre, segura e justa. Existem pilhas de dívidas para reconciliar. Existem pilhas de violações para mitigar e reparar. Existem pilhas de questões não resolvidas de igualdade racial e equidade racial para remediar. Essas pilhas refletem os sete tipos de reparações essenciais para uma cura e reconstrução global e nacional até então invisível e desesperadamente necessárias:

>>

“Nossa história racial coletiva, não classificada e traumas devem ser confrontados e curados se quisermos transformar os Estados Unidos em uma sociedade mais livre, segura e justa”

- **Reparações políticas:** defesa restaurativa e reparadora historicamente informada, transformando o governo, a representação e a participação política
- **Reparações intelectuais:** o reconhecimento público proposital e o reconhecimento das criações, invenções e ideias de pessoas anteriormente escravizadas e seus descendentes
- **Reparações legais:** justiça restaurativa e equidade racial estabelecidas e autorizadas em leis e políticas
- **Reparações econômicas:** assistência pecuniária e/ou monetária, subsídio, restituição e alívio da dívida
- **Reparações sociais:** restauração e reparação do contrato social para acabar com o racismo e mentalidades fundadas na hierarquia racial e étnica, afirmando assim a dignidade da pessoa humana
- **Reparações espaciais:** uma geografia restauradora e reparadora de oportunidades socioeconômicas e políticas, especialmente para aqueles deslocados e despojados pela escravidão americana e seus descendentes
- **Reparações espirituais:** o reconhecimento, representação e recuperação proposital e intencional das cosmologias, práticas e crenças religiosas e espirituais prejudicadas e perdidas no triângulo do comércio de escravos e da escravidão americana

Essas sete formas de reparação devem ser centrais para a busca nos Estados Unidos e no exterior para acabar com a desigualdade racial e curar os pecados e a persistência da escravidão, o comércio de escravos, uma economia global baseada na escravidão e as mentalidades culturais variadas e distorcidas que eles autorizaram e circularam. As pessoas negras não mereciam a escravidão. Nenhum ser humano merece viver dentro e sob um regime tão brutal de desumanidade. A pessoas negras, juntamente com seus homólogos indígenas e nativos americanos, ganharam, no entanto, alívio, reparação e uma restituição dos órgãos e agências governamentais globais, federais, regionais e locais que falharam com eles, o tempo todo retirando seu dinheiro de impostos por séculos.

Para alcançar essa mudança crítica, a verdade, a cura racial e a transformação são essenciais. Esse caminho é

consistente e complementar aos pedidos existentes de indenizações para afro-americanos há muito anunciados pela Rainha Mãe Audley Moore e pelo ex-congressista John Conyers e agora apresentados pela congressista Sheila Jackson-Lee no H.R. 40, um projeto de lei que estabeleceria a Comissão de Estudos e Desenvolvimento de Propostas de Reparação para Afro-Americanos. Por meio da liderança da congressista Barbara Lee e do senador Cory Booker, também há atualmente uma chamada para a criação de uma comissão nacional da Verdade, Cura Racial e Transformação (TRHT - Truth, Racial Healing & Transformation), que prevejo ser o predado para a sustentação nacional, local e regional dos Registros para Cura Racial e Cultural (ARCH - Archives for Racial and Cultural Healing).

Os Estados Unidos devem aproveitar essa oportunidade histórica de alcançar igualdade racial e cura racial, a fim de transformar radicalmente nossa sociedade em uma sociedade na qual a falsa noção de hierarquia humana seja finalmente obliterada. Se este projeto for levado a sério como uma ação executiva que acompanha a ação legislativa, particularmente dentro da nova administração Biden-Harris, os Estados Unidos podem emergir no cenário global como um exemplo convincente de como reconhecer e registrar a verdade, e alcançar uma cura racial significativa para criar uma América transformada na qual todas as pessoas sejam tratadas com justiça, tenham acesso significativo e recebam cidadania de primeira classe, prevenindo e mitigando danos futuros. Se, intencionalmente e com urgência, estabelecermos coletivamente esforços de financiamento público-privado dedicados, arquivos nacionais e locais para cura racial e cultural, comissões TRHT e políticas de reparação implementáveis e direcionadas, poderemos garantir que a desumanização que o comércio de escravos europeu nos deixou de legado finalmente acabará e poderemos embarcar no novo começo que todos nós merecemos. A verdade é a chave para a cura racial, transformação e nossa prosperidade mútua e futura. ■

Contato com Marcus Anthony Hunter <hunter@soc.ucla.edu>.

> A mudança de lugar dos chineses na Europa

Por **Fanni Beck**, Universidade Centro-Europeia, Hungria, e **Pál Nyíri**, Universidade Livre de Amsterdã, Holanda

Em 1998, [uma coletânea sobre chineses na Europa](#) identificou várias ondas sucessivas de imigração étnica chinesa para a Europa: pequenos comerciantes da província de Zhejiang no início do século XX; migrantes coloniais de Hong Kong e áreas adjacentes em meados do século XX; migrantes pós-coloniais do Sudeste Asiático após a descolonização e a Guerra do Vietnã; e comerciantes e trabalhadores migrantes da República Popular da China (RPC), após sua reabertura ao mundo na década de 1980. Essas ondas criaram grupos sociolinguísticos distintos com pouca comunicação além das fronteiras do grupo, mas extensas ligações entre países. A posição socioeconômica desses grupos, no final do século XX, permaneceu relativamente baixa, embora diferisse, significativamente, entre o noroeste da Europa, onde estavam ocupados, sobretudo, no comércio de bufê; no sul da Europa, onde trabalharam em pequenas oficinas de confecções; e na Europa Oriental, onde importavam e vendiam bens de consumo em mercados e pequenas lojas.

No novo século, a composição sociodemográfica e o status socioeconômico dos chineses na Europa passaram por mudanças fundamentais. Este simpósio aborda algumas delas. Para começar, uma nova geração de chineses nascidos na região, com grande mobilidade ascendente, atingiu a maioria. Essa geração, como documentam Chuang, Le Bail e Tran, é mais sensível à discriminação e receptiva aos discursos antirracistas liberais, mas encontra suas ambições de carreira frustradas pela desaceleração do crescimento na Europa, enquanto as oportunidades na China acenam. Isso, [às vezes, resulta na emigração para a China](#), mas mais frequentemente em um sustentado curso de vida transnacional. Embora a migração para a Europa fosse, no passado, imaginada como um atalho para a mobilidade social na China, a direção de tais movimentos é mais complexa hoje.

Mudanças dramáticas na economia política global, também, se refletem na natureza das novas migrações da China para a Europa. Estas não são mais dominadas por pequenos comerciantes e trabalhadores manuais – tais cargos em restaurantes e lojas de propriedade de chineses são cada vez mais ocupados por outros grupos de imigrantes –, embora uma nova forma de migração de mão de obra dirigida pelo Estado esteja emergindo através de projetos de infraestrutura financiados pela China no Sudeste da Europa. Em vez disso, estudantes, gerentes expatriados que acompanham a expansão do capital da RPC no exterior e migrantes de classe média ocupam posições cada vez mais centrais nesses fluxos, conforme documentado nas contribuições de Thøgersen e Beck, Knyihár e Szabó. Como resultado, as divisões sociolinguísticas anteriores entre os chineses na Europa são complicadas e, cada vez mais, substituídas pela estratificação de classes.

A posição dos chineses nas sociedades europeias está mudando não apenas devido à “integração” e reivindicação da segunda e terceira geração e o status socioeconômico mais elevado dos novos imigrantes, mas, também, às mudanças geopolíticas, nas quais a China torna-se uma região que gera inveja e medo. À medida que as relações entre a União Europeia e a China se tornam cada vez mais hostis, o governo chinês está se tornando mais ativo em alcançar os chineses étnicos na Europa como potenciais lobistas em seu nome. Esses esforços não são novos, mas são ampliados pela nova presença da mídia social chinesa na Europa e têm se tornado mais persuasivos [pelo aparente sucesso da China no combate à pandemia do coronavírus](#). Um dos efeitos é o aumento da confiança nacional que faz os chineses questionarem a lógica das hierarquias étnicas que continuam a marginalizá-los, como mostra a contribuição de Deng. Ao mesmo tempo, em Estados europeus que fomentam relações amigáveis com a China (Sérvia e Hungria), não está claro se os chineses locais se beneficiam diretamente (ver contribuições de Gledić e Beck, Knyihár e Szabó).

>>

A pandemia do coronavírus produziu uma substancial mudança de posição dos chineses na Europa. Alguns foram convocados para servir de suporte na diplomacia de máscara facial da China. Muitos encontraram abusos verbais ou físicos como atitudes racistas ou xenófobas, anteriormente latentes, agora combinadas com suspeitas políticas intensificadas por meio do “vírus chinês”. Na medida em que a maré da pandemia mudou, aqueles que buscavam segurança na China se depararam com um governo relutante, que colocava, cada vez mais, obstáculos financeiros para aqueles que desejavam retornar e uma população desconfiada que os acusavam de não apenas estarem contaminados, mas, também, de serem desleais. Mas, como mostra Bofulin, a própria mobilidade transnacional que normalmente é tão comum entre os chineses na Europa também gerou suspeitas e recriminações entre outros migrantes chineses ansiosos para identificar os culpados responsáveis pela disseminação do contágio.

Hoje, esse pânico é amplificado pelas redes sociais. Se, no final da década de 1990, a mídia chinesa na Europa consistia em jornais locais e incipientes canais de televisão via satélite seguindo diferentes orientações políticas, hoje é dominada por plataformas de mídia social estabelecidas na própria China, como o WeChat, sujeito à censura que amplia as opiniões preferidas do governo

chinês, bem como um nacionalismo popular suprimindo perspectivas alternativas. Esta esfera online é [essencial como ferramenta de mobilização](#), mas coexiste com plataformas como o Facebook e o Twitter que servem de ponte para a opinião pública europeia. Enquanto ativistas chineses nascidos na França, inspirados pela crescente atenção ao racismo desencadeada pelo movimento Black Lives Matter, usam o Facebook para buscar aliados entre outras minorias, empresários chineses na Itália criam suas próprias hierarquias raciais e chineses de classe média na Hungria agarram-se a um ideal ressurgente de uma Europa branca, que, propagado pelo governo local, ecoa [as teorias raciais populares que circulam no WeChat](#). Se os primeiros protestam contra a discriminação apelando à solidariedade antirracista e anti-elite, os segundos o fazem em nome de uma ordem racial e de classe cujo pináculo é compartilhado pelas elites europeias e asiáticas.

A fim de identificar e analisar as mudanças nas fronteiras e hierarquias externas e internas que marcam os chineses da Europa, os colaboradores¹ deste simpósio baseiam seus estudos em espaços reais nos quais as relações interétnicas tomam forma, de internatos a bares. ■

Contato com:
 Fanni Beck <Beck_Fanni@phd.ceu.edu>
 Pál Nyíri <p.d.nyiri@vu.nl>

1. A ideia deste simpósio surgiu do workshop “Relações interétnicas: migrantes chineses e suas sociedades europeias de acolhimento” realizado pela [China in Europe Research Network](#) - CHERN em Budapeste em 16 de outubro de 2020 e apoiado pela [COST Association](#).

> Do silêncio à ação: os chineses na França

Por **Ya-Han Chuang**, Instituto Nacional de Estudos Demográficos (INED), França, **Emilie Tran**, Universidade Batista de Hong Kong, e **Hélène Le Bail**, CNRS, CERI-Sciences Po Paris, França



Asiáticos nascidos na França em manifestação em Paris contra a injustiça racial anti-asiática. Crédito: Camille Millerand.

Assim como em outros países da Europa Ocidental, como o Reino Unido e os Países Baixos, a história das comunidades chinesas na França remonta ao início do século XX. A presença precoce dos chineses está ligada a três fatores principais: colonização, o recrutamento de trabalhadores chineses durante a Primeira Guerra Mundial, e a permanência de estudantes no período entre guerras. Essa mobilidade inicial teve um impacto nas ondas recentes de migração: devido à renovação das antigas redes de migração a partir de 1978, Wenzhou na província de Zhejiang é hoje o principal local de origem dos migrantes chineses e seus descendentes na França. Além disso, um dos legados da colonização francesa é a presença de chineses ultramarinos do Sudeste Asiático que chegaram como refugiados do Camboja, Vietnã e Laos nas décadas de 1970 e 1980. Desde a virada do século, a composição da população de etnia chinesa na França tornou-se mais diversa em termos de locais de origem, rotas de migração e classe. A França se tornou o destino de um grande número de migrantes [do norte da China](#), especialmente de locais atingidos por

demissões em massa, em virtude da transição de uma economia planejada para uma de mercado na década de 1990. De um modo geral, o principal canal legal de entrada na União Europeia continua a ser o [visto de estudante](#). Na França, [estudantes chineses](#) são o segundo maior grupo de estudantes estrangeiros (9%), depois dos marroquinos.

A França tem uma das maiores populações da diáspora chinesa na Europa (estimada em cerca de 400.000 imigrantes e descendentes chineses, embora a França não tenha estatísticas étnicas oficiais); entre os estrangeiros residentes, os cidadãos da República Popular da China (RPC) são o [quinto maior grupo](#). Eles não são apenas diversos em termos de educação, emprego e status econômico (investidores ricos, comerciantes transnacionais, profissionais, estudantes, empresários e trabalhadores), mas, também, são diversos em termos de gerações, mobilidade e nível de participação na sociedade francesa. Defronte essa diversidade estão algumas características comuns, como a cooperação entre chineses étnicos do Sudeste Asiático e migrantes da República Popular da China (principalmente Wenzhou)



na esfera empresarial diaspórica e, mais recentemente, o surgimento de ações coletivas para denunciar questões de segurança e o racismo cotidiano.

> Ação coletiva contra o racismo

A comunidade chinesa em Paris e seus subúrbios foram vítimas de roubos e pequenos crimes. Os chineses não são apenas considerados ricos – devido à concentração de negócios e celebrações chinesas, incluindo luxuosos banquetes de casamento, em bairros multiétnicos socioeconomicamente carentes – eles, também, são mais vulneráveis por causa de sua relutância em buscar ajuda policial após serem atacados e roubados. Para imigrantes sem documentos e pequenos empresários, o status precário e a indiferença em relação à política francesa historicamente fizeram [deles relutantes na busca por mobilização](#).

No entanto, na última década, em meio a crescentes preocupações e incidentes de segurança, a comunidade chinesa em Paris, antes conhecida como uma minoria silenciosa ou mesmo modelo, trabalhadora e discreta, organizou nada menos que cinco grandes manifestações para exigir proteção policial. Às vezes, eles têm sido apoiados pela embaixada chinesa com o fundamento de [“proteger chineses no exterior”](#), uma prioridade do governo chinês, desde 2012, como forma de projetar seu poder onde quer que os interesses de seus cidadãos estejam em jogo. As cinco instâncias de ação coletiva diferem em seu padrão de mobilização: três foram massivas manifestações de rua; uma foi uma associação de empresários transformada em um grupo de pressão (fracassada); e a última foi uma combinação de motins de rua e comícios pacíficos. As mobilizações geralmente ocorriam para evidenciar a falta de segurança experimentada pelos residentes e comerciantes chineses em um determinado bairro, e demandavam em comum: aumento do número de patrulhas policiais no bairro; fortalecimento da punição para os infratores; e facilitação do procedimento para permitir que as vítimas chinesas apresentem queixas à polícia.

[O protesto nas ruas, em 2016, em decorrência do assassinato de um trabalhador chinês no subúrbio de Paris](#) marcou um ponto de mudança, com a segunda geração assumindo um papel mais ativo. [Chineses nascidos na França remodelaram as demandas](#) para enfatizar o racismo estrutural que está por trás da violência contra chineses étnicos ou outros asiáticos. Embora o ativismo chinês e os movimentos sociais pan-asiáticos sejam estudados há muito tempo na América do Norte ou na Austrália, é um novo foco de pesquisa na Europa. No caso francês, pode-se destacar três tipos principais de ações lançadas pelos franceses chineses, todas relacionadas a representações

estereotipadas e à busca de reconhecimento: (1) coleção e transmissão de uma memória coletiva; (2) mobilização contra a violência direcionada; e (3) [ativismo cultural](#) para desconstruir representações estereotipadas de asiáticos e modificar essas representações.

Para entender as ações recentes de chineses franceses nascidos na região, é necessário voltar aos anos 2000 quando as redes sociais online começaram a se espalhar, oferecendo um espaço para a transformação de experiências individuais em coletivas. Em particular, muito foi compartilhado sobre experiências de microagressões comuns e formas veladas de insultos racistas. Os chineses franceses começaram a criar fóruns e grupos de discussão – especialmente no Facebook, e mais tarde no WeChat e no Twitter – onde podiam compartilhar suas experiências, principalmente em francês, às vezes misturado com chinês ou outras línguas asiáticas.

O “ativismo cultural” que se desenvolveu depois de 2016 também usa, principalmente, ferramentas online, como vídeos curtos, blogs, canais do YouTube, séries na web e podcasts, permitindo novas oportunidades de encontros entre asiáticos nascidos na França a partir das esferas artística e midiática. Desde 2016, muitos têm contribuído para construir uma identidade coletiva e advogar contra o racismo anti-asiático na França. Alguns tentam conectar suas ações com as reivindicações de outras minorias (como o podcast de Grace Ly, [Kiffe ta race](#), criado com a conhecida Afrofeminista Rokhaya Diallo; ou a participação de franceses asiáticos nos protestos *Black Lives Matter*) buscando neutralizar as tensões interétnicas. Outras questões étnico-raciais cruzadas com questões de gênero: desconstruindo a erotização das mulheres asiáticas, bem como a dessexualização dos homens asiáticos.

Em 2020, a COVID-19 forneceu à China uma oportunidade única de encenar uma campanha internacional de diplomacia pública, mobilizando o apoio dos chineses no exterior para transmitir o que chama de “história real da China”. Resta saber se e em que medida a RPC busca explorar a recente onda de ativismo étnico chinês contra o racismo anti-asiático desencadeado pelo surto de COVID-19. Ainda mais interessante seria comparar como os chineses étnicos da primeira, segunda e terceira gerações reagem às tentativas de alcance e mobilização transnacionais da pátria mãe. ■

Contato com:
Ya-Han Chuang <ya-han.chuang@ined.fr>
Emilie Tran <emilietran@hkbu.edu.hk>
Hélène Le Bail <helene.lebail@sciencespo.fr>

> Estudantes chineses na Europa

Por **Stig Thøgersen**, Universidade de Aarhus, Dinamarca



Estudante chinesa em um campus na Europa.
Crédito: Creative Commons.

Em 1978, Deng Xiaoping anunciou que a China enviaria, anualmente, de 3.000 a 4.000 estudantes ao exterior para quebrar o isolamento científico do país, bem como acelerar seu processo de modernização. Seu plano parecia ambicioso para a época, mas ele mal poderia imaginar a onda que havia iniciado. Hoje a China é de longe a maior fonte de estudantes emigrantes. De acordo como [estatísticas da UNESCO](#), quase um milhão de estudantes chineses estão matriculados em instituições de ensino superior no exterior, suas mensalidades são uma fonte considerável de renda para muitas universidades e se tornaram um componente significativo da presença chinesa em todo o mundo.

Os países europeus estão recebendo sua parcela desse êxodo maciço. O Reino Unido hospeda o maior número, mais de 107.000, superado globalmente apenas pelos EUA e pela Austrália. Isso não é surpreendente, considerando que o inglês é a língua estrangeira dominante no sistema educacional chinês. Outros grandes países europeus com universidades bem classificadas, também, atraem números consideráveis, como a Alemanha com mais de 30.000 alunos, a França com quase 24.000 e a Itália com mais de 15.000. Mesmo países europeus menores, como Suécia, Irlanda, Hungria e Suíça, agora abrigam cerca de 2.000 estudantes chineses. Bolsas de estudo de governos da Europa continental, taxas de ensino baixas em comparação com os EUA e o Reino Unido, bem como a oportunidade de visitar vários países com um

visto Schengen, todos desempenham um papel importante para atrair estudantes para países que não falam inglês. Muitos também são atraídos pela cultura europeia e veem particularmente a França e a Itália como lugares românticos com estilos de vida atraentes.

> A mudança do perfil dos alunos nas últimas décadas

Muitas coisas mudaram desde que os primeiros alunos pós-Mao chegaram à Europa, em 1978. Primeiro, o que começou como uma manobra estratégica cuidadosamente controlada pelo Estado chinês é agora impulsionado principalmente pelas ambições individuais de alunos e suas famílias com [90% dos estudantes internacionais chineses sendo autofinanciados](#). Isso criou um mercado altamente comercial para a educação internacional, onde muitos fatores influenciam a escolha do destino dos alunos: o [ranking universitário e o prestígio](#), o valor das mensalidades, as despesas com subsistência, a possibilidade de receber bolsas do país anfitrião, o nível imaginado de segurança social e a reputação geral do país anfitrião, todos desempenham um papel em um jogo intrincado onde [agentes educacionais privados chineses](#) criaram um negócio lucrativo ao orientar os alunos e suas famílias em decisões difíceis e, muitas vezes, em procedimentos complicados de inscrição e solicitação de visto.



Em segundo lugar, estudar no exterior não é mais necessariamente a principal prioridade dos alunos chineses. Até por volta do ano 2000, a maioria dos alunos tinha [cidadania flexível em países desenvolvidos](#) como seu maior objetivo, mas hoje muitos consideram mais atraente entrar em uma das melhores universidades da China. O prestígio social associado a um diploma estrangeiro caiu significativamente, a menos que seja de uma universidade de alto nível, reconhecida, e abundam reportagens na mídia chinesa sobre “fábricas de diploma” estrangeiras e programas de baixa qualidade. No entanto, o sistema de ensino superior chinês é altamente estratificado, com admissão controlada por um exame nacional de admissão, o temido gaokao. Logo, em vez de ir para uma universidade chinesa de segunda ou terceira categoria, que pode oferecer apenas poucas perspectivas de carreira, muitos estudantes de classe média e seus familiares ainda buscam oportunidades de educação no exterior.

Terceiro, embora os alunos antes vissem o estudo no exterior como o ponto de partida natural para um processo de migração mais permanente, agora é, frequentemente, visto como um passo na carreira doméstica. Durante a década de 1980 e, particularmente, após a supressão do movimento pela democracia em junho de 1989, poucos jovens chineses com diplomas estrangeiros sequer considerariam voltar para casa. Isso mudou dramaticamente no século XXI devido ao encolhimento do mercado de trabalho europeu, aumento de salários e oportunidades de carreira na China, e [uma série de políticas estatais chinesas](#) voltadas para o incentivo à migração de retorno após a graduação. Embora o Estado chinês não faça mais planos detalhados sobre quem deve estudar o que no exterior, ele ainda conta com a circulação de cérebros para promover o desenvolvimento nacional. Finalmente, os migrantes educacionais chineses são agora, consideravelmente, mais jovens do que antes. Os alunos de graduação superam os alunos de pós-graduação e muitas famílias até mandam seus filhos para o ensino médio no exterior para prepará-los, cultural e academicamente, para estudar em uma universidade estrangeira.

A maioria das primeiras pesquisas sobre os migrantes educacionais chineses se concentrou nos problemas que eles colocaram para os professores ocidentais que reclamaram [do excesso de silêncio na sala de aula, unindo-se em enclaves étnicos e tendo uma atitude instrumental para a educação](#). Esses problemas, sem dúvida, ainda são sentidos, mas pesquisas recentes mostram as experiências dos alunos

sob uma luz muito mais ampla. No contexto da crescente individualização da sociedade chinesa, tornou-se claro que os alunos veem seus estudos no exterior como “[uma jornada emocional de mudança e transformação identitária](#),” uma experiência transformadora de amadurecimento pessoal que irá alargar o seu horizonte e torná-los mais competentes, não apenas profissionalmente, mas, também, de forma mais ampla, como cidadãos do mundo contemporâneo. Como seus contemporâneos ocidentais, jovens chineses que podem pagar por isso [combinam seus estudos com viagens extensivas](#) para se aprofundarem em culturas estrangeiras e testarem sua própria capacidade de sobreviver e prosperar em diferentes contextos sociais e culturais. Isso também significa que, embora muitos alunos ainda se concentrem nas ciências “duras” e estudos de negócios, agora vemos mais alunos ingressando em programas de ciências sociais e humanas “mais suaves”, sabendo bem que eles não necessariamente levam a uma posição segura nos mercados de trabalho chinês e europeu.

Os numerosos migrantes educacionais mudaram a composição da população chinesa na Europa, mas sabemos relativamente pouco sobre como os alunos interagem com as diásporas chinesas. Um [estudo francês](#) mostra que, enquanto os alunos formaram fortes relações co-nacionais entre si, a interação com as comunidades chinesas estabelecidas era muito limitada. No entanto, um [estudo conduzido em uma cidade britânica](#) mostra mais interação e, ainda, demonstra a importância potencial dos estudantes universitários chineses para o desenvolvimento das diásporas chinesas.

O número de estudantes chineses que ingressam nas universidades europeias tem crescido de forma consistente há décadas, mas duas tendências recentes tornam o futuro menos previsível. A pandemia de 2020 bloqueou, temporariamente, a maioria dos intercâmbios educacionais e, provavelmente, também o fará em 2021, já que os chineses por um longo período verão a Europa como um hotspot para o vírus. Além disso, as relações cada vez mais tensas entre o Ocidente e a China levaram a uma [visão mais negativa da China na Europa](#) e a percepções dos estudantes chineses como um risco potencial à segurança. Desta forma, a política internacional pode afetar a futura migração educacional entre a Europa e a China. ■

Contato com Stig Thøgersen <stig.thogersen@cas.au.dk>

> Imigrantes chineses com “Visto Dourado” em Budapeste

Por **Fanni Beck**, Central European University, Hungria, **Eszter Knyihár**, Universidade Eötvös Lorand, Hungria e **Linda Szabó**, Periféria Policy and Research Center, Hungria

Com a mudança de posição da China no capitalismo global e a reconfiguração de suas estruturas sociais, um número crescente de famílias urbanas de classe média e alta está se mudando para alguns países seletos, em todo o mundo. Pesquisas indicam que este “êxodo de riqueza” é motivado por preocupações pós-materialistas, e não por aspirações de maior acumulação. Eles constituem um mercado emergente para os programas de “Visto Dourado”, lançados por países para atrair capital estrangeiro através da venda de visto de residência e cidadania. Nos últimos anos, muitos desses “migrantes chineses com visto de ouro” começaram a favorecer os países da Europa Central e Oriental, onde os governos estão ansiosos para recebê-los com esquemas de imigração mais baratos.

> O programa húngaro de “Visto Dourado”

O programa de “Visto Dourado” da Hungria foi uma das ofertas mais acolhedoras para atender a este mercado emergente: entre 2013 e 2017, quando o programa entrou em vigor, a Hungria conseguiu fornecer o segundo programa menos caro dentro da União Europeia, superando todos seus concorrentes em termos de simplicidade e rapidez ao longo do processo de solicitação. Somado a falta de quaisquer outras exigências além da compra de títulos do estado, com vencimento em cinco anos, pelo valor aproximado de 250.000 euros (mais tarde o valor foi para 300.000 euros), além das taxas de comissão, permitiu com que mais de 19.000 candidatos – 81% deles da China – recebessem autorizações de residência. Apesar de ter sido projetado especificamente para uma “migração não permanente”, o programa, no entanto, em vez de atrair empresários interessados em maior mobilidade dentro da UE, atraiu, principalmente, famílias que efetivamente aproveitaram tal oportunidade para se mudarem para o exterior. Estes migrantes usaram o investimento como um instrumento para alcançar fins particularmente não econômicos: um ambiente saudável para criar filhos qualificados.

Imigrantes chineses com “Visto Dourado” na Hungria são famílias de classe média da China metropolitana (principalmente de Pequim, Xangai ou Guangzhou) que



Propaganda do Programa “Visto Dourado” da Hungria. Crédito: <http://immigration-hungary.com/EN/>.

continuam a depender de rendas ou remessas da China. Ao contrário dos comerciantes de pequena escala, os quais majoritariamente são provenientes do sudeste da China e chegaram na Hungria principalmente no início da década de 1990 em busca de ganhos econômicos, essas famílias migram para a Hungria em busca de um estilo de vida não estressante em um ambiente urbano ecologicamente correto, culturalmente rico e racialmente branco – imaginado como autenticamente “Europeu” – e por um preço relativamente mais barato.

A decisão dessas famílias em deixar a China e a escolha pela Hungria estão ancoradas na construção histórica, social, econômica e política particular da China durante o período da “política do filho único”. Quando o governo chinês introduziu seu programa de planejamento familiar no final dos anos 1970, a justificativa wasera que a redução populacional melhoraria a “qualidade” de vida da população. Qualidade tornou-se, assim, uma fixação para pais oriundos da classe média, os quais foram encarregados de criar seus únicos filhos com a maior qualidade possível. De acordo com o discurso oficial, a qualidade corporal, moral e educacional de um indivíduo não é apenas uma questão de esforço individual, mas também uma consequência das influências ambientais. No entanto, as expectativas desses pais de classe média, em relação a esse ambiente, superaram o que a China metropolitana poderia atender.

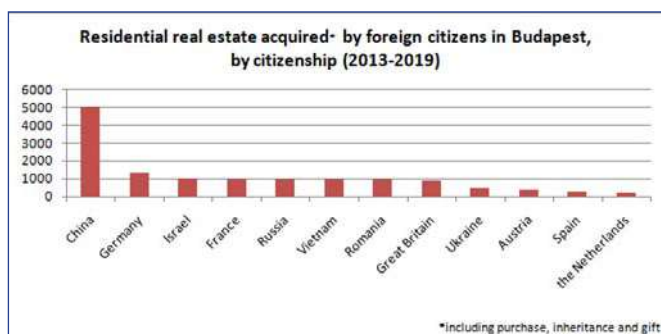


“Desde o lançamento do programa de visto dourado da Hungria, houve um aumento significativo nas aquisições de imóveis residenciais em Budapeste por estrangeiros até o ano passado”

> **Lar europeu com desconto**

Diante disso, a Hungria é considerada pelos migrantes chineses de classe média um destino ideal, onde o ambiente físico, social e educacional é satisfatório e o custo de vida acessível. Para muitos dos migrantes chineses com visto dourado, o objetivo é encontrar um imóvel bem localizado e adequado, que, além de ser um bom investimento, também possa se tornar um lar para a família. O fenômeno de uma casa ideal está ligado ao senso de algo “definitivo e estabelecido” e ligado à noção da [casa própria](#). A possibilidade de possuir uma casa herdável dá aos migrantes chineses a chance de estabelecer uma vida de melhor qualidade com menores despesas financeiras na Hungria - na grande maioria dos casos na capital, Budapeste - do que em uma das megacidades chinesas, ou em qualquer uma das cidades globais ou nas cidades “de entrada” do capitalismo contemporâneo.

Desde o lançamento do programa de visto dourado da Hungria, houve um aumento significativo nas aquisições de imóveis residenciais em Budapeste por estrangeiros até o ano passado; apesar do boom geral do mercado imobiliário, os chineses constituíam o maior grupo de investidores individuais estrangeiros.



Entre os residentes chineses, não foram apenas os imigrantes com visto dourado que foram atraídos pelos imóveis em Budapeste. Vários comerciantes de pequena escala também se voltaram para investimentos imobiliários. Nossa pesquisa sugere, no entanto, que embora o centro da cidade fosse popular entre os dois grupos, comerciantes de pequena escala eram mais propensos a comprar propriedades perto dos mercados de atacado e varejo chineses, ou em áreas mais acessíveis dos subúrbios do lado de Peste. Migrantes com

visto dourado tendem a mostrar mais interesse em novos empreendimentos habitacionais, nas áreas montanhosas e verdes do lado de Buda, e em casas isoladas na área metropolitana de Budapeste.

Mesmo que vários imigrantes com visto dourado conseguissem comprar propriedades, tanto para fins de investimento quanto para se estabelecerem, quando se tratava de escolha de casa, eles procuravam principalmente apartamentos em bairros onde a qualidade das escolas e da moradia era considerada alta. As ideias abstratas de qualidade foram mapeadas no espaço e avaliadas como uma interseção ideal entre elementos raciais de um bairro e da escola (referindo-se aqui à presença de ciganos ou crianças imigrantes) e a constituição de classe, a qual toma forma a partir de uma visão de cosmopolitismo seletivo. [Atraídos pelo estilo de vida ocidental, mas alarmados pela presença de islâmicos e/ou negros](#), muitos chineses recém-chegados se apoiaram no populismo da direita anti-imigrante do atual governo húngaro – apesar de serem eles próprios migrantes. Muitos recém-chegados enfatizaram sua percepção sobre a Hungria como sendo muito mais acolhedora com eles do que os países da Europa Ocidental, e experimentando quase nenhuma discriminação. Paradoxalmente, os mesmos interlocutores elogiaram a política de imigração seletiva do governo, que resultou no assentamento relativamente baixo de refugiados e imigrantes muçulmanos e/ou africanos, como elemento que contribuiu para a sensação de segurança.

O fornecimento de residência húngara e status de cidadania é usado estrategicamente pelo governo nacional como uma ferramenta política para acessar recursos econômicos fora da Europa Ocidental - seja por meio do programa “Visto Dourado”, ou por meio de canais especiais como parte da diplomacia interestadual. Isso reforça os interesses econômicos da elite política governante e ajuda a obter alguma influência política e econômica no nível da União Europeia. Como cidadãos de uma potência global em ascensão fora do bloco de poder transatlântico, os migrantes chineses com “Visto Dourado” podem se tornar beneficiários desse processo; ironicamente, eles podem atingir a sensação de estar em casa em Budapeste e um sentimento de pertencer à Europa sob essas circunstâncias políticas e econômicas controversas. ■

Contato com:
 Fanni Beck <beck_fanni@phd.c.eu.edu>
 Eszter Knyihár <nyihar.eszter0302@gmail.com>
 Linda Szabó <szabo.linda@periferiakozpont.hu>

> Chineses na Itália: negócios e identidade

Por **Ting Deng**, Population Studies and Training Center, Universidade de Brown, EUA



Anúncios de aluguel de camas escritos em chinês, colados em uma caixa de correio na Chinatown de Milão. Crédito: Ting Deng.

Yuan nasceu em Bolonha, em 1988. Ele é um chinês de terceira geração cuja família chegou à Itália na década de 1930. Seu primeiro parente a pisar em solo italiano foi o irmão de seu avô, que foi para a Itália com outros homens solteiros da mesma aldeia para tentar a sorte nos negócios no exterior. Como muitos outros chineses da época, ele se casou com uma italiana do interior do país, embora o casamento interracial fosse oficialmente desencorajado pelo regime fascista. O tio-avô de Yuan não voltou para a China como a maioria dos outros chineses durante a Segunda Guerra Mundial, mas ficou para gerenciar sua própria oficina artesanal bolsas de couro junto com sua esposa italiana. Eles tiveram vários filhos, mas, segundo Yuan, nenhum deles manteve contato com parentes chineses que emigraram para a Itália posteriormente. Quando o avô de Yuan foi para a Itália na década de 1950, ele trabalhou para seu irmão no negócio de couro da família, tendo deixado sua esposa e filhos na aldeia natal na área de Wenzhou, na costa sudeste da China. O pai e os irmãos de Yuan se reuniram com o pai na Itália em 1978. Na Itália, acompanhado por sua esposa e filha, o pai de Yuan abriu um restaurante chinês. O restaurante estava localizado em um bairro que atualmente tem a população chinesa mais densa em Bolonha. Todos os irmãos do pai de Yuan começaram suas próprias oficinas de manufatura ou restaurantes. Um caso de migração em cadeia clássica, a família de Yuan trouxe seus parentes um por um para a Itália para trabalhar em seus negócios antes que esses parentes partissem para iniciar seus próprios empreendimentos comerciais.

Provavelmente, nenhum desses primeiros migrantes de Wenzhou esperava que a migração em cadeia, iniciada a partir deles, acabaria por trazer centenas de milhares de trabalhadores chineses não qualificados para a Itália e outras partes da Europa. Esses emigrantes chineses estavam ansiosos [“para enriquecer rapidamente na Europa”](#) a partir da abertura da China para o mundo capitalista. De meados da década de 1980 até a recessão global de 2008, [a migração chinesa coincidiu com um mercado de trabalho](#)

>>

[italiano](#) que exigia mão de obra transnacional barata e flexível para trabalhar para as crescentes marcas feitas na Itália na indústria global de *fast fashion*.

Oficinas de manufatura, junto com restaurantes chineses, constituíram dois grandes nichos de negócios que possibilitaram a esta geração de migrantes chineses e suas famílias alcançar riqueza. Quando a China emergiu como um produtor e exportador global de bens, o comércio de importação e exportação e negócios relacionados ao atacado se tornaram um novo caminho para o sucesso econômico para os chineses que passaram a chegar na Itália na década de 1990. No novo milênio, enquanto a migração em massa da China tinha gradualmente acabado, a economia étnica chinesa se estendeu ainda mais para o pequeno varejo e indústria de serviços, com mais e mais chineses se mudando para pequenas empresas de bairro, visando as populações locais diversas, incluindo cafés, lojas de mercadorias baratas e barbearias. Nos últimos anos, um número crescente de imigrantes chineses na Itália também está envolvido em negócios transnacionais: alguns estão investindo de volta na China, enquanto outros estão usando o WeChat, uma plataforma de mídia social chinesa, para atuarem no setor, em expansão, de micronegócios para consumidores chineses em ambos os países.

A diversidade intergrupo das populações chinesas na Itália também cresceu e tornou-se cada vez mais visível em termos de diferenças geracionais. Os chineses da geração de Yuan, que nasceram ou pelo menos cresceram na Itália, não estão mais satisfeitos em permanecer em economias étnicas que, normalmente, dependem da venda de sua mão de obra barata, como era o caso com as gerações anteriores. Um número crescente de chineses nascidos na Itália recebeu educação universitária e pretende ser recrutado para o mercado de trabalho regular. No entanto, a identidade chinesa e os recursos étnicos ainda são capitais sociais e culturais cruciais dos quais a geração mais jovem chinesa depende. Alguns trabalham como advogados, médicos e outros profissionais que servem principalmente às comunidades chinesas, enquanto outros são recrutados para novas empresas chinesas, estatais e privadas, que têm operações na Itália. Outros ainda se mudaram para a China com o propósito de trabalhar em empresas italianas ou, então, em outras empresas transnacionais. Ironicamente, Yuan e muitos outros chineses de sua geração, que cresceram em um ambiente no qual a língua chinesa não era considerada importante, estão aprendendo mandarim

quando adultos. Os jovens pais da geração de Yuan agora consideram o chinês uma necessidade educacional para seus filhos.

A China não é mais apenas um lugar imaginário e remoto os para chineses na Itália, os quais podem ter experiências de vida limitadas lá. A China, enquanto uma potência econômica em crescimento, desempenha um papel, cada vez mais, importante na formação das economias étnicas chinesas na Itália. Ser chinês é uma forma de “capital étnico” da qual esperam se beneficiar para sobreviver em um presente e futuro economicamente incertos. Mas a China não é apenas uma fonte de recursos para chineses na Itália. Também tem se tornado cada vez mais uma referência para eles avaliarem a Itália como país. Em comparação com o sucesso econômico da China, muitos se ressentiram da estagnação econômica da Itália e ficaram desiludidos com a realidade cada vez mais multicultural da Europa, de forma mais ampla. Muitos criticam como “razzismo” a discriminação cotidiana que encontram. Contudo, muitas vezes internalizam os estereótipos tradicionais ao julgar outros imigrantes, bem como italianos, que encontram quando administram lojas ou bares. Frequentemente, consideram os italianos preguiçosos, desleixados e menos trabalhadores do que os chineses. Enquanto admiram a suposta adoção do tempo de lazer e do prazer geral da vida pelos italianos, muitos chineses na Itália acreditam que é precisamente essa qualidade que levou aos problemas econômicos da Itália.

Em uma série de questões polêmicas relacionadas à China, incluindo protestos em torno da lei de extradição de Hong Kong, Xinjiang, e a pandemia COVID-19, muitos chineses na Itália apoiaram o governo de Pequim em meio a críticas generalizadas da mídia ocidental contra o estado chinês. De fato, a ascensão global da China como uma potência econômica (e, cada vez mais, política assertiva) não só redesenhou os contornos de negócios de comunidades étnicas chinesas estabelecidas na Itália, mas também deu origem a um nacionalismo diaspórico emergente que está (re) moldando a consciência étnica dos chineses na Itália. Nesse sentido, a China que os avós de Yuan partiram e a Itália que eles escolheram para ter como casa parecem quase irreconhecíveis. ■

Contato com: Ting Deng <ting_deng@brown.edu>

> A mudança de status de chineses na Sérvia

Por **Jelena Gledić**, Universidade de Belgrado, Sérvia



Um restaurante na capital da Sérvia que tenta atrair turistas chineses. Crédito: Jelena Gledić.

As relações entre a República Popular da China e a República da Sérvia têm se estreitado ao longo da última década, trazendo mudanças nas comunidades de migrantes e nas tendências de migração. O status dos chineses na Sérvia mudou de forasteiros indesejáveis, necessários em tempos de crise econômica, para o de um grupo complexo, percebido tanto como uma oportunidade atraente, quanto como uma ameaça potencial.

> A primeira onda de migração

Os primeiros grupos maiores de migrantes chineses estabeleceram-se na Sérvia na década de 1990, mudando-se para o sul, após mudanças desfavoráveis nas exigências de visto da Hungria. Eles eram, sobretudo, comerciantes originários das províncias do sul da China, operando empresas transnacionais e vivendo em comunidades relativamente isoladas. Eles continuaram a distribuir mercadorias em toda a região, só que agora através de Belgrado, em vez de Budapeste. Esses empreendedores parecem ter sido [atraídos por uma busca por economias de transição](#), onde lucraram com a escassez de bens de consumo. Sua presença pode ser vista como uma

continuação das [tendências históricas da migração chinesa na Europa Oriental](#), mas também como um [consequência da mudança de posição global da China](#). Ademais, esse fenômeno também pode ser entendido através das lentes da posição da Sérvia dentro da Europa – embora fosse um destino desejável para os comerciantes chineses, devido a regulamentações mais brandas em relação a União Europeia, poucos migrantes desejavam ficar permanentemente. A maioria das crianças das famílias chinesas na Sérvia, ainda é enviada para a escola na China, portanto, não existe uma grande população chinesa nascida no local. À medida em que o progresso da Sérvia em direção à adesão na União Europeia (EU) diminuía, muitas empresas de propriedade chinesa mudaram-se para a Bulgária, Romênia, Itália, Croácia, outros países da UE e até mesmo para a América do Sul e África.

O status das primeiras comunidades chinesas na população sérvia tem sido objeto de [diversos estudos](#). Esses migrantes chineses foram, em sua maioria, percebidos de forma negativa, estando associados à baixa qualidade dos produtos que vendiam. Os sérvios os apreciavam como fornecedores de uma ampla variedade de bens que estavam em falta durante as sanções econômicas na década



de 1990. No entanto, essa ligação com um período histórico tumultuado, o qual todos estavam ansiosos para superar, também contribuiu para seu status desfavorável.

> Novas migrações e mobilidade

Depois que a China e a Sérvia formaram uma parceria estratégica em 2009, a colaboração dos dois países se estreitou rapidamente. Houve um aumento significativo nos projetos de construção e investimentos chineses na Sérvia no âmbito da Nova Rota da Seda, cooperação reforçada no domínio da cultura e tecnologia e, mais recentemente, uma equipe de médicos chineses liderou, de acordo com o “modelo chinês”, o desenvolvimento da resposta sérvia à pandemia da COVID-19. No entanto, essas mudanças não afetaram significativamente o status dos migrantes chineses que já viviam na Sérvia, uma vez que sérvios [não veem esses comerciantes como sinônimo dessa China](#) [artigo em sérvio]. Além disso, novas tendências de migração e mobilidade levaram à novas ondas de chineses na Sérvia, as quais se tornaram a face percebida da China.

Os projetos de investimento chineses trouxeram uma nova onda de migração, com migrantes temporários se mudando para a Sérvia, incluindo trabalhadores manuais e gerências intermediárias e superiores. No entanto, embora os projetos sejam amplamente divulgados, essas novas comunidades chinesas vivem fora dos olhos do público, principalmente perto dos remotos locais de construção e desenvolvimento onde trabalham. Esta é a primeira vez que trabalhadores chineses da construção civil migram para um país europeu em tal número e sob acordos interestaduais, marcando uma mudança na mão de obra chinesa que está presente na Europa na forma de [bufês](#) or [oficinas de costura](#), muitas vezes, ilegais e invisíveis.

A segunda nova onda de chineses na Sérvia veio devido à outras mobilidades, em vez da migração, após o estabelecimento de um sistema bilateral de isenção de visto em 2017. Isso levou a um fluxo significativo de turistas chineses, supostamente pertencentes à classe média alta da China, e resultou em [ações conjuntas de oficiais sérvios e chineses para policiar pontos turísticos](#). Junto com Chipre e outros [países dos Balcãs Ocidentais](#), a Sérvia estava entre os países europeus com o [maior crescimento de turistas chineses em 2019](#). Este aumento no turismo é semelhante às tendências em outros lugares [da Europa Oriental](#). No entanto, ainda não foi acompanhada pela imigração enquanto estilo de vida de uma classe média como, por exemplo, ocorre na Hungria ou em Portugal, talvez devido ao fato de a Sérvia estar fora da UE

> Rumo a um futuro comum

Ainda não há estudos extensos sobre esses desenvolvimentos recentes. Todavia, uma visão geral da mídia e evidências anedóticas sugerem que a população sérvia respondeu

a esses dois novos grupos de forma diferente. Os últimos foram bem-vindos, pessoas com mentalidade empresarial viram uma oportunidade na chegada de um número crescente de chineses relativamente ricos e, assim, tentaram ajustar ou estabelecer serviços para atender às suas necessidades específicas, com mais ou menos sucesso. O benefício econômico potencial para o país era evidente em todos os principais destinos turísticos da Sérvia. Por outro lado, aqueles que trabalham em projetos de investimento chineses são, ocasionalmente, mencionados como uma ameaça potencial no contexto da alta taxa de desemprego da Sérvia. No entanto, ao mesmo tempo, existem histórias individuais sobre amizades interétnicas e exemplos de laços estreitos entre comunidades locais e trabalhadores chineses. As relações com esse novo tipo de migrantes chineses podem se desenvolver de maneiras muito diferentes e, portanto, devem ser observadas de perto em um futuro próximo.

Quanto aos chineses que já viviam na Sérvia, durante a virada do século XXI, seu status não foi muito afetado pelas ditas mudanças na geopolítica e nas relações bilaterais, mas foram confrontados com novas oportunidades. Alguns viram os dois novos grupos como uma oportunidade de expandir seus negócios, fornecendo comida e produtos chineses aos canteiros de obras ou, então, abrindo restaurantes chineses e lojas de *bubble tea* perto de pontos turísticos. Alguns usaram sua posição como “locais” e aconselharam empresas sobre como implementar projetos ou agências sobre onde organizar passeios. Os chineses da primeira onda podem ter pertencido originalmente a classes socioeconômicas mais baixas do que esses novos migrantes – eles inegavelmente vieram de uma China menos desenvolvida. No entanto, hoje eles podem alavancar seu conhecimento e experiência local, tornando-se desejáveis para novas ondas de entrada de chineses. Com o tempo, talvez o fato de também poderem fornecer percepções interculturais para o lado sérvio possa levar a uma mudança em seu status aos olhos da população local.

A dinâmica entre esses diferentes grupos de chineses e suas respectivas relações com as comunidades locais refletem as trajetórias de mudanças na economia política global. Com a forte influência de fatores inconstantes, como populismo e saúde pública, novas tendências de migração desafiam os limites e hierarquias existentes e exigem que as posições de cada grupo sejam renegociadas. Considerando as percepções amplamente variadas dos chineses na Sérvia e as mudanças na percepção e na posição da Sérvia e da China, seu status pode se desenvolver em direções completamente opostas, formando a base para futuras ondas de migrantes. ■

Contato com Jelena Gledić <jelenagledic@gmail.com>

> Imigrantes chineses e a pandemia de COVID-19

Por **Martina Bofulin**, Research Center of the Slovenian Academy of Sciences and Arts (ZRC SAZU), Eslovênia



Grafito em Viena, Áustria. Março de 2020. Foto por Sebastjan Jemec.

> Racismo relacionado à pandemia

Logo após a eclosão do SARS-CoV-2, no início de 2020, relatos sobre atos de preconceito, racismo e violência contra os chineses começaram a se multiplicar em todo o mundo¹. Chineses foram acusados, atacados e viram suas lojas e restaurantes vandalizados devido à uma mistura de medo e racismo das pessoas ordinárias e figuras públicas.

Entre os mais afetados por esses ataques estavam pequenos empresários da China que vivem na Europa, cujo direito à permanência legal, muitas vezes, depende de sua atividade econômica e cujos negócios sofreram pelo simples fato de serem “chineses”. A maioria desses pequenos empresários deixou a China durante a “febre da migração” no final dos anos 1980 e no início dos anos 1990, das províncias de Zhejiang ou Fujian, mas também das áreas urbanas e do nordeste da China. Durante décadas,

eles se tornaram incorporados nos países de imigração, muitas vezes operando prósperas empresas de importação por atacado (principalmente na Europa Central e Oriental), pequenas empresas de vestuário (na Itália e na Espanha) e restaurantes chineses. Apesar de estarem sujeitos a calúnias verbais e preconceitos nas relações interpessoais, bem como no contato com as autoridades do Estado, em sua maioria, sentem-se seguros e consideram esse tipo de discriminação como algo já dado. Consequentemente, muitas vezes são chamados de minoria “invisível” e raramente aparecem nas discussões sobre racismo na Europa.

Poucas semanas após o anúncio de que o vírus havia chegado à Europa, pequenos empresários chineses, na Europa, viram uma queda nas vendas e visitas a restaurantes, e alguns tiveram suas lojas vandalizadas (por exemplo, na Itália). Eles experimentaram distanciamento físico em ônibus ou consultórios médicos (na Alemanha, Itália, Eslovênia), foram insultados, atacados e espancados – muitas vezes por

>>

usarem máscaras (na Itália, Holanda, Reino Unido) – bem como acusados de estocarem máscaras faciais para lucrar quando eles estavam apenas tentando se proteger (por exemplo, na Eslovênia). Além disso, não apenas os chineses, mas todas as pessoas com características asiáticas, quer tenham ou não viajado recentemente, ou tenham estado na Ásia, passaram por esse tratamento.

> Atos de resistência

Esses atos horríveis de exclusão encontraram resistência em muitos países. Na Itália, por exemplo, Massimiliano Martigli Jiang, que se mudou de Zhejiang ainda criança, iniciou uma campanha nas redes sociais com fotos suas em frente aos principais pontos turísticos de Florença, segurando um banner que dizia: “Não sou um vírus, sou uma pessoa. Deixe de lado o seu preconceito”. Na Suécia, a artista coreana-sueca Lisa Wool-Rim Sjöblom compartilhou quadrinhos de um painel sobre a exclusão sofrida pelos asiáticos na época da pandemia, enquanto a artista italiana Laika criava arte de rua abordando a conexão entre a pandemia e o racismo contra os asiáticos em Roma. O racismo COVID-19, portanto, contribuiu para as discussões, em evolução, do racismo sistêmico e interpessoal em relação às pessoas de cor na Europa, bem como para o crescente ativismo de europeus de origem asiática e recém-chegados da Ásia.

> Exclusão “de volta para casa”

Embora o racismo contra os migrantes chineses fora da China seja bem documentado – em vários relatos da mídia e em uma página dedicada da *Wikipedia* –, muito menos se sabe sobre a exclusão que enfrentaram ao retornar à China. Depois de declarar nenhuma nova transmissão local do vírus em março de 2020, a República Popular da China seguiu de perto os “casos importados” do exterior. Eles rapidamente instalaram várias medidas para conter a transmissão, enquanto as embaixadas chinesas, organizações da diáspora e representantes das cidades natais de migrantes pediam aos migrantes que não retornassem à China. O fluxo de retorno de cidadãos chineses do exterior ameaçava os efeitos das medidas rígidas que a China havia implementado para conter o vírus, bem como a “narrativa de sucesso” geral de um país que lidou com o vírus de forma eficaz e rápida.

O discurso sobre a ameaça dos “casos importados” iniciado pelo governo espalhou-se para os usuários das redes sociais. Muitos internautas pediram que os repatriados “voltassem para o lugar de onde vieram” e os condenaram por se comportarem como “bebês gigantes” e por “não participarem da construção da pátria, sendo os primeiros a correr de longe para prejudicá-la”. Embora a grande mídia

do estado tenha decidido enfatizar as contribuições dos chineses no exterior para sua pátria e reprimiu a explosão de discurso de ódio online, o discurso de exclusão que se desenvolveu exibe as possíveis transformações no papel simbólico que os chineses no exterior têm desempenhado na construção da nação chinesa, desde o início das reformas há quatro décadas; no passado, os migrantes chineses eram vistos como patriotas que contribuíram para a modernização da pátria.

Depois de enfrentar a exclusão nos países de imigração, bem como em seu local de origem, muitos migrantes chineses também enfrentaram o estigma devido à COVID-19 de membros dos subgrupos aos quais pertenciam – seus parentes, amigos e compatriotas do mesmo local. A estigmatização foi especialmente forte entre pequenos empresários oriundos de locais tradicionais de emigração na China, como Qingtian, na província de Zhejiang, que vivem em redes sociais fortemente unidas de parentes e amigos que conectam vários locais ao redor do mundo e o local de origem em uma parte montanhosa do leste da China.

Um desses casos foi descrito em detalhes na mídia da diáspora, onde a família de uma das primeiras vítimas da COVID-19 entre os chineses na Europa foi submetida não apenas a rumores perversos, mas também à ameaças de seus compatriotas. Os membros da família sentiram que haviam feito tudo ao seu alcance para agir com responsabilidade e conter a propagação do vírus, mas ainda eram acusados de colocar em risco a vida e os negócios de outros migrantes. Esta notícia não só foi amplamente difundida entre a comunidade migrante no país de imigração, mas também foi instantaneamente transmitida ao local de origem, aumentando o estigma da família entre aqueles que ficaram para trás, em Qingtian.

Esta pandemia, portanto, destacou como a exclusão e o preconceito ainda fazem parte da experiência dos migrantes chineses, indo além dos países de imigração para praticamente todos os locais ao longo do processo migratório. Além disso, apontou para o surgimento de um novo discurso de exclusão em relação aos migrantes chineses na China. Em um nível mais geral, porém, também demonstra a contínua proeminência de imaginários que conectam migrantes e doenças, os quais são usados para limitar a mobilidade ou definir de forma mais restrita qual mobilidade é permitida e bem-vinda e qual não é. ■

Contato com Martina Bofulin <martina.bofulin@zrc-sazu.si>

1. <https://www.euractiv.com/section/global-europe/news/covid-19-crisis-triggers-eu-racism-against-asians-rights-agency-says>

2. O termo “bebês gigantes” vem do livro *The Country of Giant Babies*, do psicólogo Wu Zhihong, onde ele critica o desenvolvimento pessoal dos jovens chineses. O termo é freqüentemente usado na internet para descrever pessoas exigentes e arrogantes.

> Rumo a uma análise comparativa de regimes de extrema direita

Por **Walden Bello**, State University of New York em Binghamton, EUA

A pandemia de COVID-19 desencadeou uma eflorescência de ideias sobre como reorganizar a sociedade em linhas mais progressistas a partir da esquerda. Em webinars que abrangem todo o mundo, as pessoas foram tratadas com uma gama deslumbrante de alternativas, incluindo um keynesianismo de esquerda revigorado, decrescimento, desglobalização, ecofeminismo, soberania alimentar, marxismo emancipatório e *Buen Vivir* ou “Viver Bem”.

O único problema é que essas ideias maravilhosas têm pouca ou incerta força política, mesmo que o paradigma dominante da democracia liberal com economia neoliberal tenha entrado em uma crise ainda mais profunda e possa estar “morrendo lentamente”, como diz o economista Dani Rodrik.

No lado oposto do espectro político, nem os conservadores nem a extrema direita têm ideias realmente inovadoras, e as ideias interessantes que eles têm, como a desglobalização, são pirateadas da esquerda. No entanto, a extrema direita tem impulso político, e o impacto desestabilizador da COVID-19 pode, de fato, acelerar esse impulso.

A ascensão global da extrema direita é uma das duas maiores surpresas do último meio século, junto com o colapso dos regimes socialistas na Europa Oriental e na União Soviética na última década do século XX.

Em 2010, não havia regimes que poderíamos chamar de “nova extrema direita” globalmente, exceto na Hungria. Agora vimos personalidades de extrema direita chegarem ao poder em quatro das sete maiores democracias: Índia, Estados Unidos, Brasil e Filipinas. E mesmo onde não fazem parte de coalizões no poder, por seu peso eleitoral, em muitos casos, moveram o centro de gravidade da política para a direita, como na Alemanha, Dinamarca e Itália.

Os regimes de direita chegaram ao poder tanto no Norte Global quanto no Sul Global. Embora compartilhem algumas

características, também existem características únicas para esses grupos de governo associadas ao seu lugar na economia política global, de modo que é útil considerá-los separadamente para fins de análise, sem, no entanto, sugerir que seja apenas, ou mesmo principalmente, a localização político-econômica global que explica as origens e a dinâmica desses regimes.

> A extrema direita no Norte Global

Que fatores estão por trás da ascensão de regimes e personalidades de extrema direita no Norte Global?

Em primeiro lugar, a extrema direita na Europa e nos Estados Unidos foi capaz de tirar proveito do impacto negativo das políticas neoliberais nas condições de vida das pessoas. Os sociais-democratas, ou centro-esquerda, estiveram envolvidos na formulação e implementação das políticas neoliberais. Isso deixou grande parte de sua base sentindo que não podiam mais depender de partidos sociais-democratas para protegê-los, tornando-os vulneráveis à pirataria de partidos de direita que habilmente se livraram do endosso geral das políticas neoliberais pela centro-direita e oportunisticamente escolheram posições do “bem-estar” tradicionalmente defendidas pela esquerda.

Em segundo lugar, na Europa, a extrema direita foi capaz de colher ressentimento contra a União Europeia (UE) ao cavalgar sobre a questão da democracia, dizendo que a liderança tecnocrática não eleita da UE estava dominando os líderes nacionais democraticamente eleitos dos Estados membros. Assim, quando, em 2015, a chamada *Troika* desconsiderou os resultados do referendo grego sobre o programa de austeridade que impôs ao povo grego, Marine Le Pen, líder da Frente Nacional na França, revestiu-se de democrata, proclamando “a escolha é ou democracia ou ditadura europeia.”

Terceiro, os partidos de extrema direita conseguiram dominar a questão da migração, com pouca oposição efetiva. Eles não só acusaram a centro-direita e a centro-esquerda de não terem uma política viável de migração, mas



“Nem os conservadores nem a extrema direita têm ideias realmente inovadoras, e as ideias interessantes que eles têm, como a desglobalização, são pirateadas da esquerda. No entanto, a extrema direita tem impulso político”

avançaram na teoria da conspiração de que a centro-direita, a centro-esquerda e a União Europeia são cúmplices do que eles descrevem como a meta de “hordas de migrantes” para subverter a sociedade europeia e americana.

A oposição à migração e a garantia do domínio da sociedade branca sobre as minorias é a questão central em que a extrema direita está cavalcando e se mobilizando, e é dentro de uma *gestalt* racista que eles posicionaram sua defesa oportunista de antiglobalização, antineoliberalismo e “pró-democracia”. A Frente Nacional de Marine Le Pen (FN) na França, por exemplo, agora clama pela restauração do imposto sobre a fortuna, enquanto ela própria se opunha a todas as formas de tributação progressiva apenas algumas décadas antes. Como aponta o economista Thomas Piketty, isso faz parte da “virada social” do partido, ou postura em defesa do sistema de proteção social para os trabalhadores por meio de impostos mais altos sobre os ricos. Na Hungria, o Partido Fidesz de Viktor Orbán aumentou os benefícios familiares e criou empregos subsidiados para os desempregados. Certas medidas para salvaguardar e promover o bem-estar social, salvar empregos e proteger a economia são boas, dizem os líderes da extrema direita, desde que os beneficiários sejam apenas pessoas da cor da pele “certa”, da cultura “certa” e da origem étnica “certa”. Claro, essa postura pode não ser declarada explicitamente, mas essa é essencialmente a mensagem que vem e, até agora, tem sido eficaz.

> A extrema direita no Sul Global

Voltando-se para o Sul Global, embora seja certamente verdade que, como no Norte, o ajuste estrutural neoliberal contribuiu para agravar as já terríveis condições de existência da grande maioria dos cidadãos das democracias, o que estava acontecendo em lugares como Filipinas, Índia e Brasil era algo mais fundamental: um repúdio à democracia liberal. Rodrigo Duterte, nas Filipinas, Narendra Modi, na Índia, e Jair Bolsonaro, no Brasil, personificam essa rejeição: Duterte se gaba de ter violado o devido processo ao presidir milhares de execuções extrajudiciais, Modi glorifica a queda da Índia secular e diversa, e Bolsonaro fica nostálgico com a ditadura militar que governou o Brasil por 20 anos.

O que mais contribuiu para a alienação dos cidadãos da democracia liberal nas três sociedades foi simplesmente a enorme lacuna entre a promessa da democracia liberal

e sua realidade. A enorme lacuna entre os ideais gloriosos expressos na Constituição indiana, na Constituição das Filipinas de 1987 e na Constituição do Brasil de 1988 e as realidades de pobreza maciça, desigualdade e impotência estava fadada a levar a uma explosão popular mais cedo ou mais tarde.

A ascensão ao poder da extrema direita não pode ser entendida sem levar em consideração a desilusão da classe média. A classe média foi, nos últimos 30 anos do século XX, um fator central no enfraquecimento das ditaduras em todo o Sul Global. Nas últimas duas décadas, porém, elas ficaram muito desiludidas com o fracasso da democracia liberal em cumprir suas promessas e com a deterioração de seus padrões de vida. Elas se abriram para soluções políticas mais drásticas e algumas até endossaram o neoliberalismo, embora as políticas neoliberais tenham tido efeitos contraditórios sobre elas. Essas políticas corroeram as condições de vida de alguns membros da classe média, mas simultaneamente beneficiaram outros, bem como alguns membros das classes mais baixas, criando o que alguns chamam de “classe média aspiracional”, ou pessoas que, em termos de renda, não são da classe média, mas aspiram ser. Para agradar esta última, Modi, Duterte e Bolsonaro abraçaram políticas neoliberais, enquanto alguns de seus homólogos do Norte têm se ocupado em se distanciar delas por razões oportunistas.

A ascensão ao poder da extrema direita não pode ser entendida sem levar em consideração a desilusão da classe média. A classe média foi, nos últimos 30 anos do século XX, um fator central no enfraquecimento das ditaduras em todo o Sul Global. Nas últimas duas décadas, porém, elas ficaram muito desiludidas com o fracasso da democracia liberal em cumprir suas promessas e com a deterioração de seus padrões de vida. Elas se abriram para soluções políticas mais drásticas e algumas até endossaram o neoliberalismo, embora as políticas neoliberais tenham tido efeitos contraditórios sobre elas. Essas políticas corroeram as condições de vida de alguns membros da classe média, mas simultaneamente beneficiaram outros, bem como alguns membros das classes mais baixas, criando o que alguns chamam de “classe média aspiracional”, ou pessoas que, em termos de renda, não são da classe média, mas aspiram ser. Para agradar esta última, Modi, Duterte e Bolsonaro abraçaram políticas neoliberais, enquanto alguns de seus

homólogos do Norte têm se ocupado em se distanciar delas por razões oportunistas.

Há também o poderoso apelo de uma postura anticorrupção, e não apenas para a classe média. As eleições são alimentadas por campanhas para “expulsar os vagabundos”. Parece, no entanto, que todo partido que chega ao poder em uma plataforma anticorrupção se torna corrupto no poder, de modo que as pessoas se tornam muito cínicas em relação aos exercícios eleitorais e são atraídas por líderes como o indiano Modi e o filipino Duterte, que podem não concordar em muitos pontos e que podem até ser perigosos para os direitos políticos, mas que são capazes de projetar uma imagem não corrupta (embora a realidade possa ser diferente).

No Brasil, um grande número de eleitores se voltou para Bolsonaro para punir o Partido dos Trabalhadores pela corrupção observada entre alguns de seus dirigentes e, embora todos os partidos estivessem envolvidos em práticas corruptas, o partido de Lula recebeu o peso da ira dos eleitores, provavelmente porque tinha se gabado de ter uma ficha limpa antes de assumir a presidência, mas foi visto como corrompido quando ganhou o poder. A corrupção sob os regimes anteriores era muito maior do que sob Lula e sua sucessora Dilma Rousseff, mas os ganhos da hipocrisia, ao que parece, são maiores do que os da desonestidade indisfarçável.

Quanto à classe trabalhadora, ao campesinato, aos pobres urbanos e rurais e à classe trabalhadora, seria tolice negar que Duterte e Modi gozam de amplo apoio entre eles. Pode-se dizer, entretanto, que existe uma diferença no apoio dado a essas personalidades pelas classes populares em relação ao da classe média. Tomando emprestado de

Antonio Gramsci, dir-se-ia que o deles é mais um “consenso passivo”, enquanto o da classe média é mais um “consenso ativo” manifestado nas opiniões articuladas na televisão, na internet e na mídia impressa. A intelectualidade de classe média sempre assumiu a liderança na formação da opinião pública, e na Índia e nas Filipinas um grande setor desse estrato apoiou Modi e Duterte.

Finalmente, também não se pode compreender o sucesso de algumas dessas personalidades de extrema direita sem levar em consideração seu carisma. Modi e Duterte, em particular, são personalidades carismáticas, que parecem fazer com que a esmagadora maioria apoie ou tolere tudo o que eles dizem e fazem, desafiando explicações baseadas em cálculo racional, de classe ou clientelismo. Nenhuma das personalidades de extrema direita no Norte pode sequer chegar perto de desfrutar do apelo massivo e generalizado dessas duas figuras, embora, no caso de Donald Trump, ele pareça ter uma influência carismática em seu partido e base de massa, como evidenciado pelo fato de que mais de 74 milhões de americanos votaram nele nas eleições de 2020 – mais de 11 milhões de votos a mais do que ele obteve em 2016.

> Conclusão

Os regimes de extrema direita no Norte e no Sul Global têm características comuns. Este ensaio explorou os contrastes entre eles. O objetivo foi contribuir para um esforço comum para chegar a uma explicação mais abrangente para o fato de terem ganhado força política contra seus rivais de centro e de esquerda na atual conjuntura política global. ■

Contato com Walden Bello <waldenbello@yahoo.com>

> Os objetivos universalistas da sociologia latino-americana

Por **Esteban Torres**, Universidade Nacional de Córdoba-CONICET, Argentina

Esta seção da *Diálogo Global* apresenta uma pequena amostra de inovações teóricas, itinerários intelectuais e projetos futuros de um grupo de autores latino-americanos proeminentes. Esses colegas trabalham todos os dias para construir novas ferramentas teóricas para o estudo abrangente da realidade social da América Latina e, em vários casos, da sociedade mundial como um todo. Em conjunto com a afirmação de suas respectivas identidades nacionais, os autores desta seção assumem uma identidade latino-americana substantiva que deixou sua marca em seus projetos intelectuais. Isso significa que eles nutrem simultaneamente um compromisso intelectual com o futuro da sociedade regional e da sociedade mundial. A maioria dos autores convidados propõe, entre outras coisas, uma atualização, uma reforma estrutural ou, simplesmente, uma revolução da sociologia mundial atual. Nenhum deles está disposto a refrear seu poder criativo, e todos estão assustados com a perspectiva de se tornarem meros reprodutores das ideias dos outros. Cada um deles tem seu diagnóstico sobre o estado atual das ciências sociais regionais e mundiais, os principais desafios teóricos e políticos que este campo enfrenta e como a produção de conhecimento deve evoluir para o futuro em relação aos processos de mudança social.

Este grupo de colegas – que pelo puro trabalho e talento se destacam

nos respectivos países, na região e, cada vez mais, em todo o mundo ocidental – abrigam uma ambição inusitada, no seu sentido mais nobre. Eles têm em comum um compromisso inabalável com a pesquisa baseada em novas teorias sociais. Cada autor é inspirado por diferentes objetos, dimensões e questões em sua pesquisa original, criação teórica e objetivos de mudança sociológica. Existem também diferenças nas identificações ideológicas, resoluções normativas e posições políticas de cada um. A agregação de diversidades nesta seção é a confirmação de que os autores foram capazes de criar suas próprias ideias a partir de uma leitura localizada dos grandes problemas do presente histórico, de avançar na produção de suas próprias teorias sociais explicativas e de projetar horizontes de expectativa para suas comunidades de referência.

No entanto, todas as diferenças desta seção estão subordinadas à uma aspiração comum de alta tensão, que estrutura cada proposta e tem suas raízes na história mais luminosa da América Latina. Cada trajetória intelectual foi construída a partir da rejeição vigorosa de qualquer princípio de autarquia regional, bem como de qualquer princípio de subordinação teórica da América Latina. Cada um dos autores considera que sua identidade e trajetória latino-americana é um valor positivo e distintivo, uma fonte de autonomia no cenário mundial, e não uma

limitação de origem ou posição para pensar e agir na sociedade mundial. Sem essa apreciação compartilhada, alimentada por diferentes legados emancipatórios enraizados na história regional, não seria possível explicar a convicção, o poder e a originalidade que acompanham as trajetórias e ideias intelectuais aqui sintetizadas.

A última coisa que gostaria de mencionar é que a grande maioria dos autores incluídos nesta seção faz parte do grupo de trabalho “Teoria Social e Realidade Latino-americana” do *Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales* (CLACSO). Criamos este espaço coletivo multinacional que reúne cerca de 40 pesquisadores, atualmente coordenados por José Mauricio Domingues e por mim, com o objetivo de superar os atuais déficits de produção teórica autônoma na sociologia e nas ciências sociais latino-americanas. Para avançar ainda mais esta aspiração, entre outras, é essencial estabelecer um diálogo teórico igualitário na sociologia mundial entre os diferentes países e blocos regionais. O generoso convite do coeditor do *Diálogo Global*, Klaus Dörre, para criar esta seção latino-americana é um exemplo maravilhoso do novo espírito de mundialização que nosso tempo histórico exige com urgência. ■

Contato com Esteban Torres
<esteban.torres@unc.edu.ar>

> O paradigma mundialista

uma nova proposta para a sociologia

Por **Esteban Torres**, Universidade Nacional de Córdoba-CONICET, Argentina



As principais transformações sociais na sociedade mundial, desde o início do século XXI, estão esgotando os dois paradigmas que regeram o desenvolvimento da sociologia desde suas origens até os dias de hoje: o paradigma moderno e o paradigma pós-moderno antimodernista. Este problema exige uma mudança de paradigma. Minha proposta apresenta um novo programa pós-moderno, com mentalidade científica, denominado paradigma mundialista – PM, em espanhol¹. Essa galáxia intelectual carrega uma nova ideia de sociedade mundial, de mudança social mundial e sociologia mundial. Vou revisar alguns desses elementos aqui.

> Mundialização na esteira da COVID-19

As principais mudanças que ocorrem na sociologia latino-americana são

uma reação a dois tipos de crises simultâneas: (1) a crise agravada do neoliberalismo e (2) a crise emergente da ideia de sociedade como concebida pela sociologia e pelas próprias sociedades históricas. A primeira crise se intensificou devido ao processo mundial de *recentralização do Estado*; a segunda, de um *processo de mundialização mental* e intelectual sem precedentes. Conforme observado na América Latina, as duas crises, assim como os processos de mundialização e centralização estatal mencionados, se aprofundaram devido aos efeitos da crise financeira global de 2008, a última onda de integração regional ascendente na América Latina (2003-2015) e a atual pandemia de COVID-19. Se a crise do neoliberalismo impacta negativamente o paradigma pós-moderno antimodernista e impacta positivamente o paradigma moderno, a crise da ideia de sociedade impacta negativamente a ambos, embora de forma mais decisiva o paradigma moderno. Dada a novidade que apresenta seu potencial de determinação social, vou me concentrar neste último.

A pandemia da COVID-19 é o principal evento que produz um processo hiperacelerado de mundialização mental e intelectual pela primeira vez na história da humanidade. Esse processo consiste em pelo menos três ingredientes centrais: (i) uma ideia preliminar de uma sociedade mundial unificada que integra a totalidade das

esferas nacional, regional e global; (ii) um registro da existência de desigualdades entre nações e regiões; (iii) uma intuição ou corroboração de que a sociedade mundial não é apenas moderna ou “em processo de modernização”.

O processo de mundialização mencionado acima mostra o esgotamento crescente dos paradigmas modernos e pós-modernos antimodernistas. Ambos partem da premissa, de conhecimento comum, de que o referencial da sociologia é a sociedade nacional. Não qualquer ideia de sociedade nacional, mas uma visão autorreferencial e restritiva que – com suas variantes ideológicas – se espalhou a partir do Norte Global desde a primeira revolução industrial. Em suas versões mais refinadas, essa ideia de sociedade nacional foi envolta em um universalismo penetrante e reflexivo que facilitou sua assimilação em massa pela academia nos países periféricos para valorizar suas sociedades históricas. O que está nos paradigmas modernos e pós-modernos são diferentes tipos de nacionalismos metodológicos, epistêmicos e teóricos. A grande maioria das teorias ocidentais atuais da globalização na sociologia mundial está dentro dessa estrutura restritiva.

A crescente inadequação de ambos os paradigmas, o moderno e o pós-moderno antimodernista, é evidente não apenas nas duas crises mencionadas. Foi acentuada por um

“A pandemia da COVID-19 é o principal evento que produz um processo hiperacelerado de mundialização mental e intelectual pela primeira vez na história da humanidade”

processo histórico de reestruturação da sociologia na América Latina e, em parte, da sociologia mundial, iniciado na década de 1980. Essa reestruturação está associada a uma desconexão material entre as práticas políticas sociológicas e extra-acadêmicas e a uma desconexão intelectual entre os motores científicos, críticos e políticos da prática sociológica. Esse processo de desacoplamento aprofundou a decomposição científica e a impotência política da sociologia mundial, ao mesmo tempo que diminuiu os recursos intelectuais disponíveis para os atores políticos.

> O projeto científico do paradigma mundialista

Diante dessa situação, as sociologias progressistas e de esquerda precisam recuperar seu núcleo moderno e, ao mesmo tempo, transcendê-lo em direção a um novo paradigma mundialista. O PM apresenta uma concepção da sociologia como uma *força sócio-científica localizada e multi-localizada, orientada para a transformação da sociedade mundial*. Esse paradigma exige um novo projeto científico pós-moderno, um

novo modelo de reconexão entre o científico, o crítico e os núcleos políticos da teoria e da pesquisa sociológicas e um novo dispositivo de mediação entre a prática sociológica e política. Vou me deter no primeiro componente do WP: o projeto científico, que se desenvolve a partir da dialética entre um princípio de mundialização, um princípio de localização e um princípio de historicização². O princípio da mundialização pressupõe que o primeiro substrato da sociedade seja mundano e não nacional. É uma premissa revolucionária na medida em que inverte a equação espacial nuclear dos paradigmas modernos e pós-modernos antimodernistas. O princípio da mundialização permite delinear uma ideia de sociedade mundial como unidade superior que ocorre na interação entre três níveis sistêmicos: (i) as relações entre as esferas nacional, regional e global, concebidas como esferas indissociáveis e irredutíveis; (ii) as relações centro-periferia; e (iii) a relação entre o moderno e o não moderno.

O princípio da localização exige o reconhecimento da localização como um ponto de referência para a sociedade mundial. Para o WP, a sociedade mundial é uma formação social desigual, simultaneamente localizada e multi-localizada. Cada ponto de localização é uma condensação direta e indireta singular da interação assimétrica entre as três esferas mencionadas acima. Da mesma forma que a sociedade mundial não é produto de uma localização única, também não o pode ser uma visão completa dessa formação social e da mudança social mundial. É por isso que os movimentos e programas de transformação estrutural que precisamos construir exigem a criação de uma *sociologia mundialista* destinada a reunir em diálogo as teorias da sociedade mundial produzidas a partir de todas as localizações históricas de nosso planeta. ■

Contato com
Esteban Torres <esteban.torres@unc.edu.ar>

1. Para um desenvolvimento abrangente desta proposta, consulte Torres, E. (2021) *La gran transformación de la sociología* [A grande transformação da sociologia]. Córdoba-Buenos Aires: FCS-CLACSO. Manuscrito submetido para publicação.

2. Por razões de espaço, e porque são os elementos mais perturbadores, vamos nos referir exclusivamente aos dois primeiros princípios.

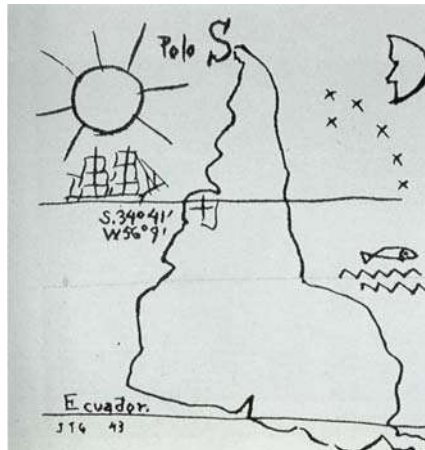
> Ligando a sociologia global com a modernidade global

Por **José Maurício Domingues**, IESP-UERJ, Brasil

A sociologia política tem uma forte tradição na América Latina. Provavelmente consistiu na linha central da sociologia latino-americana, embora certamente não a única (a “cultura” também tem sido importante, bem como algumas aberturas mais antigas para a economia política). A sociologia política foi ampliada e transformada com o surgimento disciplinar específico da ciência política, com um corte norte-americano, em contraste com abordagens sociológicas anteriormente mais enraizadas socialmente. Produziu importantes *insights* teóricos, mas ficou aquém – como tem sido geralmente o caso na América Latina – de realmente buscar uma contribuição teórica mais geral. Ou seja, os desenvolvimentos específicos da modernidade em sua dimensão política específica foram discutidos e conceituados, mas geralmente as análises pararam no nível regional.

> A ausência de teoria social

Exemplo disso foi a discussão de Quijano sobre o “exército industrial de reserva” de Marx de modo a entender por que havia tanto excesso de trabalhos na América Latina, gerando o que Quijano chamou de “pólo marginal”. Em algum momento ele percebeu que o problema provavelmente estava presente na Europa do século XIX e que a imigração o resolvia. Mas ele não ousou ir mais longe (muito menos desafiar algumas das ideias de Marx).



A imagem mostra o desenho a bico de pena “América Invertida” do artista uruguaio-espanhol Joaquín Torres García (1943). O continente latino-americano invertido é uma representação da forte autoconfiança da arte sul-americana. Crédito: Creative Commons.

O mesmo pode ser dito da discussão de Germani sobre “populismo”, em que a modernização fez as massas “disponíveis”, uma vez que não haviam sido incorporadas por um sistema político democrático, à “manipulação” por elites oportunistas. Isso poderia ter implicado em novas reflexões sobre a Europa, mas Germani que emigrara da Itália devido ao fascismo se limitou a uma discussão sobre a Argentina, com mais tarde outros autores generalizaram seu argumento para a América Latina em geral. Todos eles pararam por aí, porém. A tese sobre o “colonialismo interno”, apresentada por Pablo González Casanova e Rodolfo Stavenhagen, apontando para a imposição do estado pós-colonial moderno sobre as comunidades indígenas, poderia

ter permitido uma caracterização geral do estado moderno – que na verdade cresceu em todos os lugares desta forma. Eles, entretanto, não tiraram essas conclusões. Florestan Fernandes chegou a considerar que não podíamos nos dar ao luxo de trabalhar na teoria por falta de pessoal e recursos especializados, bem como evido a questões concretas mais prementes.

A sociologia latino-americana – e na verdade suas ciências sociais em geral – sofre de uma falta crônica de teorização. Se é verdade que isso pode ser atualmente um fenômeno mais global, o problema é agravado na região por aquela restrição anterior. A questão se torna ainda mais complicada quando discutimos a relação da teoria com a realidade empírica no que diz respeito à estratégia de pesquisa. Devemos começar do particular e passar para o nível geral? Ou justifica-se – também na América Latina – partir de problemas teóricos gerais, que dizem respeito a este subcontinente e também a outras regiões da modernidade global? Há várias décadas, Leopoldo Zéa observou que enquanto os europeus – e norte-americanos – tomavam como certa sua universalidade e viam sua particularidade como imediatamente generalizável no plano conceitual, os latino-americanos deviam partir de sua particularidade, pois sua universalidade era em princípio negada.

> Teoria da modernidade política

Se isso foi verdade no passado, a essa altura não faz mais sentido. Embora haja divergências a respeito da modernidade e sua gênese, ninguém agora suporia que o Ocidente seja o portador da modernidade em sua universalidade. Alguns fariam de modernidades coloniais e pós-coloniais, modernidades emaranhadas, modernidades múltiplas, etc. Além disso, há, em todos os lugares, inclusive na América Latina, um acúmulo de conhecimentos, também teóricos, que nos permite partir da teoria no nível mais alto. Isso vale tanto para a América Latina quanto para a Europa, a África, os Estados Unidos e a Ásia. Certamente precisamos ser de alguma forma sensíveis ao contexto, mas o problema é que nosso contexto é – ou deveria ser – global. Este é o caso, é claro, se não nos limitarmos à experiência imediata de nascer e/ou ser criado em um lugar específico – o que não é uma boa estratégia geral para as ciências sociais, de qualquer maneira.

É isso que tem guiado meus esforços sociológicos. Familiarizado com o pensamento latino-americano e conectado a algum tipo de “materialismo histórico”, decidi que precisava revisar todo o debate sobre “estrutura e ação”, bem como permanência e mudança na vida social. Cheguei assim a uma teoria

da “subjetividade coletiva” e da “criatividade social”, incluindo uma visão da evolução e da história. Aprofundei meus conhecimentos sobre os principais elementos imaginários e institucionais da modernidade e depois voltei às realidades da América Latina dentro do que analisei como a “terceira fase da modernidade”. Isso foi expandido em uma discussão sobre a modernidade global, una, heterogênea e híbrida, em sua expansão pelo planeta. Por fim, assumi o que é para mim hoje a área onde nossas questões civilizacionais e emancipatórias estão estrategicamente localizadas: a dimensão política da modernidade. Ao mesmo tempo, decidi que era hora de abordar o “método de exposição” de Marx, com o qual me preocupava há muito, aplicando-o à dimensão política. Isso implicou em uma extensa investigação e uma organização sistemática de categorias que pudessem cobrir totalmente a modernidade política, bem como o estabelecimento de suas tendências dinâmicas.

Isso me levou a propor uma exposição categorial da modernidade política em seu alcance global, dentro de uma forma particular de teoria crítica. Tentei incorporar desenvolvimentos históricos em todo o mundo, mas o que realmente importa é sua subsunção no sistema analítico categorial, bem como como o imaginário e as instituições se

desdobram, com os mecanismos que produzem e explicam essa dinâmica. A forma direitos, a forma cidadania, a lei, o estado, a autonomização, os sistemas políticos e os regimes políticos, incluindo uma democracia radical imaginável, a relação do abstrato e do concreto, bem como os momentos expansivos e restritivos do liberalismo, fornecem o cerne da abordagem teórica que venho desenvolvendo. Some-se a essas categorias a identificação, análise, explicação e projeção de tendências relacionadas ao fortalecimento do Estado e à crescente autonomização política dos cidadãos. Ultimamente, tenho investigado o “socialismo real”, que defini como “coletivismo autoritário”, uma formação social original, embora não socialista, parasitária, no entanto, da modernidade.

Parte do material relacionado a essa compreensão teórica geral da modernidade está publicado e pretendo produzir uma explicação teórica final e mais integrada da modernidade política dentro de alguns anos. Isso faz parte de uma abordagem sociológica global, com alguns antecedentes latino-americanos, mas é sublimada por ambições universalistas – teóricas e axiológicas. ■

Contato com José Maurício Domingues
<jmdomingues@iesp.uerj.br>

> Teoria historicizante: uma proposta para a América

Por **Viviane Brachet-Márquez**, El Colegio de México, México



As principais mudanças territoriais ocorreram entre 1810 e 1860: nasceram oito Estados (Nicarágua, Costa Rica, El Salvador, Equador, Venezuela, Bolívia, Paraguai, Uruguai) e o México perdeu seus territórios do norte para os Estados Unidos. Crédito: Creative Commons.

No passado, a teoria social, conforme praticada nos países centrais (em oposição aos periféricos), era de natureza estática, no sentido de perceber a ordem social como a ausência de conflito generalizado e o conflito como evidência de desordem. Ela também tentou se tornar “científica” ao prever continuidades sociais estáveis com base no raciocínio hipotético-dedutivo. Mesmo quando os pais da sociologia estavam experimentando as mudanças traumáticas da revolução industrial, eles as retrataram como a diferença entre um ponto fixo de partida e outro ponto fixo de chegada, com um processo subteorizado entre eles: a saber, o *continuum* de *Gemeinschaft* a *Gesellschaft*.

Com base neste modelo geral, os países latino-americanos têm aparecido como imperfeitos e inacabados, passando da “tradição” para a “modernidade” ou de subdesenvolvidos (ou menos desenvolvidos ou em desenvolvimento) para algo mais próximo de “desenvolvidos”. O processo histórico “intermediário” foi amplamente descrito, mas

não teorizado como um todo¹. O resultado, em qualquer caso, tem sido invariavelmente que a América Latina se “desenvolveu” de forma desigual e imperfeita devido às forças do mercado mundial (ou imperialismo, ou colonialismo), com pouco impacto do papel que as pessoas desempenharam na construção de ordens sociais sobre os dois séculos desde a independência.

> A construção histórica das ordens sociais na América Latina

Gostaria de propor que a América Latina, tomada como região, pode ser teorizada com sucesso desde que reconheçamos sua historicidade, e partamos da premissa de que as ordens sociais em qualquer cenário geográfico são produto de formidável complexidade, historicamente construída, e de processos sociais indeterminados. Uma questão chave na análise das ordens sociais latino-americanas, portanto, diz respeito à agência em relação às instituições criadas historicamente e, a partir daí, às questões de: (1) quem age e em benefício de quem (indivíduos

que maximizam o benefício, famílias patriarcais, comunidades indígenas ou lucros capitalistas); e (2) impulsionado por quais princípios dinâmicos (sistêmico, mecanicista ou agente). As respostas a essas perguntas dependem de *quais lentes teóricas* podem transformar um conjunto de dezenove nações latino-americanas em casos sistematicamente comparáveis, em oposição a casos díspares.

Neste breve artigo, posso apenas delinear resumidamente como meu trabalho ao longo dessas linhas pode contribuir para responder a essas perguntas². O argumento teórico geral pode ser resumido da seguinte forma: *o que tem sido produzido historicamente na América Latina é uma série de ordens sociais espacialmente limitadas, compostas por constelações misturadas e frequentemente contraditórias de regras, normas e símbolos que alternadamente se tornaram hegemônicas, ou deixaram de ser amplamente compartilhadas ou aplicadas*. Em outras palavras, podemos dizer que resultados específicos desse processo social foram, por sua vez, institucionalizados,

>>

desinstitucionalizados e reinstitucionalizados, enquanto enfrentavam intrusões de Estados estrangeiros e corporações mundiais como parte de um processo internacional abrangente de geopolítica e de mercado de concorrência.

Desse ponto de vista, a história pós-independência da América Latina foi impulsionada pela interação alternadamente conflituosa e cooperativa entre os atores institucionais, com o objetivo de aumentar a riqueza, autoridade e poder das elites intimamente associadas com a(s) instituição(ões) hegemônica(s) em diferentes épocas/lugares. Também foi impulsionada pelas maneiras pelas quais os grupos subalternos responderam aos eventos que marcam suas vidas diárias e, por sua vez, reforçaram ou modificaram esses processos. O Gráfico 1 representa abstratamente esses desenvolvimentos históricos, nos quais os fatos empíricos correspondentes podem ser inscritos como ocorreram em diferentes países da região, mas também como eles compartilharam tipos historicamente recorrentes de ordens sociais

relativamente estáveis. Nessa visão, os principais atores institucionais, mas também as pessoas, comunidades e organizações constroem ordens sociais todos os dias por meio de suas tentativas de reproduzir suas vidas e dar sentido a sua experiência. Na América Latina, como em qualquer outro lugar, esses arranjos não foram, em geral, consensuais ou igualitários, de modo que muitas oportunidades de mudança progressiva foram perdidas ou neutralizadas. Mas essa é a realidade que podemos e devemos teorizar e investigar sistematicamente, longe dos mitos eurocêtricos.

Para abordar esse processo geral empiricamente, o estudo em andamento enfoca as relações ao longo do tempo entre os Estados e outras ordens institucionais, grupos sociais poderosos, corporações capitalistas e Estados externos, conforme mostrado no Gráfico 1. Para alcançar a hegemonia, os Estados têm se esforçado para dominar seu território³, alcançar a solvência financeira e defender sua soberania. Fazendo isso, eles exerceram todo o poder que podiam sobre sua população; extraíram sua parte dos regimes de

acumulação; e fizeram concessões a poderes externos superiores.

Essas são as condições, em geral, nas quais os estados da América Latina atuaram como instituições, entre outras. Fizeram isso apesar de terem emergido profundamente endividados das guerras de independência, com escassos poderes e autoridade em comparação com a Igreja Católica, o latifúndio ou as forças militares, e sob constante ameaça de interferência de países econômica e tecnologicamente mais avançados.

> **Conclusão**

Visto desse ângulo, os problemas enfrentados pelos Estados latino-americanos desde 1810⁴ têm sido gritantemente diferentes daqueles vividos desde os anos 1500 por modelos de nações europeias⁵ tais quais as nações latino-americanas foram repetidamente comparadas, na maioria das vezes de maneira desfavorável e anacrônica. Ao adotar essa abordagem, podemos teorizar o fazer e desfazer das ordens sociais na América Latina não em termos de pretensos princípios universais eurocentrados, mas como instâncias comparáveis e historicamente mutáveis da dinâmica histórica criada, transformada e descontinuada desde 1810, de Río Grande⁶ a Tierra del Fuego.

Contato com
Viviane Brachet-Márquez <brachet@colmex.mx>

1. Excetuando teóricos da dependência e do sistema mundial, como Cardoso e Faletto, Wallerstein e Arrighi, bem como Boserup e Hirschman.
2. Espera-se que este livro atualmente em andamento seja concluído em julho de 2021 e publicado em 2022, tanto em inglês quanto em espanhol.
3. A ideia weberiana de Estados como entidades que dominam seu território por meio do monopólio dos meios legítimos de violência é tomada aqui como historicamente problemática, em vez de definicional.
4. Maio de 1810 marca o início das guerras de independência em Buenos Aires e no México.
5. As comparações foram restritas à Grã-Bretanha, França ou Prússia, deixando de fora as 24 nações europeias restantes.
6. Río Grande se tornou a fronteira mais ao norte após a anexação de mais da metade do território do México pelos Estados Unidos em 1848.

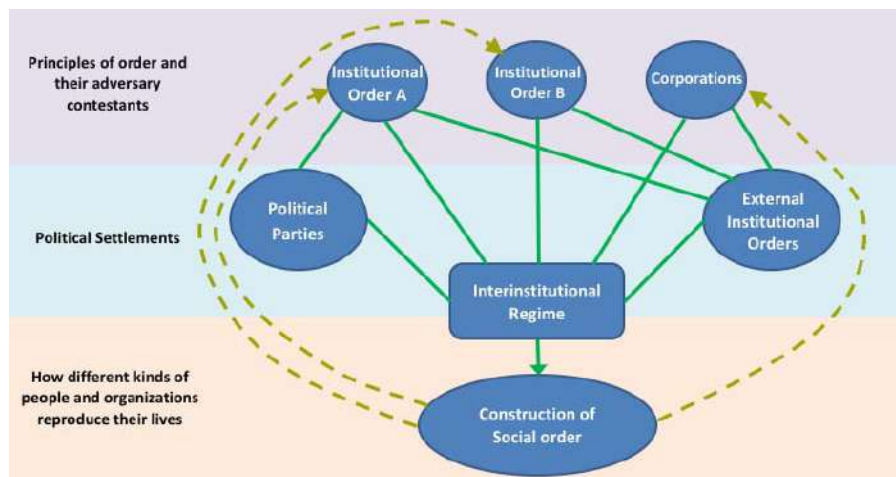


Gráfico 1. Crédito: Viviane Brachet-Márquez.

> Repensando interdependências

Por **Sérgio Costa**, Freie Universität de Berlin, Alemanha



Marcha das Margaridas, manifestação de trabalhadoras rurais, em Brasília, Brasil, em agosto de 2019. Crédito: Renata C. Motta, FU Berlin.

> A sociologia sob pressão

Desde sua emergência, a sociologia foi instada a provar que seus achados são relevantes e diferentes daqueles apresentados por disciplinas afins. De acordo com seu próprio auto-entendimento é marca característica que diferencia a sociologia de outras disciplinas sua habilidade em examinar processos sociais a partir de suas estruturas e contextos de origem, levando em conta, ao mesmo tempo, os sentidos que os atores sociais atribuem a esses processos. Transformações recentes vêm criando dificuldades para que a sociologia analise adequadamente esta articulação entre estruturas e sentidos, conforme analisei na contribuição para o livro *Postcoloniality - Decoloniality - Black Critique. Joints and Fissures*, publicado pela Editora Campus em 2014. Entre essas, destacam-se:

Primeiro, tendências no interior da sociologia ora de reduzir a disciplina ao estudo das estruturas (economicismo), ora de transformar a sociologia em uma ciência da cultura que só investiga a dimensão simbólica dos processos sociais (culturalismo): em ambos casos, conforme mostram Hans-Georg Soeffner e Klaus Lichtblau, perde-se de vista o objeto central da sociologia, qual seja, a vida em sociedade, entrelaçando estruturas, sentidos e representações sociais. Premida entre o economicismo e o culturalismo, a sociologia enfrenta o desafio de analisar a sociedade (mundial) contemporânea que tem muito pouco a ver com o modelo de sociedade desenhado pela sociologia depois da segunda guerra mundial. A modernidade continua correspondendo, na sociologia, a um mundo apoiado em fronteiras seguras e identidades estáveis: o ocidente e o oriente, o masculino e o feminino, o nacional e o estrangeiro, o alemão, o

turco e o turco-alemão.

O segundo conjunto de transformações tem a ver com a globalização da vida e dos processos sociais. À sociologia continuam faltando instrumentos para entender um mundo que é muito mais que a mera soma das sociedades nacionais. O fato de que parte expressiva do que chamamos modernidade não é mais configurada pelos “poderes ocidentais” gera também grandes problemas para a sociologia já que a hegemonia ocidental é um elemento constitutivo da disciplina. À sociologia faltam categorias para entender, por exemplo, que a América Latina poderia tornar-se periferia da China ou que Bollywood, Hollywood e telenovelas moldariam o repertório romântico do Séc. XXI. As tentativas da sociologia de tratar de processos sociais globais tendem a se reduzir à mera aplicação das categorias nacionais ao contexto global. Assim, sociedade se transforma

>>

em sociedade mundial, modernização torna-se globalização. Estes novos conceitos, contudo, retêm sua lógica nacional no plano global, impedindo que articulações transnacionais entre estruturas e sentidos possam ser devidamente entendidas e interpretadas.

O terceiro é Interdependências interespecies: constituída durante o auge do antropocentrismo, a sociologia continua representando as sociedades humanas como coletividades que meramente usam o meio-ambiente a seu redor. Isto contradiz três décadas de avanços de pesquisa no campo dos chamados estudos pós-humanos, os quais enfatizam as redes de interdependência entre humanos e não humanos, quais sejam, plantas, animais, espíritos e também artefatos. Por analisar sociedades separadamente do meio-ambiente que as interpenetra e por desconsiderar as redes de interdependência que indiscutivelmente vinculam humanos e outras vidas (de vírus, de bactérias que vivem em nossos corpos, de plantas e animais com os quais “intra-gamos” e interagimos), a sociologia não mostra-se em condições de apreender processos vitais (e letais) que envolvem interdependências interespecies. O caso presente da pandemia do Covid-19 mostra isto de forma iniludível conforme analisa Catherine Price em seu artigo “Covid-19: When Species and Data Meet” publicado em *Postdigital Science and Education* em 2020.

> Contribuições latino-americanas

A tradição sociológica e diferentes correntes de pensamento desen-

volvidas na América Latina oferecem contribuições seminais para superar os desafios contemporâneos com os quais se depara a sociologia hoje.

A adequada articulação entre a investigação das estruturas e dos sentidos e representações está presente na sociologia latino-americana pelos menos desde os anos 1950. Cientistas sociais como Rodolfo Stavenhagen, Florestan Fernandes e Saffioti Heleieth estudaram, muitos anos antes que a palavra interseccionalidade entrasse para o vocabulário das ciências sociais, a maneira como etnicidade e classe, raça e classe, gênero e classe se interseccionam para constituir lugares sociais que refletem, ao mesmo tempo, posições na estrutura social e determinadas formas de representação e ação social. Elizabeth Jelin, em sua contribuição à coletânea *Global Entangled Inequalities. Conceptual Debates and Evidence from Latin America*, publicada pela Routledge em 2018, reconstrói esta tradição de maneira muito apropriada.

No campo da globalização dos processos e da vida social, os teóricos da dependência e seus sucessores mostraram com propriedade os entrelaçamentos entre as estruturas econômicas e formas de sociabilidade nas diferentes regiões do mundo, tanto no tempo presente, quanto em sua constituição histórica a partir do colonialismo, da escravidão até o capitalismo financeiro contemporâneo, conforme mostrei no artigo “The research on modernity in Latin America: Lineages and dilemas”, publicado pela *Current Sociology* em 2019.

Mesmo no âmbito daquele que é talvez o desafio mais difícil para a sociologia, qual seja, fazer jus à interdependência interespecies, a América Latina apresenta um vigoroso repertório de recursos conceituais vinculados principalmente às tradições de pensamento indígena como é o caso por exemplo de conceitos já muito difundidos internacionalmente, como perpectivismo ameríndio, discutido especialmente nos trabalhos de Eduardo Viveiros de Castro ou *buen vivir* particularmente desenvolvido na região andina. Nestas tradições, as teias de interdependência entre humanos e não humanos são exploradas tanto analiticamente quanto da perspectiva de uma ética planetária.

Obviamente, a existência destes repertórios representa uma possibilidade, mas não garante que a sociologia latino-americana terá papel relevante na reconstrução da sociologia como disciplina especializada no estudo de interdependências em diferentes níveis. É preciso que a sociologia latino-americana se debruce sobre essas tradições e as traduza para os termos do debate sociológico contemporâneo. É preciso também criar novas formas de cooperação e colaboração simétricas entre produtores de conhecimento acadêmico e não-acadêmico e entre sociologias do sul do norte. Destas alianças dependem a qualidade e magnitude da contribuição latino-americana para revigorar a sociologia contemporânea. ■

Contato com Sérgio Costa
<sergio.costa@fu-berlin.de>

> A era da negligência: a teoria de sistemas de crises

Por **Aldo Mascareño**, Centro de Estudios Públicos, Chile



| Crédito: Li Lin no Unsplash.

Nos últimos cinco anos, meu trabalho tem se concentrado no desenvolvimento de uma teoria de sistemas de crises sociais complexas. Quer seja porque o conceito de crise permaneceu indissolúvelmente ligado ao de crítica desde a Revolução Francesa, quer seja porque a teoria crítica adotou a diferença entre crise e crítica como unidade de sua prática teórica e política, a verdade é que a teoria dos sistemas evitou diligentemente o conceito de crise. Desde o momento em que o próprio Luhmann entendeu a crise como uma autodescrição negativa da sociedade moderna, até reflexões recentes sobre a possibilidade surreal de uma teoria crítica dos sistemas, o mecanismo da crise tem sido o valor oculto da relação entre sistema e ambiente. Entretanto, crises sociais complexas são uma marca do século XXI.

> O lado obscuro das sociedades modernas

Nas últimas duas décadas, o lado obscuro da sociedade moderna

se revelou com particular drama e em tons qualitativamente diferentes quando comparado aos de décadas anteriores. Os eventos que tradicionalmente chamamos de crises adquiriram robustez, extensão e periodicidade sem precedentes na evolução social. Vivemos tempos em que experimentamos crises sociais hipercomplexas que dramaticamente nos lembram que as instituições da sociedade moderna estão sobrecarregadas por reivindicações globalmente interconectadas, e em várias camadas, e que não conseguem restaurar expectativas frustradas. Não é mistério que a modernidade global confronta todos os cantos da sociedade mundial com experiências de descontentamento e estranhamento na medida em que as pessoas sofrem as consequências do que está sendo feito em outros lugares. Chamo esses tempos complicados de *era da negligência*.

No crepúsculo do século das guerras mundiais, do Holocausto e da esperança apoiada pela ascensão dos direitos humanos, o primeiro sinal dramático dessa nova era conectada

em rede e pós-local foi Chernobyl. Assim, o tumultuoso século de negligência entrou em cena. Primeiro, ficamos impressionados com a queda dos símbolos de uma modernidade em expansão e autosssegurizada, varrida por aviões regulares que foram ressignificados enquanto armas de destruição em massa. A queda das Torres Gêmeas foram as boas-vindas à era da negligência. Inúmeras vezes nos últimos vinte anos – ainda na infância do novo século – ficamos surpresos com os ataques em Londres, Madri, Nice, Paris, Boston, e também com massacres e violações dos direitos humanos no Oriente Médio, África, Ásia, e América Latina. Não havia lugar para se esconder. Apenas o lar parecia um lugar relativamente seguro. Todavia, a crise financeira de 2008, as consequências crescentes das mudanças climáticas, a expansão dos fundamentalismos religiosos e um populismo transideológico furiosamente xenofóbico nos ensinaram que até mesmo o lar pode ser um alvo fácil de se negligenciar.

O turbilhão financeiro de 2008 foi claramente um colapso do sistema da



“A modernidade global confronta todos os cantos da sociedade mundial com experiências de descontentamento e estranhamento na medida em que as pessoas sofrem as consequências do que está sendo feito em outros lugares. Chamo esses tempos complicados de era da negligência.”

era da negligência conectada em rede: muita interconectividade e muita homogeneidade estrutural tornaram o mundo muito estreito e acelerado para se prestar atenção a preocupações normativas transatemporais. Mudanças repentinas e mais agressivas das condições climáticas em diferentes partes do mundo demonstraram a interconectividade da *espaçonave Terra*, levantando a questão de se os acordos internacionais sobre sustentabilidade são meramente exemplos de boas intenções políticas ou se eles são sustentados por decisões normativamente vinculantes. Por outro lado, o crescimento territorial e substantivo dos fundamentalismos religiosos, com suas conexões nos centros da vida ocidental, tornou visíveis os limites dos controles tradicionais de fronteira; eles trouxeram para o primeiro plano a relevância das pequenas fraturas no discurso motivacional dos direitos humanos, particularmente com a população jovem, pós-material e desencantada. E o populismo – das experiências clássicas de esquerda como a do regime de Chávez-Maduro até os projetos de direita como os de Le Pen, Trump e Bolsonaro – explora as brechas normativas da era da negligência conectada em rede para reavivar discursos nacionalistas e xenófobos centrados na desconexão e no isolamento do que são consideradas influências externas e demandas exógenas.

> A teoria das transições críticas

Possivelmente, os futuros historiadores considerarão 2011 o ano da primeira reação da nova consciência normativa da modernidade no século XXI. É claro, houve sinais de alerta antes desse momento, como as Revoluções Coloridas, ocorridas em diversos países da antiga União Soviética e que tiveram início na Iugoslávia em 2000, e os distúrbios na periferia parisiense em 2005, apenas para citar alguns. Porém, em 2011, assistimos a uma onda dinâmica de movimentos sociais reagindo contra a negligência em todo o mundo: o *Occupy Wall Street*, os *Indignados*, os motins na Europa Central e na América Latina e, certamente, a Primavera Árabe foram as expressões descentralizadas de que o limite foi ultrapassado.

As migrações em massa do Oriente Médio para a Europa, da América Central para os Estados Unidos e o êxodo dos Estados colapsados do Haiti e da Venezuela para diferentes países da América Latina nos últimos anos foram o corolário desse esgotamento normativo. Em síntese, as pessoas não encontram motivação apenas na sobrevivência, mas no cumprimento das expectativas normativas que a própria modernidade primeiro prometeu e depois negligenciou. Frente a eventos complexos desse tipo, parece-me que a teoria dos sistemas sociais tem algumas vantagens sobre outras abordagens. Em primeiro lugar, ela enfatiza o surgimento de sistemas mundiais autônomos cujo controle

normalmente excede as possibilidades humanas e as regulamentações nacionais. Segundo, a teoria nos mostra que os sistemas autônomos geram grandes interdependências entre si, e que da combinação de autonomia e interdependência podemos esperar mais e não menos conflitos e contradições. Terceiro, a teoria também deixou claro que os sistemas funcionam transnacionalmente, de tal sorte que regiões inteiras podem colapsarem por causa de suas próprias cegueiras ou por conta de negligência em regiões distantes. E, em quarto lugar, a teoria dos sistemas também nos alertou que sob as condições atuais de maior complexidade e risco, ao invés de contradições que podem ser resolvidas de um modo ou de outro, estamos expostos a paradoxos com os quais devemos conviver.

Em meu trabalho, proponho uma maneira de abordar as crises em sistemas sociais complexos das últimas décadas que podem revelar as causas de sua robustez, extensão e periodicidade. Ao fazê-lo, eu substituo o conceito de crise pelo conceito de *transição crítica*, com o qual reúno alguns desenvolvimentos recentes em pesquisa experimental das teorias da complexidade (ecologia, física, teoria dos grafos), que geralmente são desconhecidos na sociologia. Por meio do desenho de uma subteoria inserida em um enquadramento sistêmico, qual seja, a *teoria das transições críticas*, dou uma resposta a um novo tipo de fenômeno complexo: as crises recorrentes, incontroláveis e fora de escala da era da negligência. ■

> Pesquisando o neoliberalismo da América Latina¹

Por **Verónica Gago**, Universidade de Buenos Aires-UNSAM-CONICET, Argentina

A pesquisa que desenvolvo no meu livro *A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular*² visa discutir a noção de neoliberalismo, como historicizá-lo em nossa região, aprofundar debates teóricos e traçar genealogias baseadas em lutas, tudo isso com o objetivo de desafiar a ideia de que neoliberalismo é sinônimo de mercado e o oposto de intervenção estatal. Esses debates também estão preocupados em caracterizar o cenário do pós-neoliberalismo relacionado à América Latina.

> “Neoliberalismo a partir de baixo”

Minha tentativa é ir além da definição de neoliberalismo enquanto um conjunto de políticas de cima, como parte de um planejamento estrutural. Ademais, a fórmula “neoliberalismo a partir de baixo” que propus reflete a necessidade de reconhecer as tentativas populares de resistir e reformular a expropriação neoliberal. Ao adotar essa perspectiva, procuro desafiar leituras totalizantes do neoliberalismo, bem como aquelas análises que o entendem exclusivamente em termos de derrota definitiva das subjetividades subalternas.

De modo adverso, estou interessado na pluralidade das dimensões em que as continuidades e descontinuidades do neoliberalismo

estão em jogo, como quando dizem respeito a lógicas mais profundas do que aquelas referenciadas pelo sistema político. Eu pesquiso o funcionamento concreto do neoliberalismo a partir de baixo naquilo que chamo de “economias barrocas” – termo que designa o “enodoamento” dos tempos e das lógicas de operação, da produção de espaços saturados e de iniciativas plebeias – como forma de nomear a constituição política das economias populares enquanto espaços de disputa onde a “razão neoliberal” (uma suposta norma de estrito cálculo mercantil) é apropriada, arruinada, transformada e relançada por aqueles que supostamente deveriam ser apenas suas vítimas.

As lutas dentro e contra o neoliberalismo são lutas contra a expropriação e também contra os aparatos financeiros, tanto como solução privada para essas expropriações, como uma nova forma de extração de valor. Essas práticas revelam a natureza heterogênea e ambígua da disputa entre obediência e autonomia na interpretação e apropriação das condições neoliberais.

Se nós concordarmos que o neoliberalismo reage a certos ciclos de luta e que, como consequência, essa reação impacta na escalada da violência, a questão é: Como identificar as formas de persistência e recombinação do neoliberalismo e simultaneamente resistir à suposição

de que o neoliberalismo pode eliminar todos os antagonismos ao equiparar vida e capital? Dito de outra maneira: quais tipos de antagonismo o neoliberalismo incorpora e quais conflitos fazem com que ele mude?

> Uma abordagem feminista do neoliberalismo

Minha pesquisa recente continua a focar em uma leitura feminista do neoliberalismo. Eu me refiro a dois livros recentes: *A feminist reading of debt* (em coautoria com Luci Cavallero) e *La potencia feminista*. O el deseo de cambiarlo todo. A análise do neoliberalismo tem sido uma característica central dos feminismos contemporâneos e, por essa razão, constitui um elemento crucial de seu internacionalismo. Tanto é assim que, em primeiro lugar, essa análise é uma chave interpretativa concreta para identificar conflitos que não eram anteriormente entendidos como tais e mapear suas conexões. Em segundo lugar, ela nos permite debater e desafiar as formas como o neoliberalismo traduz e administra os conflitos, por meio do multiculturalismo ou da inclusão subordinada que pacifica as lutas. Por último, permite um diagnóstico da reação conservadora que foi desencadeada contra a força transnacional do feminismo, sobretudo na América Latina.

Tal perspectiva enquadra uma leitura da violência do neoliberalismo capaz

>>

“A relação entre patriarcado e capitalismo foi modificada para refletir uma dependência global ainda maior do trabalho reprodutivo. Mas por que o neoliberalismo está mutando dessa maneira?”

de explicar as medidas de ajuste estrutural, bem como a forma em que a exploração se enraíza na produção de subjetividades que são impelidas à precariedade, mas que lutam para prosperar mesmo em condições estruturais de expropriação.

Eu me dedico a quatro cenas de violência: (1) A implosão da violência nos lares como um efeito da crise da figura do macho mantenedor e sua subsequente perda de autoridade e papel privilegiado em relação à sua posição no mercado de trabalho; (2) a organização de novas formas de violência enquanto regra de autoridade nos bairros pobres, baseada na expansão de economias ilegais que substituem outras modalidades de fornecimento de recursos; (3) a expropriação e pilhagem de terras e recursos comunitários por corporações transnacionais e, portanto, a perda de autonomia material de outras economias e; (4) a articulação de formas de exploração e extração de valor, segundo as quais a financeirização da vida social – particularmente por meio do aparato de endividamento – é um código comum.

Analisar o neoliberalismo e o extrativismo juntos é crucial para compreender a dimensão imperial do neoliberalismo (que nem sempre é salientada nas perspectivas euro-

atlânticas), assim como para detectar a própria origem da violência atual.

Muitas estudiosas feministas sugerem que a relação entre patriarcado e capitalismo foi modificada para refletir uma dependência global ainda maior do trabalho reprodutivo. Isso levanta a seguinte questão: por que o neoliberalismo está *mutando* dessa maneira?

> O extrativismo financeiro

Atualmente, meu trabalho foca em como a financeirização cria novas formas de (re)organizar a produção e a reprodução. Porém, para compreender como a dívida extrai valor das economias domésticas, economias não salariais e economias historicamente não produtivas na América Latina, temos de ver os aparatos financeiros como verdadeiros mecanismos de extração de valor e moralização de mandatos de gênero não cumpridos - isto é, de uma certa articulação entre reprodução e produção. Nós (Cavallero e Gago, 2020) analisamos como esse endividamento se intensificou a ponto de colonizar a reprodução do dia-a-dia, aproveitando mandatos de gênero, enquanto simultaneamente respondia a uma demanda por maior autonomia econômica por parte das mulheres, lésbicas e mulheres trans no calor das mobilizações feministas.

As finanças, perpassadas por uma complexidade técnica e pensadas visando impactar o cotidiano, devem ser compreendidas em termos de uma lógica extrativista do capital que organiza o que chamamos de “extrativismo financeiro”.

No meu entedimento, essas características também demonstram por que a subjetivação coletiva implantada pelas revoltas feministas contemporâneas – em suas formas populares, indígenas, dissidentes, queer, negras, em conjunto com outras composições e territorialidades – é componente-chave na batalha contra o poder do neoliberalismo de mutação ilimitada (isto é, a utopia infinita da financeirização). ■

Contato com Verónica Gago
<verogago76@gmail.com>

1. Traduzido para o inglês por Liz Mason-Deese.
2. Publicado originalmente na Argentina por Tinta Limón em 2014 e na Espanha em 2015 por *Traficantes de Sueños*; nos Estados Unidos em 2017 pela Duke University Press (traduzido por Liz Mason-Deese); na Bolívia em 2018 pela Autodeterminación Editorial; no Brasil pela Editora Elefante (traduzido por Igor Peres); e em uma versão abreviada junto com outros ensaios, na França em 2020 por *Raisons D'Agir* (traduzido por Mila Ivanovic).
3. Publicado na Argentina em 2019 pela Fundação Rosa Luxemburgo; em italiano em 2020 por *Ombre Corte* (traduzido por Nicolás Martino); e em inglês em 2021 pela Pluto Press (traduzido por Liz Mason-Deese).
4. Publicado na Argentina em 2018 por Tinta Limón; no Brasil em 2020 pela Editora Elefante (tradução de Igor Peres); no Peru, por *La Siniestra*; no México, por *Pez en el Árbol*; e em inglês em 2020 pela Verso, sob o título *Feminist International* (traduzido por Liz Mason-Deese).

> Rumo a uma gramática pós-liberal

Por **Carmen Iizarbe**, Pontificia Universidad Católica del Perú, Peru



A manifestação conhecida como “Marcha de los Cuatro Suyos” marcou o fim do tempo de Alberto Fujimori no poder. Em 2000, milhares de pessoas se reuniram nas ruas do Peru para protestar contra a fraude eleitoral e, portanto, estabeleceram um forte sinal de democracia. Crédito: Creative Commons.

O fenômeno político mais importante até o momento, no século XXI, é a notória exaustão e declínio – talvez até mesmo o eclipse – do entendimento liberal da democracia representativa. Apesar da crise de legitimidade dos partidos políticos ser uma ocorrência generalizada no mundo, não se trata apenas disso. A própria ideia de representação enquanto um mecanismo político viável entrou em crise, e talvez de modo irreversível. Considere que o conceito de representação norteia os desenhos institucionais de todas as democracias contemporâneas e que essa formulação está ligada às primeiras conceituações do Estado moderno. Desse modo, minimamente desde

Thomas Hobbes, nós naturalizamos a ideia de que o poder pode ser delegado e ainda assim mantido. A ficção da re-representação (fingir que quem está na verdade ausente dos processos deliberativos e decisórios ainda está presente com poder de voz e voto) tem sido fundamental para o desenvolvimento das democracias modernas. Anteriormente, argumentei que essa ficção foi quebrada e que a própria ideia de representação (não apenas as instituições e procedimentos-chave que a fazem funcionar) foi afetada.

> **A agenda de pesquisa sobre o colapso das políticas representativas**

Em resposta à desarticulação das formas políticas instituídas de intermediação e tendo em vista a evidente desconexão entre governantes e governados, novas formas de autorrepresentação política surgem, contornando os partidos políticos e suas agendas, mas também os canais institucionais contemplados pelo sistema de representação política. Não obstante, o campo da política não foi abandonado. Nos processos de média duração, que podem durar até mesmo décadas, testemunhamos à repolitização da sociedade e ao ressurgimento da soberania popular que, certas vezes, consegue se transformar em um poder constituinte, como o caso chileno nitidamente sugere.

>>

Em tal contexto, uma pluralidade de formas de soberania popular pode ser lida como um sintoma de mudanças importantes na compreensão e na construção atual do político. Assim sendo, vale questionar o que acontece quando a intermediação falha, o que acontece quando os mecanismos de representação não funcionam mais como costumavam e o que acontece quando até mesmo a ideia de representação colapsa. Minha agenda de pesquisa para os próximos anos se concentrará em duas dinâmicas vinculadas a este processo: 1) mudanças nos sistemas políticos devido à ausência ou declínio de instituições formais de representação política, e 2) a emergência de formas de autorrepresentação e novos sujeitos políticos para interagir com o estado.

A respeito da primeira linha de pesquisa, estou interessado em estudar formas emergentes de contra-democracia. O (re)surgimento de governos autoritários, fascistas e até mesmo totalitários se tornou notoriamente visível nos últimos anos, tanto em países e regiões onde a democracia representativa historicamente se desenvolveu com evidente dificuldade (o Brasil é um caso emblemático na América Latina), quanto em países e regiões com sólidas tradições democráticas (os Estados Unidos são um caso emblemático no Hemisfério Norte). Igualmente, países como Peru, Colômbia ou Chile,

mas também Bolívia e Equador, que apresentam esforços recentes e importantes para afirmar o marco institucional da democracia representativa, recorrentemente desenvolvem práticas governamentais antidemocráticas que violam os direitos fundamentais das populações vulneráveis. Como explicar o paradoxo de governos contra-democráticos sendo eleitos e quais as consequências para a manutenção da democracia? Quais formas institucionais e quais mecanismos garantem o governo autoritário hoje? Que tipos de respostas ou reações emergem em contextos de dominação autoritária? Quais são as bases conceituais e teóricas para uma análise crítica da práxis contra-democrática contemporaneamente?

Com relação à segunda linha de pesquisa, estou interessada em investigar como o reaparecimento da ideia de soberania popular ganha forma. Cada vez mais, no Norte e no Sul, no Leste e Oeste, testemunhamos à força das formas massivas de mobilização social, em resposta às crises econômicas que têm impacto social visível, mas também em reação à falta de meios de representação política. Essas formas de manifestações populares, que extrapolam os canais estabelecidos para expressarem desacordo e descontentamento e ainda revelam seu grande esgotamento, estão abrindo caminho para a rearticulação de forças e projetos políticos a

partir de baixo. O que caracteriza essas formas de re-surgimento popular? Elas são novas formas de constituição de sujeitos políticos? Que possibilidades elas abrem para a democratização da política? Em que medida e de quais formas podem elas favorecerem a articulação de políticas antidemocráticas?

> Para além das fronteiras de uma gramática liberal

A minha agenda de pesquisa para os próximos anos busca compreender as dinâmicas das interações Estado-sociedade, atentando para as possíveis formas de renovação do pacto social e superando o arcabouço conceitual hegemônico proposto pela teoria democrática liberal. Tematicamente, isso envolve uma crítica à teoria da democracia e da democratização, assim como um distanciamento da teoria dos movimentos sociais no intuito de melhor explicar o potencial de novas formas de expressão e participação sociopolítica. Como um todo, este trabalho também envolverá o desenvolvimento de novas categorias e abordagens, fora da gramática liberal, para uma leitura e compreensão mais adequadas dos processos de mudança política em andamento. ■

Contato com Carmen Ilizarbe
<cilizarbe@pucp.pe>

> Escalas, desigualdades e elites na América Latina

Por **Mariana Heredia**, Universidade Nacional de San Martín-CONICET, Argentina



| *Oligarquia argentina do século XX.*

> A atenção crescente e um debate da moda

Enquanto as taxas de pobreza se mantiveram estáveis ou até aumentaram, fortunas maciças foram acumuladas e novas lideranças políticas emergiram causando tensão institucional e, em meio a isso, as elites voltaram a chamar a atenção tanto dos acadêmicos quanto do público. Agora, elas são alvo de críticas divergentes ou mesmo opostas: alguns culpam a ganância corporativa, outros a inaptidão política.

Nenhuma inovação acadêmica relativa ao estudo das elites acompanhou essa onda de críticas. Em sua revisão da literatura mais recente, Shamus Khan alerta para a natureza “modista” desses debates. O primeiro obstáculo para uma abordagem renovada das elites é a variedade de termos utilizados pelas diversas tradições. Elite, classe alta, oligarquia,

classe dominante, burguesia, ricos e grupos privilegiados são empregados como sinônimos, como se todos se referissem à mesma ideia. O segundo obstáculo é a cisão entre as ciências sociais e suas abordagens metodológicas.

Em sua análise das elites, muitos estudiosos e observadores enfatizam características que têm sido constantemente associadas a esses grupos desde o fim do século XVIII: a ambição e a falta de escrúpulos entre ricos e poderosos, a sucessão hereditária de suas posições, mas não de suas “virtudes”, as confabulações de círculos selecionados. Em suma, diante das desigualdades sem precedentes, permanece certa fascinação pelas mesmas características e contrastes entre elites e gente comum. O trabalho e os trabalhadores tendem a ser sensíveis à história: eles lideram grandes transformações ou são, ao menos, influenciados por elas. A reprodução do capital, do poder e de

seus protagonistas, contudo, parecem imune a mudanças.

> As realidades latino-americanas

A teoria social – sobretudo aquela desenvolvida na América Latina – fornece uma visão acerca das desigualdades da região ao enfatizar a importância das escalas e ao explorar os laços entre as elites e as sociedades locais. As realidades da América Latina representam verdadeiros desafios para a teoria crítica. Desde os tempos coloniais e por conta do papel subordinado da região, recursos estratégicos permaneceram nas mãos de estrangeiros ou descendentes de europeus. A escala nacional nunca foi suficiente para explicar a pirâmide social da América Latina. Simultaneamente, a maior parcela dos países da região depende tanto da exportação de matérias-primas quanto do valor excedente do trabalho.

Frente à forte influência estrangeira, as elites latino-americanas rapidamente se adaptaram aos desafios de seus tempos. Primeiro vieram as chamadas oligarquias, que impuseram uma ordem neocolonial aos territórios nacionais, subjugarão as populações indígenas, estabeleceram relações estreitas com emissários europeus e construíram sistemas políticos que impediam a participação popular. A seguir, emergiu uma burguesia nacional nos países maiores. Frequentemente, com o apoio de movimentos nacionalistas e regimes militares, a burguesia esteve associada ao progresso urbano e industrial, à contratação de uma enorme força de trabalho e às políticas de fomento à produção e ao consumo doméstico.

No que se refere a essa tradição, as conceituações mais recentes da riqueza apresentam limitações. Piketty e Oxfam observaram o aprofundamento das desigualdades e destacam os impostos como uma abordagem inovadora para a distribuição de renda, enquanto outros estudiosos salientam que o capital tende a ser mais líquido e desterritorializado durante o atual ciclo do capitalismo. Entretanto, ao menos na América Latina, os dados não são particularmente confiáveis e “os ricos” se revelam altamente heterogêneos, redundando em uma teoria altamente insatisfatória baseada somente na denúncia da opulência. Analisados detidamente, os ricos formam um grupo heterogêneo: ricos tradicionais versus novos ricos, ativos líquidos versus ilíquidos, os dependentes de recursos versus os dependentes do trabalho, aqueles que vivem na região versus aqueles que acumularam fortuna no exterior. Sendo assim, se o objetivo é reduzir as desigualdades, a mesma abordagem não pode ser aplicada a países como El Salvador e França. Grande parte da riqueza latino-americana não está nas mãos dos latino-americanos, nem essa riqueza está depositada dentro de suas fronteiras.

> Superando a pobreza da conceituação de “ricos”

Três elementos parecem essenciais para uma perspectiva mais precisa sobre as elites latino-americanas: especificar as desigualdades, a escala a que elas se aplicam e o tipo de recursos que os privilegiados dispõem.

A principal desigualdade econômica está associada à capacidade de iniciar (ou interromper) grandes projetos de investimento que impactam a natureza e a sociedade. Atualmente, os grandes investidores institucionais e as grandes companhias internacionais dominantes na região conferem a essas desigualdades uma dimensão global. Na medida em que o capital é cada vez mais líquido e despersonalizado, as elites econômicas atualmente excedem os proprietários dos meios de produção, grandes empregadores ou abastados locais: um celeiro de executivos e especialistas em finanças, direito e tecnologia que operam em diferentes territórios agora estão envolvidos na gestão desse capital.

De modo adverso, a principal desigualdade social são as vantagens que as elites desfrutam em termos de habitação, educação, saúde e ofertas culturais, mas sobretudo, as relações sociais, que não necessariamente aumentam na proporção da riqueza dos indivíduos. Quando os estados abandonam o objetivo de fornecer serviços e direitos universais de alta qualidade, estes se transformam em mercadoria, pouco importando qual grupo forma a elite (profissionais bem-sucedidos, funcionários públicos de alto escalão ou proprietários de negócios de médio porte): o que importa é que essas elites sociais possuem oportunidades que seus concidadãos não possuem.

Finalmente, a igualdade política depende da capacidade das pessoas de se mobilizarem, obterem apoio e terem influência. Atualmente, a

globalização e a descentralização econômica erodiram os recursos institucionais de representantes políticos e muitos políticos são cooptados por interesses econômicos. Como as demandas e as diferenças baseadas em identidade aumentaram, os governos foram obrigados a buscar capital para além de suas fronteiras e a construir coalizões com líderes locais turbulentos e oportunistas.

> As frações e as hierarquias implícitas

É importante observar as distinções entre as elites econômicas, sociais e políticas, assim como os vínculos entre elas. Michael Mann delimita a diferença entre “redes socioespaciais de poder” – e a autoridade que grupos e instituições com mandatos limitados aspiram – e o poder amorfo que se expande espontaneamente por intermédio de práticas descentralizadas sem núcleos definidos ou ordens diretas. Enquanto a autoridade de um líder ilustra o primeiro tipo de poder (poder sobre), a disciplina de mercado ou a inércia dos costumes exemplifica o segundo (poder de). Tal proposta é similar à de Albert Hirschman: os mercados globalizados reforçaram a capacidade dos empresários de abandonar (sair de) territórios não lucrativos, diversos atores tomaram as ruas e as redes sociais para expressar insatisfação (suas vozes), porém a lealdade e obediência que essa autoridade e as políticas exigem foram erodidas.

Para reduzir as desigualdades, parece ser tarefa crucial analisar a riqueza e o poder. Entretanto, a atração deslumbrante da riqueza e do poder se espalhou em conjunto com suas críticas indiscriminadas, as quais podem se mostrar igualmente perigosas para a coexistência social e incapacitantes para qualquer progresso. ■

Contato com Mariana Heredia
<mariana.heredia@conicet.gov.ar>

> A acumulação primitiva e a crítica do direito

Por **Guilherme Leite Gonçalves**, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil



Parte de uma pintura mural de Diego Rivera (1929-45) no Palácio Nacional na Cidade do México, retratando a conquista espanhola do México.

De que modo o direito e o desenvolvimento do capitalismo se relacionam? Esta pergunta é comumente respondida utilizando em primeiro lugar o esquema normativo baseado na distinção e atrito entre capitalismo e democracia. Dessa tese surgem duas perspectivas: na primeira, os recursos motivacionais disponíveis são considerados como insuficientes para legitimar as intervenções do Estado no capitalismo tardio; na segunda, o direito é apresentado como sendo verdadeiramente lim-

itante à acumulação de capital e do poder, porém só nos casos em que essa acumulação libera uma série de atores estratégicos que levam a uma dissidência geral. Ambas se vinculam à base normativa da teoria de Jürgen Habermas.

O intuito deste esquema é entender o direito e a democracia como um conjunto de princípios que são imunes a contextos discrepantes, como se os discursos jurídico-democráticos pudessem ser separados dos interesses materiais que participam da sua própria composição. Na medida em que não

reconhece o direito como resultado das divergências presentes, o esquema acima negligencia os arranjos jurídicos que permitem a conexão entre acumulação e legitimação. Isso se torna ainda mais claro quando observamos que a previsão de *problemas de legitimação no capitalismo tardio* ainda não foi confirmada. O neoliberalismo não mobiliza apenas novos recursos motivacionais, o capitalismo financeiro e seus atores re-mercantilizantes são capazes de aplicar mecanismos legais de legitimação nas tendências especulativas.

> A forma jurídica

Em contraste com o esquema normativo capitalismo/democracia, a crítica da forma jurídica (como apresentada por Evgeny Pashukanis) oferece um conceito que busca analisar o direito na teoria do valor de Marx. O seu ponto de partida é o entendimento de que na sociedade capitalista é a sociabilidade do trabalho que assume a forma-valor. Por conseguinte, o trabalho concreto é convertido em trabalho abstrato e seu produto é realizado por meio de uma troca, cuja forma-valor é transformada em uma condição necessária da ordem social. Assim que a troca dos vários produtos do trabalho faz com eles sejam equiparados, essa troca cria uma igualdade abstrata entre tipos desiguais de trabalho concreto, que – baseados em padrões como o tempo médio de trabalho social – permite a auto-reprodução das desigualdades sociais. E justamente devido à forma-valor caracterizar as percepções diretas e conduzir comportamentos, ela atinge um caráter fetichizado.

Como resultado, o direito nas sociedades capitalistas é tratado como uma forma social que é ativada junto com a forma-valor. Assim, ele participa do processo de abstração dos produtores da realidade concreta desigual por meio da imposição do princípio da troca equivalente, que é um pré-requisito para a troca de mercadorias (isto é, “trocar equivalente por equivalente”). Os instrumentos jurídicos garantidores

são os princípios constitucionais de liberdade e igualdade, bem como o “sujeito de direito”. Com efeito, esses instrumentos criam sujeitos *abstratamente* iguais que são livres para trocar mercadorias equivalentes, enquanto simultaneamente permitem a implantação material dos interesses privados e da desigualdade. Por essa razão, as instituições jurídico-democráticas são uma das formas sociais que permitem que as relações e trocas mercantis se tornem formas objetivadas e fetichizadas; para tanto, elas também se fetichizam.

> A acumulação primitiva

Diferente da crítica da forma jurídica, o debate da acumulação primitiva enfatiza ainda mais os períodos de crise. Em tais períodos, o capital é levado a crescer por forças que, de acordo com David Harvey, pressionam por ajustes espaço-temporais ao permitir a (re)mercantilização e, ao fazê-lo, libera o fluxo de capital de certas limitações. As intervenções nas crises demandam não somente a reestruturação do espaço e do horizonte temporal, mas também a criação de um ambiente favorável aos investimentos. Ambos os casos são caracterizados por várias estruturas jurídicas (como por exemplo, leis brandas, legislação penal, expropriação legal, violência policial, guerra, etc.). Eles estabelecem uma dinâmica complexa de instituições que permitem tanto a formação de um ambiente social para a legitimação da (re)mercantilização quanto medidas

violentas que expropriam certos grupos sociais.

Conforme Klaus Dörre afirmou, a dupla e atual crise econômico-ecológica abre caminho para um diagnóstico contemporâneo que tem a acumulação primitiva como perspectiva. A partir desse diagnóstico, as crises econômico-ecológicas são interpretadas enquanto um fator que desestabiliza a relação entre crescimento, prosperidade e democracia. Baseado nisso, o en-gajamento das ordens jurídicas e sociais pode ser analisado levando em consideração a pressão expansionista da acumulação cuja força foi desencadeada por essas crises. Essa análise exige o desenvolvimento de uma sociologia jurídica crítica que supere o esquema normativo habermasiano. Por outro lado, a permanente utilização da acumulação primitiva demonstra que o desenvolvimento do capitalismo está vinculado não só ao modelo de exploração encontrado no chamado princípio da troca equivalente, mas também a uma exploração secundária que permite a acumulação por meio da discriminação racista, do trabalho feminino não remunerado e da superexploração da força de trabalho migrante. É evidente que se deve indagar quais são as formas legais (na legislação social, nas ações policiais etc.) que possibilitam essa exploração secundária. ■

Contato com Guilherme Leite Gonçalves
<guilherme.leite@uerj.br>

> Apresentando a equipe polonesa do *Diálogo Global*



| Jakub Barszczewski



| Aleksandra Biernacka

| Iwona Bojadziejewa



| Sara Herczyńska



| Justyna Kościńska



| Adam Müller



| Weronika Peek



| Jonathan Scovil



| Aleksandra Wagner

Jakub Barszczewski, doutor, ensina sociologia na Universidade de Białystok. Seus interesses de pesquisa incluem teorias críticas, sociologia do Sul Global, pensamento decolonial, globalização contra-hegemônica e criatividade. A sua tese de doutoramento é sobre o conceito de globalização contra-hegemônica de Boaventura de Sousa Santos. Publicou um livro sobre o discurso da criatividade no pós-fordismo.

Aleksandra Biernacka é doutoranda na Escola de Pós-Graduação em Pesquisa Social (GSSR) do Departamento de Teoria da Cultura do Instituto de Filosofia e Sociologia da Academia Polonesa de Ciências. Sua pesquisa atual investiga os remakes de filmes transculturais no contexto da globalização, teoria da tradução, história das ideias e estudos de recepção. Ela possui dois mestrados pela Universidade de Varsóvia – em Filologia Polonesa e em Estudos da Cultura Americana.

Iwona Bojadzjewa graduou-se em sociologia pela Universidade Jagiellonian da Cracóvia. Atualmente, trabalha em uma tese de doutorado relacionada aos discursos sobre meio ambiente. Ela também trabalha no setor não-governamental, onde faz parte de uma campanha pela melhoria da qualidade do ar na Polônia.

Sara Herczyńska é estudante de doutorado no Instituto de Cultura Polonesa da Universidade de Varsóvia. Sua principal área de pesquisa são os estudos da memória. Ela é membro da Equipe de Pesquisa de Memória do Holocausto e sua tese de doutorado é sobre os museus biográficos poloneses. Ela faz parte do conselho editorial da revista *mała kultura współczesna* e do guia da Galeria Nacional de Arte de Zachęta.

Justyna Kościńska é doutoranda em sociologia na Universidade de Varsóvia. Suas áreas de estudo incluem sociologia urbana, participação social, classes sociais e estratificação. Sua tese de doutorado discute a acessibilidade espacial dos serviços públicos. Desde 2019, é coordenadora do conselho editorial polonês do *Diálogo Global*.

Adam Müller é pesquisador quantitativo e atualmente trabalha como Pesquisador Associado do Instituto Nacional de Processamento de Informação. Possui mestrado e bacharelado em sociologia pela Universidade de Varsóvia. Atualmente, seu interesse de pesquisa são os padrões de mudança do setor de ensino superior e as aplicações do processamento de linguagem natural nos estudos de ciências sociais.

Weronika Peek é estudante de mestrado em estudos ingleses na Universidade de Varsóvia, com especial apreço pela sociologia. Seus interesses de pesquisa incluem a linguística cognitiva, com ênfase especial em metáforas conceituais, os estudos sobre o discurso e a crítica literária feminista.

Jonathan Scovil é doutorando em sociologia na Universidade de Varsóvia e na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS) em um programa de doutorado cotutelado e financiado por uma bolsa do governo francês. Dentre os seus interesses de pesquisa estão a sociologia da religião e do conhecimento, a antropologia social e a história das ideias. Sua pesquisa de doutorado aborda a percepção europeia do terrorismo jihadista, a partir dos casos da França e da Polônia.

Aleksandra Wagner terminou o seu bacharelado e iniciou seus estudos de mestrado no Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade de Varsóvia. Seus interesses de pesquisa incluem a sociologia da família, parentalidade e o casamento.